

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Associação José do Patrocínio  
Dimensões Educativas do Associativismo Negro  
Entre 1950 e 1960 em Belo Horizonte- Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
- graduação em Educação da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal de Minas  
Gerais , como requisito para obtenção do grau  
de Mestre.

Orientador: Prof. DrLuiz Alberto Oliveira  
Gonçalves

Belo Horizonte  
25 de agosto de 2010

S586a Silva, Andréia Rosalina, 1970  
Associação José do Patrocínio: dimensões educativas do  
Associativismo Negro entre 1950 e 1960 em Belo Horizonte -  
Minas Gerais / Andréia Rosalina Silva. - UFMG/FaE, 2010.  
109 f., enc, il..

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Luiz Alberto Oliveira Gonçalves.  
inclui anexos e bibliografia.

1. Educação -- Teses. 2. Associações, instituições, etc --  
Negros. 3. Movimentos Sociais. I. Título. II. Gonçalves, Luiz  
Alberto Oliveira. III. Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Educação

CDD- 303.4840981

**Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Associação José do Patrocínio  
Dimensões Educativas do Associativismo Negro  
Entre 1950 e 1960 em Belo Horizonte- Minas Gerais

Autora: Andréia Rosalina Silva

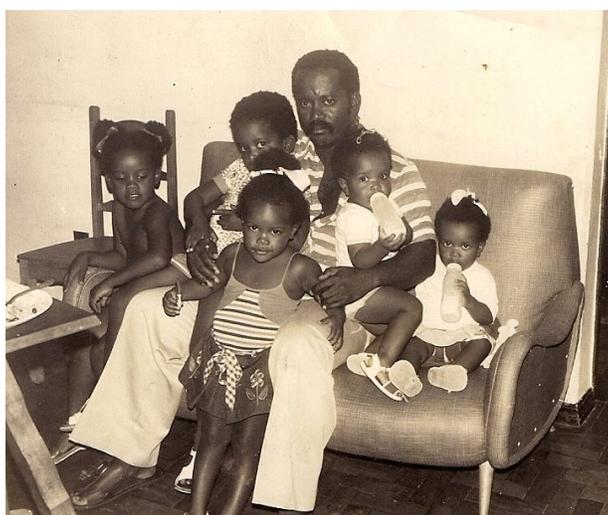
Belo Horizonte

2010



**Nossa Homenagem à Diretoria da José do Patrocínio**

Dedico esse trabalho à memória de José Rosalino Silva, meu saudoso pai, que sempre incentivou a mim e aos meus quatro irmãos a persistir na busca da honra e da dignidade dos homens e das mulheres da raça negra



## AGRADECIMENTOS

Depois de tantos desafios superados, de tantos fracassos sofridos, de tantas alegrias, tantas lágrimas, enfim, depois de tantas realizações, tanto viver, aprendi que tudo o que foi feito por mim, não foi feito solitariamente. Havia muita gente comigo. Gente do passado, gente do presente, gente de casa, gente da rua, gente da academia e gente da dia a dia.

Foi me descobrindo coletivamente que aprendi a sonhar junto os sonhos dos meus bisavós, avós, pais, irmãs e irmão, a me alegrar intensamente com nossas conquistas. Pois elas são ao final, de todos nós. Hoje posso dizer:

*QUANDO ME MOVO, TODO UM POVO SE MOVE COMIGO....*

Agradeço a Deus a saúde, a sabedoria, a prudência, a habilidade para articular pensamentos e a determinação dos velhos negros que me acompanharam todos esses dias; aos mestres-amigos Luiz Alberto Gonçalves, Nilma Lino Gomes, Cynthia Greive, Ana Maria Gomes, Aracy Martins, Paulo da Terra e Jeruse Romão, que sempre me trataram com respeito e carinho. As senhoras Efigênia e Aparecida Carlos e demais entrevistados da Associação José do Patrocínio, pela generosidade; a Tereza Pereira de Santana, Lícia Maria de Senna e Iraci de Almeida Pereira, por suas orações. Aos amigos Rosilene Anézio, Sandra Barroso, Denise Figueiredo, Elânia de Oliveira, Rogério Fidélis, Laura da Silva, Sr. Élcio da FAE e Cláudio Adriano, que nessa caminhada estiveram sempre presentes.

A minha família, em especial a minha mãe Rosa que sempre acreditou em mim, oferecendo incentivo e força diante das minhas angustias; as minhas irmãs Márcia (pelo vale alimentação), Adriana (algumas passagens) e Ângela (uso do seu computador quando possível), que souberam respeitar meus momentos de estudo e reclusão, e me deram suporte financeiro. A meu irmão Alexandre e meus sobrinhos Isa e José Renato pelos bons fluídos enviados de longe.

Aos funcionários da informática, da portaria, da secretaria da Pós-Graduação e a Dona Vera da Limpeza, pelo apoio.

Enfim aos que estiveram presentes, torcendo, me incentivando, auxiliando ou simplesmente trabalhando comigo. Obrigada !

## **Resumo**

**Esta dissertação tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que buscou reconstituir a história da Associação José do Patrocínio que agregava e era dirigida por afro-descendentes entre as décadas de 1950 e 1960 na cidade de Belo Horizontes, em Minas Gerais. A pesquisa compreendeu estudo documental, incluindo fotos da época, análise de artigos jornalísticos e entrevistas semi-estruturadas com ex-sócios. O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, apresentam-se os procedimentos de pesquisa utilizada na reconstituição das ações da José do Patrocínio. No segundo, (o mais denso) ,faz um aprofundamento do tema Associativismo Negro com objetivo de apresentar o quadro teórico que orientou a presente investigação. No terceiro apresentamos o resultado da pesquisa, analisando os dados propriamente ditos. Tecemos considerações sobre os achados, apontando sugestões de pesquisa futuras**

## **Summary**

**This research presents the results of a survey that aimed to reconstruct the history of the Jose do Patrocínio Association. This organization of African descent not only aggregated but also directed by them between 1950 and 1960 in Belo Horizonte, Minas Gerais. The research included the study of documents, including photos, analysis of newspaper articles and semi-structured interviews with former partners. The work is organized into three chapters. In the first, presents the research procedures used in the reconstitution of the actions of José do Patrocínio. In the second (most dense), makes a deeper theme Black Associations aims to present the theoretical framework that guided this investigation. In the third presented the results of research, analyzing the data itself. We consider the findings, pointing suggestions for future research**

## Lista de ilustrações

Ilustração 1- Jornal O Quilombo

Ilustração 2 - Batistério de Antônio Carlos

Ilustração 3 - Foto Coronel Antônio Carlos

Ilustração 4 - Congado na cidade de Barbacena- MG

Ilustração 5 - Carminha e Mariza Santos na Associação José do Patrocínio 1957

Ilustração 6 - Casamento entre famílias da Associação – Brandão & Alves Gomes

Ilustração 7- Modistas e o Curso de Corte Costura

Ilustração 8 - Estudantes do Curso de Admissão

Ilustração 9 - Antônio Carlos, Pe Austin e membros da Associação

Ilustração 10 - Minas Gerais, 21 de maio de 1957.

Ilustração 11- José do Patrocínio volta querendo sede própria

Ilustração 12 - Deputado Jorge Carone e sua esposa Nísia Flores com formandas do curso de corte costura

Ilustração 13 - Society no Morro – jornal O Debate 1963

Ilustração 14 - Debutantes em preto e branco – Revista A cigarra, abril de 1963

Ilustração 15 - José Geraldo e Maria da Glória (irmãos) e debutantes no salão – Revista A cigarra, abril de 1963

Ilustração 16 - Debutantes (duas) – Revista A cigarra, abril de 1963

Ilustração 17- Jorgina Marçal e outras debutantes – Revista A cigarra, abril de 1963

Ilustração 18 - As perucas que elas usam – Jornal O Debate, 1963

Ilustração 19 - Mariza Santos em baile de gala da Associação

Ilustração 20 - Baile de Comemoração formandas curso de corte costura

Ilustração 21-Excursão dos membros da Associação José do Patrocínio – Ouro Preto

Ilustração 22 - Associação perde prazo e lote doado pela PBH

Ilustração 23 - Despacho do Sr Prefeito – 01/10/1958

Ilustração 24 - Rita D' arimatéia

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	i/ii
Resumo .....	iii
Lista de ilustrações .....	iii
Introdução .....	p.1
Capítulo I .....	p.5
1. Construindo o Campo de Investigação .....	p.5
A. codificação temática .....	p.9
B. codificação seletiva .....	p.11
2. O Associativismo Negro no Brasil - Campo teórico .....	p.11
A proximidade entre os grupos .....	p.29
A expansão dos sistemas de comunicação .....	p.32
Capítulo II .....	p.38
Antonio Carlos & a Associação José do Patrocínio .....	p.38
1. Memórias em construção .....	p.38
2. Criação da Associação .....	p.44
3. Troncos familiares e amigadas na Associação .....	p.48
4. Contraponto ao Racismo .....	p.55
5. Educação e etiqueta.....	p.67
6. Glamour e Beleza .....	p.89
7. O declínio da Associação.....	p.104
Considerações Finais .....	p.107
Bibliografia	
Anexos	

## Introdução

Esta dissertação tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que buscou reconstituir a história da Associação José do Patrocínio, que agregava e era dirigida por afro-descendentes na década de 1950, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Segundo alguns registros, essa associação chegou a ter em torno de 800 associados e teve como ponto central de suas ações a promoção da população negra por meio da educação e da projeção dos negros na cena social, com vistas à sua integração.

O estudo originou-se de contatos e encontros que envolveram a minha participação em seminários, em debates sobre o tema das relações raciais no Brasil, bem como sobre os desafios a serem enfrentados no combate sobre o racismo. Minha trajetória acadêmica, como não poderia deixar de ser, está muito vinculada à minha trajetória de vida.

Interessante é lembrar os momentos da nossa infância em que começamos a aprender a ler e a escrever. Mais interessante ainda é pensar que, enquanto criança, eu não tinha nenhuma idéia do quanto esse aprendizado seria importante e maravilhoso para toda a minha vida. Toda ela. O que tenho de mais forte nas minhas memórias é minha mãe de noite lendo histórias infantis para nós, cinco filhos, em um quarto pequeno, deitados em duas beliches. Não lembro muito bem todas as obras literárias que ela leu durante anos, mas lembro-me de que, quando cheguei ao Jardim da Professora Maria da Glória, eu já estava encantada pelos livros.

Antes, deixe-me voltar um pouco mais no tempo e contar de onde vim .... Nasci Andréia, nome escolhido por meu pai. Mulher, negra, sensível e curiosa. Sou a primeira de cinco filhos de Rosa Alves – mãe zelosa, dona de casa, paulista de Taubaté - e José Rosalino – belo-horizontino, funcionário público-federal. Homem de fé, grande lutador, sensível, generoso, brincalhão e leal companheiro dos livros. Foi de vendedor de esterco, ainda quando menino, a Engenheiro Elétrico formado, vinte e poucos anos mais tarde. Sempre com um abraço aconchegante a acolher-me.

Nascei, como disse, em uma roseira, “**Rosalinos**” – construída por muitas memórias, espinhos (obstáculos), coberta de inúmeras flores: Maria Jacinta Gomes – rainha conga e parteira no bairro Boa Vista, em Belo Horizonte,

mulher de princípios elevados; casada com José Abraão – jardineiro do Horto Florestal, membro e conselheiro da Ordem dos Vicentinos, na mesma cidade. Ela, de Barão de Cocais, e ele de Coqueiro de Espinho, no interior mineiro. Pais de Matozinhos José da Silva (meu avô) - um auto-didata, ex-combatente, funcionário da Rede Central Ferroviária. Também sou neta de Sebastiana (mineira) e Eugênio Alves (baiano), avós maternos, coletores de café do Vale do Paraíba. Sou fruto de muito amor, respeito, dignidade, lutas e conquistas.

Como dizia anteriormente, iniciei meus estudos no Jardim de Infância da Usina Hidroelétrica de Furnas-MG com a professora Glória, usina da qual meu pai foi funcionário. Com sua transferência para o interior de São Paulo, para a cidade de São Roque, passei a estudar na Escola Estadual Horácio Manley Lane, uma escola pública muito conceituada no Estado. Lá encontrei uma de minhas maiores mestras, a professora Ana Regina Pari de Campos, que lecionava História. Suas aulas eram sempre muito interessantes e foi através dela que eu me apaixonei por outras matérias como Geografia, Português e Educação Moral e Cívica. Meu pai, sempre presente em nossa vida escolar, fazia parte do Conselho de Pais da Escola.

Com a aposentadoria de meu pai, em 1992, viemos para Belo Horizonte-MG, onde, dentro de um ano, ele adoeceu e faleceu. A partir de então, tivemos que lutar por nossa sobrevivência neste centro urbano. Foi um momento de muita luta, em que minha mãe teve de pegar as “rédeas” da situação e, com cinco filhos menores, sem conhecer a cidade, nos fez erguer a cabeça e caminhar para frente. Ela não deixou que parássemos de estudar.

Consegui emprego como auxiliar de professores de prótese dentária e a partir daí fazer este curso com uma bolsa-trabalho. Dividia meu tempo entre o curso, o trabalho e o estudo para o vestibular. Coloquei em minha cabeça que poderia demorar o tempo que demorasse, que eu persistiria até passar numa Universidade Pública.

Tentei três vezes na Universidade Federal de Minas Gerais. Na primeira, não passei. Na segunda, tentei odontologia, curso que logo percebi que não teria condições de freqüentar, devido ao seu alto custo. Parti então para Biblioteconomia (Ciência da Informação), no qual fui aprovada em 1997. Logo no início, comecei a estagiar com bolsa-trabalho da Fundação Mendes

Pimentel (FUMP) nas bibliotecas da UFMG, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e no Programa de ex-alunos da UFMG, na reitoria.

Em 2002, durante a complementação de estudo da graduação, chegou às minhas mãos um boletim da UFMG que apresentava o “Projeto Ações Afirmativas”, financiado pela Fundação Ford, que tem como objetivo desenvolver pesquisas sobre as relações raciais no Brasil e incentivar a promoção de iniciativas com vistas a ampliar o número de estudantes negros, bem como apoiar a sua permanência na universidade. Esse programa foi fundado principalmente por alguns professores da Faculdade de Educação da UFMG, entre eles o Professor Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, as professoras Ana Maria Rabelo Gomes, Aracy Martins, Elânia de Oliveira, entre outros e coordenado pela professora Nilma Lino Gomes. Comecei então a freqüentar as atividades do Programa Ações Afirmativas - computação, produção de texto, discussão das questões raciais, seminários e congressos.

Foi nesse período que participei de um seminário coordenado pelo prof. Luiz Alberto, no qual discutiu-se o papel dos movimentos negros na educação no Brasil. Chamava-se ali a atenção para lacunas que existiam sobre a história desses movimentos. Embora já existissem algumas informações das organizações negras que foram fundamentais para projetar os negros no cenário educacional, ainda faltavam estudos consistentes sobre elas. Foi nesse contexto que se apresentou a Associação José do Patrocínio, de Belo Horizonte. O professor evocava os alunos do curso a empreenderem estudos sobre essas organizações. No final desse seminário, em conversa com ele, percebendo meu interesse pela temática, o professor sugeriu-me que eu produzisse um projeto sobre a temática e o apresentasse ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Na ocasião, falou-me do material da José do Patrocínio que lhe havia sido passado pela Sra. Efigênia Carlos, em um estudo que ele escrevera sobre a Educação dos Negros no Brasil. O material era composto por um conjunto significativo de fotos que retratavam em diferentes momentos atividades desenvolvidas pela Associação José do Patrocínio. Aceitei o desafio por duas razões: primeiro porque o objeto de estudo proposto tinha muito a ver com minha trajetória de vida, ou seja, de uma família negra que com dificuldade incentivou os filhos a estudarem e a se projetarem no mundo pela educação. Pela fala do professor Luiz Alberto, esse parecia ter

sido o caminho seguido pela Associação. Assim, conhecê-la mais a fundo seria como se estivesse conhecendo a minha própria vida. Em segundo lugar, o desafio impunha-me um mergulho na minha própria formação em Biblioteconomia, pois saber que a José do Patrocínio nascera como uma biblioteca que tinha como objetivo promover uma imagem nova do negro no Brasil fascinou-me ainda mais. Senti que poderia combinar os conhecimentos de áreas diferentes, associando Educação, História e Sociologia

Fui muito incentivada pelas professoras Nilma Lino, Elânia de Oliveira, Ana Gomes e boa parte da equipe que constituía o Programa Ações Afirmativas a tentar o Mestrado na Faculdade de Educação. Como nunca havia sido militante ou, na minha trajetória acadêmica na Biblioteconomia, tivesse tido leituras sobre as questões raciais, fiquei receosa, mais determinada a investir no assunto. Preparei um projeto e tentei a prova de mestrado. Na primeira vez eu não consegui e resolvi tentar de novo, preparando-me ainda mais. Fiz curso de línguas e leituras sobre as áreas em questão.

Acredito que o incentivo que o professor me deu para ingressar na pós-graduação se deva à minha formação, porque como ele disse várias vezes, a pesquisa pressupunha trabalhar com arquivos e documentos, coisa para qual eu já tinha uma preparação. Assim tentei pela segunda vez a prova do mestrado e passei. Nos nossos primeiros encontros de orientação, pensamos em fazer uma pesquisa com base na memória dos ex-membros da José do Patrocínio. Foi desse pensamento que nasceu a presente dissertação.

Ela está organizada em três capítulos. No primeiro, são apresentados os procedimentos de pesquisa utilizados na reconstituição das ações da José do Patrocínio. Em seguida faz-se um aprofundamento do tema Associativismo Negro com objetivo de apresentar o quadro teórico que orientou a presente investigação. No segundo (o mais denso) evidencia-se o resultado da pesquisa, analisando os dados propriamente ditos. No terceiro, tecem-se considerações sobre os achados, apontando sugestões de pesquisas futuras.

# **I Capítulo**

## **1. Construindo o campo de investigação**

Como dito na Introdução, o projeto da pesquisa que deu origem a esta dissertação nasceu de uma forma inusitada. Tinha-se um conjunto significativo de fotos acerca das atividades da Associação José do Patrocínio, que envolviam imagens bastante variadas. Nestas, encontravam-se fotos de formaturas de turmas que tinham passado pelos cursos de corte e costura, oferecidos pela Associação, bem como de atividades recreativas envolvendo passeios a monumentos, cidades históricas, igrejas e à praia, bailes e desfiles de moda. Em suma, retratavam uma parte nada desprezível das ações que a Associação desenvolveu ao longo de seus doze anos de existência.

Inicialmente, em conversa com orientador, fui informada de que aquelas fotos teriam sido concedidas a ele pela sra Efigênia Carlos e de que entre eles havia o seguinte acordo: aquelas fotos seriam trabalhadas para compor uma exposição na qual se contaria uma parte da história da Associação José do Patrocínio. Esta, nos dias de hoje, era muito pouco conhecida, apesar da grande importância que desempenhou na construção da cidade de Belo Horizonte na segunda metade do século XX. Posteriormente, ficamos sabendo que tal história está sendo escrita pela sra Aparecida Carlos, irmã de Efigênia, fato que muito nos entusiasmou. Entendíamos que o nosso estudo poderia ajudar a compor esse cenário embora nossa preocupação não fosse outra senão fazer um recorte bastante específico na história dessa Associação.

Assim, nossa investigação começou não com uma pergunta ou um problema em busca de dados materiais, mas ao contrário. Tínhamos alguns dados empíricos que precisavam ser construídos como dados de pesquisa. Ficava bem claro que os dados não são dados, mas sim construídos. Foi dessa forma que começou a elaboração do nosso projeto de investigação.

Por um tempo considerável, junto com o orientador, buscávamos analisar cada foto e ver o que nelas havia de comum, que questões nos suscitavam, de que contextos emergiam. Eram fotos que tinham sido tiradas pelos próprios membros da José do Patrocínio, o que nos fazia especular sobre

a intenção que teriam para registrar esse ou aquele evento. Detínhamos olhar nos ângulos focalizados pelo fotógrafo que não sabíamos quem era. Observávamos os locais em que foram tiradas. Enfim, aos poucos, fomos nos convencendo de que essas fotos falavam de um tempo passado recente que poderia ser perfeitamente reconstituído a partir de recursos documentais e sobretudo do relato de ex-membros acerca da Associação.

Daí o primeiro passo foi retomar, depois de oito anos, a conversa inicial que o orientador tivera com a sra Efigênia Carlos, reiterando o interesse e o desejo de dar continuidade ao projeto de trabalhar as fotos, mas agora com outro objetivo, o de reconstituir o papel da Associação na formação de seus membros, de suas ações no campo da educação e da preparação profissional. Feito o contato com ela que me acolheu muita afetivamente, pois o fato de já conhecê-la por ter assistido, na condição de bolsista, a uma mesa da qual ela falou de sua trajetória, facilitou muito a nossa conversa. Na época que a vi ficara fascinada com seu jeito firme de se posicionar sobre questões raciais e dos negros na sociedade brasileira. As conversas com a sra Efigênia foram capitais para a realização desta dissertação.

O segundo passo foi levantar material bibliográfico que nos ajudasse a produzir conhecimento sobre a história de Belo Horizontes no período em que nasceu e floresceu a José do Patrocínio. E ainda, estudou-se também um farto material que tratava do associativismo negro na década de 1950. O resultado dessa pesquisa aparece na segunda parte deste capítulo onde se combinam as duas vertentes: contexto histórico e associações negras.

O terceiro passo foi selecionar os procedimentos metodológicos que seriam mais adequados ao tipo de pesquisa idealizada.

Começou-se a inferir inicialmente sobre dados visuais. Marcus Banks (2008) ofereceu orientações preciosas acerca dos métodos visuais na pesquisa de campo. Como tínhamos fotos que foram tiradas pelos próprios membros da José do Patrocínio, era preciso planejar qual seria o seu uso no estudo em questão. A esse respeito, o autor sugere a utilização das fotos como uma forma de explicitação de conteúdos ao que chama de **foto elicitação**. Esta é definida como sendo um *método para evocar comentários, memória e discussão no decorrer de uma entrevista semi-estruturada*. Com esse método, segundo o autor, *memórias vagas podem ganhar foco acuidade, desencadeando um fluxo*

*de detalhe* (BANKS, 2008, p. 89). Outras vantagens são apresentadas pela o autor, vantagens essas que nos estimularam a usar as fotos nas entrevistas.

Os silêncios embaraçosos podem ser preenchidos enquanto ambos olham as fotografias e, em situações nas quais a diferença de status entre entrevistador e entrevistado é grande (...) o conteúdo fotográfico sempre oferece algo para se conversar a respeito (BANKS, op. cit, p.89)

Banks sugere que se considerem as fontes e os tipos de fotografias utilizadas. No nosso caso, eram fotos tiradas pelos próprios ex-sócios da José do Patrocínio ou por fotógrafos profissionais por eles contratados para registrar o evento. Seguindo Banks, pode-se dizer que o valor sociológico das fotos por nós utilizadas reside no fato de que *elas estavam solidamente apoiadas em imagens que eram de propriedade dos entrevistados ou estavam consideravelmente conectadas a eles de alguma forma* (BANKS, op. cit, p. 89)

Sintetizando, as fotografias que utilizamos não foram feitas para fins de pesquisa. Elas constituíam um material já existente feito para registrar momentos e eventos nos quais os sócios da José do Patrocínio haviam compartilhado entre si. O conteúdo variava desde fotos de baile de debutantes, passando por passeios em cidades históricas até de casamentos entre famílias de associados. Em suma, diante desse quadro, buscou-se analisar as fotos, seguindo as sugestões de Awe Flick a saber: *em função de suas relações gerais com o período fotografado e pelos destinos individuais traçados nesse material* (FLICK, op. cit, p. 222). Lembrando ainda que nessa situação

As fotografias têm sua própria relevância enquanto documentos genuínos. Sua análise pode referir-se a outras formas de dados (entrevistas biográficas). A análise de fotográfica é explicitamente entendida e praticada enquanto forma de análise contextual (FLICK, idem)

Tendo-se definido o uso das fotos nas entrevistas, passou-se para a discussão do tipo de entrevista a ser utilizada.

Dada a variabilidade de modelos de entrevistas segundo o objetivo do estudo, chegou-se à conclusão que se usaria um dos modelos de entrevista semi-estruturada. Optou-se por aquele que tivesse foco em problema social específico. No nosso caso, focou-se no papel que a Associação José do Patrocínio desempenhou na educação dos negros na década de 1950. Segundo Flick, **a entrevista centrada no problema** é caracterizada por três

critérios centrais: a) centralização no problema, b) orientação ao objeto e c) orientação ao processo. (FLICK, op. cit p 154). Para ele, nesse modelo, o método pode ser mudado no decorrer da investigação e seu sucesso se mede, sobretudo, pela forma como a entrevista transcorre, ou seja, pelo seu próprio processo.

Seguindo esse caminho, construiu-se um guia de entrevista que foi planejado de forma a “dar à entrevista um novo rumo no caso de uma conversa estagnante ou de um tópico improdutivo”. Com base nesse guia, o entrevistador pode decidir quando introduzir seu interesse centrado no problema na forma de questões imanentes. Foi assim que procedemos em todas as entrevistas realizadas. Entendendo que cada entrevistado tinha uma biografia muito densa e que, com certeza, tinham muito para nos contar, tivemos que ter o cuidado de não interrompê-los, respeitando o manancial de informações de cada um. Mas buscamos não perder o foco do problema. Na maioria das vezes introduzimos questões *ad hoc* que nos traziam de volta ao problema do estudo sem impedir o relato biográfico.

Pedíamos que falassem sobre como chegaram à Jose do Patrocínio. Quem os levou a ela? Pedíamos para que descrevessem as atividades de que participaram, que falassem de seus sentimentos relativos ao debate sobre a situação dos negros em Belo Horizonte, na década de 1950. As perguntas permitiram que falassem do racismo e da discriminação que experimentaram ou não na época.

Procedeu-se de forma a conseguir nesse processo **conhecer fatos ou processos de socialização**. Como a Associação socializava os seus membros, o que eles imaginavam que ela esperava deles, que expectativas eles acreditavam que estariam respondendo?

Dando seqüência às sugestões de Awe Flick, buscou-se analisar essas entrevistas *não se comprometendo com nenhum método específico de interpretação*, mas sim nos comprometendo com o esforço de codificação.

O ponto inicial era a memória. O que havia sido retido pelos entrevistados, ou o que estava esquecido que, com a investigação, voltou a aparecer? O objetivo não era captar, propriamente falando, as opiniões individuais, mas conhecer que imagens, que categorizações, que interpretações acerca da José Patrocínio permaneciam na memória dessas

pessoas. E ainda considerando cada relato, pretendia-se identificar na comparação entre eles se havia elementos que se conectavam permitindo construir por seu intermédio representações sociais compartilhadas sobre o papel da Associação na vida do segmento negro que a vivenciou.

Foram realizadas 21 (vinte e uma) entrevistas. Destas, dezenove foram com ex-membros da José do Patrocínio e duas com jornalistas do jornal Binômio, que na época denunciavam atos de racismo em Belo Horizonte que afetavam diretamente a população negra

Todos foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa. Foram informados que os dados fariam parte de um trabalho acadêmico e que poderia ser publicado. Para isso, foi-lhes solicitada a autorização, incluindo o uso das imagens, caso isso fosse necessário. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na forma como este é exigido pelo COEP/UFMG.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e fazem parte do acervo da pesquisadora e do orientador. Depois disso, foram analisadas seguindo o procedimento específico aplicável às entrevistas centradas no problema

### **A) Codificação temática**

A codificação por tema, no dizer de Flick (op. cit, p 97), é um procedimento que foi desenvolvido para estudos do tipo comparativo. O tema se caracteriza pela distribuição de suas evidências em um grupo determinado (no caso, pelos ex- associados). A seleção da amostragem deste grupo, observando-se as referências do autor, foi dirigida para sujeitos que vivenciaram as atividades da José do Patrocínio na década de 1950 e que tiveram participação nos debates sobre a situação do negro na sociedade da época. Por isso, a opção pela escolha dos sujeitos pelo método da “Bola de Neve”, um foi indicando o outro e assim se estabeleceu um círculo de contato muito sólido. Na primeira etapa da análise faz-se um breve apanhado do perfil representativo da entrevista e da pessoa. Em seguida, procede-se uma rápida descrição dos tópicos principais citados pelo entrevistado no tocante aos marcos do tema de pesquisa. Neste último item, identifica-se a forma como cada um deles lidou com o problema do estudo. A partir desses tópicos,

desenvolve-se um sistema de categorias. Primeiramente se aplica a codificação aberta e, em seguida, a codificação seletiva.

A codificação aberta consiste no seguinte:

- a) em primeiro lugar, busca-se captar os dados ou evidências do fenômeno estudado sob a forma de conceito emitido (consciente ou inconscientemente) pelo entrevistado.
- b) em segundo lugar, a pesquisadora sublinha palavras e “seqüências curtas de palavras” que têm sentidos próximos;
- c) em terceiro lugar, a pesquisadora identifica os elementos com os quais os entrevistados definem a cena inicial de suas narrativas.
- d) em quarto lugar, a pesquisadora precisa, observando as categorias que estão embutidas nos relatos, destacando “suas propriedades” (Flick, *op. cit.*, p. 190-191), ou seja, ressaltando as nuances, a intensidade do que se deseja significar. Ainda segundo Flick cada uma das categorias identificadas no discurso dos sujeitos entrevistados podem ser redimensionadas. Para realizar essa identificação das propriedades é preciso capturar as categorias embutidas nos relatos. A sugestão dada pelo autor é que se *codifique o texto* (no caso, a transcrição da entrevista), *ou em linha por linha, ou em frase por frase, ou em parágrafo por parágrafo* (Flick, *idem*). Para análise das entrevistas, na presente dissertação, codificou-se ora em frase por frase, ora em parágrafo por parágrafo, pois o objetivo era o de enxergar as relações das categorias encontradas com o problema do estudo: o papel da José do Patrocínio na educação dos seus associados.
- e) em quinto lugar, a pesquisadora, após essa ampla estratégia de caracterização, está em condições de estabelecer como elas se ordenam, dentro do relato, no decorrer do tempo. Nesse instante, Flick sustenta que o pesquisador deve lançar perguntas sobre o texto analisado, utilizando o seguinte roteiro:
  - Sobre o que se fala em cada resposta?
  - Quem são os personagens arrolados no relato. Eles interagem?
  - Que aspectos da pergunta são mencionados ou não mencionados?
  - Quando o episódio narrado na entrevista ocorreu e onde ocorreu?

- Qual é a intensidade do que está sendo relatado?
- Os motivos que sustentam o argumento podem ser reconstruídos?
- Que táticas ou estratégias, para se atingir um resultado, aparecem nas respostas? (Flick, *op. cit.*, p.190)

Lembrando que, sob o mesmo roteiro, foram analisadas 21 entrevistas, o fecho desta investigação seguiu a proposta apresentada por Awe Flick, isto é, após a codificação, cada resposta de cada entrevistado era comparada em face do conjunto codificado, de forma a que se identificasse o que foi semelhante (regularidades e padrões) e o que foi diferente (criações, imaginações e fantasias).

## **B) Codificação seletiva**

Em linhas gerais, esse é o momento de síntese no qual se estabelece a relação entre as diferentes categorias levantadas. É a fase em que o pesquisador aprimora os vetores categorizados na fase da codificação aberta e seleciona aquelas que são mais significativas para a compreensão do fenômeno em estudo. O passo seguinte é mostrar como essas categorias se relacionam com o problema do estudo. Apresentado o método utilizado, passa-se para o quadro teórico que, como dito anteriormente, centrou-se na análise do associativismo negro no Brasil.

## **2. O Associativismo Negro no Brasil: campo teórico**

A historiografia sobre as relações raciais no Brasil já relataram em abundância as formas de resistência desenvolvidas pelos africanos e afro-descendentes desde o século XVII, coincidindo assim com a fase de sua escravização em diferentes regiões de nosso país. Tais formas societárias se expandiram pelos séculos subseqüentes atravessando praticamente todo o século XX, havendo ainda traços das mesmas no século em que vivemos.

Com exceção dos quilombos que, como foi mostrado em várias pesquisas (MOURA, 1984; FREITAS, 2004), eram formas de luta, na maioria das vezes, sangrentas, outros modelos de resistências subsistiram, adquirindo,

entretanto, formatos mais adaptados aos padrões da sociedade dominante. Diferentemente dos quilombos, esses outros formatos tiveram caráter religioso (irmandades cristãs ou congregações de matriz africana) e até mesmo civil, tais como inúmeros grupos (às vezes clandestinos) que emergiram ao longo do período abolicionista e tinham como objetivo a libertação do trabalho escravo.

Ao reler esse movimento dos negros a partir de nosso olhar do século XXI, pode-se dizer que, há muito, na história de suas lutas, mesclaram-se organizações de resistência que visavam destruir o sistema escravista, faziam oposição total a seus fundamentos, como foi o caso dos quilombos. Mas existiram também organizações que foram na direção de encontrar saídas no próprio sistema para tirar os cativos da condição de escravizados. Resumindo, não foi apenas um movimento de resistência, mas houve também manifestações que visavam à negociação dentro dos marcos jurídicos da época. (GONÇALVES, 1997)<sup>1</sup>

Examinando em detalhe essas associações, historiadores identificaram uma série de funções que elas desempenharam tanto no passado quanto no presente. Estudando as irmandades religiosas em meados do século XIX no Brasil, Naiara Ferraz Bandeira Alves (2008) mostra com muita clareza que, embora estivessem subordinados à Igreja e às elites da época

Os negros, contrariando essa idéia, utilizaram-se das suas irmandades para **reconstruir laços sociais**, ou seja, tais espaços serviam para um **processo de construção da liberdade**. Dentro das irmandades desenvolvia-se **uma política de ajuda mútua aos seus integrantes**, com a qual socorriam seus irmãos em caso de doenças, de prisão, na hora da morte e **na compra de cartas de alforria**. Entre as principais atividades das irmandades podemos destacar os procedimentos desenvolvidos a partir da morte de um dos irmãos. A irmandade se responsabilizava por todo o processo que envolvia a realização de uma “boa morte”. (ALVES, 2008, p. 40)

Essa mesma percepção se repete na obra de outros autores, ao registrarem o quanto essa forma de agir das irmandades se reproduziu em diferentes regiões do Brasil (COSTA PINTO, 1998, SCARANO, 1994). Segundo esses autores, parte dessas organizações teve um papel importante no campo da “filantropia”, uma vez que prestavam socorro aos desvalidos que, na sua

---

<sup>1</sup> Sobre a ação das organizações negras e do movimento negro no Brasil Cf. GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. *Le Mouvement Noir au Brésil* (Représentation Sociale et Action Historique), Lille; Septentrion, 1997, 578 p.; Gonçalves, Luiz Alberto Oliveira. Movimento Negro: Criação de Atores Sóciopolíticos, *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, p. 45- 60, 1998.

maioria, eram crianças e velhos, que se viram abandonados após as leis que lhes libertavam do trabalho escravo, mas que não previam para eles qualquer forma de amparo social em uma sociedade que os discriminava por sua herança africana e escrava (ALVES, op.cit.). Com essas ações, funda-se, no Brasil, um primeiro movimento de proteção aos desvalidos, do qual não eram as elites que se mobilizavam para amparar a pobreza, mas, sim, os pobres que buscavam salvar outros pobres da penúria e da miséria absoluta (GONÇALVES, 1998, 1989. GONÇALVES & SILVA, 2000).

Outros registros mostram que algumas dessas associações criaram estratégias para alforriar escravizados (PAIVA, 1995 e PIRES, 2006). Uma das práticas adotadas pelo regime escravagista era a de conceder alforria aos escravizados mediante pagamento aos proprietários desses indivíduos transformados em cativos. Nesse contexto, criou-se, talvez, uma insólita rede de solidariedade, em que libertos doavam pequenas quantias que, à força de muito sacrifício, ao longo de anos conseguiam atingir a quantia reivindicada para alforriar outros escravos. Estudando estratégias de alforria segundo as nações africanas de origem, Paulo Roberto Staudt Moreira mostra que, entre estas nações, *os Nagô e os Mina eram os que tinham maior incidência de alforriados.* (MOREIRA, 2008, p. 181) Segundo o autor, *isso atesta a maior competência dessas nações enquanto grupo para agenciar a libertação, já que muitas dessas cartas foram concedidas mediante o esforço coletivo dos parentes* (idem p.181) É claro que a compra da libertação não contou apenas com a colaboração de outros atores, muitos escravizados conseguiram pelo próprio trabalho armazenar o suficiente que lhes deu também o direito de comprar a liberdade (PIRES, op. cit).

Os exemplos citados servem apenas para ressaltar as formas de associativismo negro que existiram no Brasil desde os tempos coloniais, estendendo-se à vida republicana. Isso quer dizer que traços do associativismo que iremos analisar mais à frente e que persistiu bravamente ao longo do século vinte têm raízes históricas. Ou seja, africanos e afro-descendentes no Brasil reconstruíam a cada época formas de associações que tinham como objetivo algum tipo de valorização da raça negra e, com isso, conservavam como ponto central de suas ações a luta contra as formas de discriminação racial.

Balanços já foram feitos acerca dessas organizações que existiram no Brasil na primeira metade do século XX. Há estudos monográficos que reconstróem a memória de entidades específicas (DAVIES, 2007, GIACOMONI, 2006; LONER, 2003; GIL, 2003; GOMES, 2009). Mas há também estudos que são verdadeiros estados da arte da produção sobre a temática entre os anos de 1950 e 2000 (RIOS, 2009).

Desse conjunto de pesquisas pode-se depreender diferentes direções pelas quais se orientou o fenômeno do associativismo negro no Brasil, da primeira metade do século XX até a entrada dos anos de 1970, quando mudam as condições sócio-históricas do país. A bibliografia consultada mostra que a diversidade dessas formas de associações está relacionada a vários fatores. Um deles é a forma como a ordem capitalista foi se instaurando no país, em termos regionais. A passagem do sistema escravocrata para o sistema de trabalho livre não se deu de forma homogênea, o que significa dizer que a desestruturação da ordem antiga não se fez, no Brasil, no mesmo ritmo, nem com a mesma intensidade. Aliás, esse processo foi muito desigual nas diferentes regiões do país. A chegada de imigrantes europeus nos estados do sul do país, em busca de oportunidades de trabalho nas cidades que floresciam com o modelo capitalista emergente, produziu um enorme desequilíbrio no que tange à incorporação da mão obra negra nas novas atividades que se instauravam naquele contexto (FERNANDES, 1965).

Além das mudanças bruscas em termos de infra-estrutura econômica e funcional, nas condições de trabalho e no cotidiano das cidades que passam a desenvolver o novo modelo de produção, ocorre um fenômeno que foi comum em toda a história da modernização das sociedades humanas: há uma ruptura entre o modelo antigo e o do “novo mundo”, sem que um substitua o outro imediatamente, mas que faz com que ambos tenham de conviver, de forma conflitante. Isso implica a convivência de valores contraditórios, típicos de processos que pressupõem contato cultural. Exige uma nova forma de socialização. Os diferentes grupos sociais são obrigados a criar novas formas de sociabilidade, pois antigos modelos de associações não se adaptam mais à realidade em mutação. O associativismo negro que emerge nesse período de transição toma configurações diferenciadas. Em cada região, assume feições diferentes.

A partir da sociologia da aculturação de Roger Bastide, pode-se compreender porque as organizações negras do Nordeste brasileiro, diferentemente das do sul e sudeste, vão se constituir e se fortalecer, mesmo dentro do sistema capitalista moderno que se introduzia no país, sem se afastar dos valores tradicionais das culturas africanas. Na sua concepção de aculturação, Bastide identifica as múltiplas referências que perfazem o fenômeno de contato entre as civilizações. É nesse contexto que ele analisa as transformações do quadro social que se delineava na primeira metade do século XX no Brasil. O associativismo negro na região Nordeste, nesse período, tem como fundamento os princípios que regem as experiências religiosas: candomblés, na Bahia; tambores da mina, no Maranhão; os xangôs, em Pernambuco. Por meio dessas tradições, era possível resistir aos imperativos da nova ordem que desconstruía valores familiares, comunitários e solidários. Isso talvez explique a persistência ainda hoje, no século XXI, desses valores na maioria das organizações negras do Nordeste que lutam pela inclusão da população negra na sociedade brasileira: blocos de afoxé são exemplos vivos dessa visão<sup>2</sup>.

Isso não ocorria em outras regiões brasileiras, onde esses valores foram reprimidos de forma maciça. Florestan Fernandes (1964/1978) identifica tal repressão na cidade de São Paulo, no período em questão. Fernandes entende que isso teria começado com mais força em São Paulo, dadas suas características modernas: era a cidade que implantava de forma mais rápida e perturbadora um mercado industrial aos moldes do que existia no velho mundo. As profundas mudanças estruturais que ocorriam, sobretudo no mundo do trabalho e da produção, afetavam bruscamente a vida dos cidadãos. Por ter sido transformada bruscamente por uma economia urbana industrial, essa cidade em mutação não tolerava nada que fosse africano. Este era concebido como símbolo do passado. Sendo assim, a modernidade, na cidade de São Paulo, adquire um tom nitidamente anti-africano, nega todas as referências culturais que poderiam dar sustentação psicossocial aos afro-descendentes.

---

<sup>2</sup> Em mapeamento realizado pelo CEAFFRO mostrou o quanto vigoram as organizações negras de matriz africana, muitas com referência direta à religiões afro-brasileiras. CEAFFRO. MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO NORDESTE BRASILEIRO, Salvador, Fundação Kellogg, 2010

Essa negação foi expressa por um militante da época, Correia Leite, nos seguintes termos:

A religiosidade de raiz africana tinha muito pouca manifestação. No começo havia terreiro. Praticava-se o que se conhecia com o nome de feitiçaria, em lugares muito distantes. Tudo era feito com muito sigilo. Alguns até supunham que eles estavam sambando. **Na época o samba era dança de terreiro**, com batida de bumbo. Não se conheciam essas palavras “candomblé” e “umbanda”. Não se falava em orixá, pelo menos eu não ouvi, até por volta de 1943 quando se liberou o funcionamento dos centros de umbanda e candomblé. Certas influências do negro o branco não aceitava, com raras exceções. Eu nunca tive nenhum contato direto com essas manifestações. Até então os negros, sobretudo, os baianos, sabiam que aqui era proibido. **Se praticasse ia preso**. Sabiam que negro que prendiam podiam fazer dele o que quisessem, pois não tinha ninguém que fosse ampará-lo. O negro esteve sempre em desamparo. E uma das idéias era essa: se unir para ter uma retaguarda, para não ser um que apanhasse sozinho (CORREIA LEITE & CUTI, 1992, p. 57)

É essa negação da sociedade paulistana em relação à cultura de matriz africana que produz, naquele contexto, um vácuo moral, uma ausência de sentidos para maioria dos negros<sup>3</sup>. Fernandes, com base em teóricos da sociologia da Escola de Chicago, identifica esse estado em que a cidade deixa a população negra, com esse sentimento de solidão e de vazio profundo, como sendo um estado de anomia social<sup>4</sup>. Ou seja, como um estado de desorganização e de patologia que impedia a constituição de laços familiares, de laços primários.

É nesse momento em que se expande o modelo capitalista de produção, com base na idéia de homens livres que vendem sua força de trabalho no mercado, que surgem associações que caminham no sentido de fortalecer a assimilação dos negros e mulatos nesse novo mundo que se descortinava a eles com a promessa de lhes oferecerem oportunidades iguais às que eram oferecidas aos brancos. (GRIN, 2008)

O associativismo negro passa a contar assim com uma nova variação de sociabilidade da população negra na vida republicana. Já não mais centradas

---

<sup>3</sup> Parece que essa repressão às manifestações religiosas não foi um caso isolado em São Paulo, Yvonne Maggie em sua obra *O Medo de Feitiço*, analisa o quanto essa vontade de reprimir povoou o imaginário carioca na mesma época. Gonçalves (1997) cita episódios de mães de santo de Salvador Bahia tentando negociar com Getúlio Vargas a liberação das casas de terreiro de sua cidade.

<sup>4</sup> Conceito caro a sociologia de Emile Durkheim que, ao analisar o fenômeno do suicídio na Paris do século XIX, observa que este é resultado de anomia social, ou seja, do estado onde se rompe ou se enfraquece a relação entre as normas da sociedade e o indivíduo. Em geral isso ocorre em contextos que passam por mudanças profundas e bruscas, não dando tempo aos indivíduos de criarem novos referenciais que orientem suas condutas na ordem mutante. Posteriormente, Robert King Merton utilizará esse mesmo conceito para caracterizar comportamentos desviantes nos cenários urbanos dos Estados Unidos. Em suma para ele anomia social é um estado de falta ou falha no respeito às normas sociais

em uma visão de pura resistência ao sistema, organizações emergem no sentido da integração dos negros na sociedade de classes sem questionar o modelo de produção.

Reconstruindo a luta desses movimentos em São Paulo na primeira metade do século XX, Florestan Fernandes dedica o segundo volume de sua obra (op.cit.) à descrição do quanto suas organizações visavam à assimilação do negro pela sociedade capitalista que ali se delineava. Na concepção do autor, essas organizações levaram os princípios liberais de igualdade de oportunidades às últimas conseqüências. Elas exigiam que se cumprisse o que rezava a constituição liberal vigente no país naquele momento. Se, em termos legais, todos tinham direitos às mesmas oportunidades, os negros queriam, segundo o autor, desfrutar igualmente delas, sem barreiras e sem distinção. Fernandes via nesse movimento algo que ele chamou de *puritanismo liberal*, ou seja, as organizações negras do início da era republicana, em especial na cidade de São Paulo, defendiam veementemente os princípios do liberalismo político e econômico (GONÇALVES, 2000).

Fernandes foi amplamente criticado por essa visão assimilacionista. Parte das críticas destaca, como o fez Henrique Cunha Jr., o caráter unilateral da análise. Segundo Cunha Jr., Fernandes deu apenas voz a um dos lados do protesto negro paulista da época. Havia, sim, assimilacionistas, mas havia vozes discordantes que se opunham ao modelo de produção que se desenvolvia no país e vislumbravam uma sociedade mais solidária. O avanço da modernização não impediu a persistência de organizações negras ainda com base nas matrizes africanas e não só religiosas. Aliás, até hoje encontram-se essas organizações em pleno funcionamento.

Ainda que justa a crítica acima, ela não invalida os argumentos defendidos por Florestan Fernandes, pois ele contextualiza essas organizações. De certa forma, elas interagiam em um mundo em transformação e que dificilmente ficariam imunes ao ideário dominante que se impunha à sociedade paulistana pelas elites brancas naquele momento.

Analisando algumas dessas organizações, Fernandes vai destacar o seu caráter eminentemente socializador. Eram construídas com o esforço dos sujeitos que buscavam mantê-las sob a forma de sociedades auto-financiadas, ou seja, sobreviviam com a mensalidade dos seus sócios. Não tinham sede

própria e, em geral, eram alugadas em áreas centrais que pudessem facilitar o acesso a seus membros que se espalhavam, em termos de moradia, pela cidade que se expandia em ritmo acelerado (FERNANDES, op. cit)

Uma das características mais importantes e que, de certa forma, é a que está relacionada ao objeto da presente dissertação, refere-se ao papel que essas organizações atribuíram ao lazer e à educação/cultura de seus membros. No dizer de Correia Leite,

nunca conseguimos nada de união, sem que houvesse uma motivação de lazer e recreação. Só havia participação maciça em coisa que fosse pra divertir, dançar, senão...Era a luta que se travava na época. O negro propriamente não era culpado disso (CORREIA LEITE & CUTI, op. cit, p.57)

Mas elas não se centraram apenas no lazer: em algumas, além dos bailes e festas, preocupavam-se também com educação. Em relação a isso, Regina Pahim Pinto (1994) dedicou um denso estudo acerca das iniciativas educacionais, envolvendo cursos que essas associações negras ofereciam para desenvolver habilidades profissionais ou até mesmo de alfabetização voltados exclusivamente aos sócios jovens e adultos, no início do século XX. Pinto enfatiza que já naquele momento as organizações negras criticavam a ausência do Estado nos assuntos da educação.

Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000), analisando a produção acadêmica sobre a educação no interior das organizações negras, ressaltam aspectos importantes que foram focalizados pelos diferentes autores que se debruçaram sobre a temática. Inicialmente os estudiosos identificaram na imprensa negra da época a divulgação de matérias referentes à educação da população negra. Sobre esse assunto dizem os autores:

Por exemplo, o jornal *O Progresso* publica, em 1929, o fechamento de uma escola, na cidade de São Paulo, que funcionou durante dez anos, atendendo afrodescendentes de ambos os sexos. O fechamento se deu por falta de subvenção, ou seja, era mantida exclusivamente pelos membros da Sociedade Beneficente Amigos da Pátria, fundada em 13 de maio de 1908 (*O Progresso*, 26/09/1929, p. 2 e 7 apud GONÇALVES e SILVA, 2000)

Quanto à ausência do Estado, já apontada nos estudos de Regina Pahim Pinto, há um destaque no papel das organizações negras para suprir essa lacuna. Segundo Gonçalves e Silva, *foram as entidades negras que, na ausência dessas políticas, passaram a oferecer escolas visando alfabetizar os*

*adultos e promover uma formação mais completa para as crianças negras.* (op. cit.)

Dentre as organizações da época, destaca-se o Centro Cívico Palmares, associação sobre a qual Florestan Fernandes consagrou páginas importantes para mostrar o papel que ela desempenhou na formação de seus membros. Foi dali que surgiu uma pequena elite negra, com forte tendência intelectual, a partir da qual se deu o desdobramento de outras organizações que colocaram a educação como um dos instrumentos principais para a integração do negro na sociedade de classes. Foi a partir dali que a educação entra na pauta de luta das organizações negras como uma estratégia para a ascensão social. Essa associação surge no momento em que os negros iam tomando consciência de sua situação social. A esse respeito, nos diz o autor:

Os efeitos da secularização de atitudes associaram-se à racionalização progressiva do comportamento do negro e do mulato, originando uma radicalização (...) a ideologia racial dominante dava cobertura moral à aglutinação dos “homens de cor” contra a situação racial existente (FERNANDES, 1965, p. 13)

Fernandes mostra como, nesse momento, importantes episódios permitiram intensificar a decisão para a luta. Passou-se, segundo esse autor, de uma posição discreta para nítidas atitudes contra o preconceito racial. Foi nesse momento, destaca Fernandes, em que os negros começam a tomar consciência (*uma consciência ainda nublada, confusa, toda cheia de contradições*) de sua situação social que

(...) aparece um negro, **Antonio Carlos, hoje major em Barbacena**, com a idéia de **formar uma biblioteca exclusivamente para negros**. Surgiu (desta idéia) uma instituição, com o nome Centro Cívico Palmares, que assumiu um papel *sui generis* entre os movimentos negros (FERNANDES, 1965, p. 13, os grifos são nossos)

O personagem Antonio Carlos, a quem Florestan Fernandes se refere, está na base da Associação José do Patrocínio, criada em Belo Horizonte. Foi um de seus fundadores. Sobre ele falaremos mais adiante. Por ora, basta apenas ressaltar os registros que se tem sobre as idéias e atividades que marcaram a criação do Centro Cívico Palmares, idéias essas que, de certa forma, irão ressurgir, com a criação da associação José do Patrocínio.

O Centro Cívico Palmares começa com uma ação com fins culturais (organização de uma biblioteca). Mas, como assinala Florestan Fernandes, em pouco tempo avança, *passando a ter papel na defesa dos negros e dos seus direitos*. Dentre suas lutas, o autor reproduz depoimentos que retratam a oposição do Centro Cívico Palmares a uma resolução do chefe de polícia de São Paulo que impedia que negros ingressassem na guarda municipal. O Centro, por intermédio de seus ativistas, conseguiu que um deputado, com a força de seu discurso, derrubasse a medida institucional racista. Fernandes chama a atenção para o fato de que o referido Centro *sempre teve em seus fins a preparação do negro para enfrentar e opor-se, pessoal e diretamente, contra as manifestações e os fatos do “preconceito de cor”* (FERNANDES, 1965, p. 14)

Proposições mais arrojadas vão aparecer no início da década de 1930 com a Frente Negra Brasileira, a qual se mostra, como ressalta Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (1997), emerge um projeto melhor acabado, uma vez que os militantes da referida organização entendiam que a educação dos negros deveria incorporar também um conteúdo político. Assim, propunham que a organização promovesse, além dos cursos de ensino fundamental e médio, uma formação política de seus membros (GONÇALVES, 2000).

O associativismo negro na primeira metade do século XX, como se pode ver, funciona como uma estratégia de inserção da população negra na sociedade em transformação. Entre essas estratégias há uma série de outros papéis que terão impacto na socialização da população negra urbana, que passa também pelas dimensões recreativa, esportiva e cultural. Aliás, ressalta-se que essa variabilidade foi, na época, objeto de controvérsias dentro do próprio meio negro.

Houve associações que tomaram o caráter de clubes sociais (LONER, 2003). Criavam-se diretorias próprias, um corpo de associados, estatutos e códigos de conduta. Promoviam festas, bailes, eventos cívicos para comemorações de datas e personagens históricos. De certa forma, tentava-se reproduzir, no meio negro, os mesmos modelos de atividades recreativas e cívicas que existiam nas associações da elite branca.

Correia Leite descreve que essa necessidade de criar formas associativas negras se dava também em função da discriminação racial (CORREIA LEITE E CUTI, 1992). A esse respeito, nos diz o autor:

Cheguei a participar de um pequeno clube de futebol chamado Herói Del Piave. Lá eles viviam confabulando a meu respeito (...) eu podia jogar futebol, mas não podia participar das festas. Eu notava aquela discriminação contra mim (op. cit., p. 26)

Ao lembrar de um outro episódio de discriminação, em um clube de italianos, em que fora levado para aprender a dançar, relata a seguinte cena :

Eu continuei no ensaio. Quando terminou, notei que ia começar o baile de uma sociedade negra de nome Elite Flor da Liberdade. Então começaram a chegar moças muito bem vestidas, aqueles negrinhos bem trajados... Eu fui ficando espantado. Os italianos foram desocupando o espaço. Chegou a diretoria, a orquestra e o baile começou. Fui indagar, e me disseram: - Essa é sociedade "Elite Flor da Liberdade". Faz baile todo domingo, das 3 às 6. É uma sociedade de família...Eu disse comigo: estou perdendo tempo com esses italianos. Eu tenho uma sociedade que é minha, meu povo, minha gente. Fui procurar e encontrei gente conhecida (...) Assim, comecei a participar do meio negro que até então eu não conhecia (op. cit., p 26-27)

Como se pode ver no relato acima, clubes paulistas da época não aceitavam negros em seus quadros. Estes eram barrados nos bailes, nas festas. De acordo com nossa pesquisa de campo, esse mesmo fenômeno da discriminação racial ocorria em Belo Horizonte, na década de 1950, quando surge a Associação José do Patrocínio, conforme o relato de nossos entrevistados, que serão analisados mais à frente. Esta é criada também para fazer frente às barreiras imposta pelas elites brancas belo-horizontinas que discriminavam os negros em seus clubes.

As associações negras tinham rituais muito prescritivos, sobretudo, no que concerne a conduta dos seus sócios. Florestan Fernandes (op. cit.) ressalta esse tipo de código de conduta que regia as associações, marcado por regras fortemente morais, por meio das quais os indivíduos eram distinguidos segundo seu comportamento anterior e externo à associação. Ou seja, nem todos os negros e as negras tinham acesso aos quadros associativos dessas entidades só por serem negros. Era preciso que as evidências de sua conduta moral anterior fossem avalizadas pelos membros das respectivas diretorias.

Ressaltamos essa distinção porque ela vai aparecer também nos relatos dos nossos entrevistados. A José do Patrocínio, como as suas congêneres paulistas, vai também criar um rígido código de conduta que funcionará como

uma espécie de filtro que seleciona aqueles ou aquelas que podem ou não ser aceitos (as) na sociedade recreativa. Como veremos à frente, as regras eram muito bem definidas e as funções de vigilância comportamental na sede, principalmente nas reuniões dançantes, eram meticulosamente determinadas e reconhecidas pelos diferentes membros.

Um dos aspectos que era observado já na chegada dos sócios à sede referia-se à indumentária. Estaria ele ou ela trajado (a) adequadamente para aquele ambiente? Sua roupa era condizente com a ocasião? A forma de se vestir era uma distinção social, muito apreciada por todos os membros. Parece que esse foi outro traço que vigorou nesse tipo de associativismo negro. Há várias passagens na obra de Florestan Fernandes em que essa leitura sociológica da performance corporal dos homens e mulheres negros aparece como maneiras de distinção e, como se percebe, não do negro em relação ao branco, mas dos negros em relação a si mesmos. A roupa distingue um negro de outro negro e pretende atribuir-lhe um status diferenciado. Pelo menos é isso que aparentemente se pretende mostrar.

Para não se imaginar que esse fenômeno de distinção, nas associações e clubes negros na metade do século XX, seja algo isolado, típico de São Paulo e levado a Minas Gerais, recorre-se ao estudo de Beatriz Ana Lorne (op. cit) que estudou clubes negros na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, na mesma década, e encontrou códigos muito semelhantes. Descrevendo os procedimentos adotados por um dos clubes negros dessa cidade, nos diz a autora:

o **Fica ai** (O nome do clube) é o exemplo máximo para a cidade de Pelotas e, talvez, para todo o estado. Isso porque ele é o clube negro mais exigente em seus estatutos e que conta com uma estrita vigilância por parte da diretoria sobre a moral e o comportamento de seus membros, especialmente sobre o sexo feminino, mantendo uma acesa e feroz discriminação contra aqueles que não aceitavam suas imposições de moral e de costumes. Neste sentido, sua influência ia muito além do estreito espaço de sua sede, imiscuindo-se na vida privada de seus sócios, ditando regras e comportamentos a serem seguidos em todas as circunstâncias da vida, inclusive em termos de amizades e companhias a serem evitadas. Procedendo desse modo e mantendo uma severa vigilância sobre as mulheres sócias, o clube procurava disciplinar suas mentes e seus corpos, influenciando diretamente em seu comportamento e, obviamente, padronizando também a formação das famílias negras e sua adequação às regras e normas vigentes na sociedade branca. (LORNE, op. cit,p.4).

O que os estudos supracitados mostram é que as associações negras respondiam a um dado padrão social, independentemente de onde estivessem. Esse padrão foi identificado em associações e clubes negros em diferentes centros urbanos brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santos, Campinas e outras localidades), no período em consideração. Em quase todos eles, o controle se fazia por algo aparentemente superficial: a roupa, a indumentária.

Entretanto, estudiosos das associações negras nas décadas de 1950 e 1960 mostraram que esses aspectos nada tinham de superficial (RIOS, 2009, DOMINGUES, 2008). Ao contrário, por meio desse tema não só se instituiu uma distinção social entre os negros e entre estes e os brancos, como se introduziu o tema da beleza negra, como veremos mais adiante. Não é à toa que esse tipo de valor vinculado à aparência, à forma de se vestir, era encarnado pelo grupo de negros identificados como “elite negra” ou ainda com uma classe média negra (RIOS op.cit.).

Condizente com o clima político e cultural da época, os padrões visuais dos homens e mulheres identificados a essa elite negra seguiam os ditames da moda que era determinada pelas elites brancas brasileiras. Na década de 1950, há, pelo que indicam alguns documentos, uma explosão da moda, que afeta diretamente as elites brancas, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Há uma profusão de desfiles de moda. Esse é outro aspecto que foi focalizado em nosso estudo tendo em vista o quanto, no relato de nossos sujeitos, o *glamour* dos desfiles de moda aparece na fala, sobretudo, das mulheres entrevistadas. E tudo isso teve cobertura da imprensa local. Como nos lembra Georg Simmel, em um dos seus célebres ensaios sobre a moda (envolvendo, sobretudo, a indumentária), esta, na sua concepção, é um dos elementos estruturantes da modernidade. No emergir das cidades modernas, a moda tem um papel fundamental na estrutura mental dos indivíduos. A esse respeito, vale citar as observações que um dos estudiosos de Simmel faz sobre esse fator estruturante (a moda), uma vez que elas nos ajudam a entender o quadro que se desenhava na década de 1950 influenciando parcelas da população negra, pelo menos no alvorecer da expansão urbana. Interpretando Simmel, diz João Carlos Tedesco que a moda

carrega consigo diferenciações de classe, de honra, de distinção, de realização de afinidades, de analogias (movimento/cristalização de tempos e de percepções constantes e transitórias, por isso seu espaço por excelência ser na cidade...), de aceleração (rápidas mudanças e mudanças rápidas), de vaidade, de autonomia e dependência (TEDESCO, 2007, p.63)

Em uma leitura mais aprofundada do artigo do autor acima, pode-se depreender que, para ele, é possível captar o tempo social na moda. É por meio dela que se exercita, na vida urbana, a tendência à homogeneização e, ao mesmo tempo, da distinção social. Segundo Tedesco, moda é , acima de tudo, imitação, por isso tem de carregar consigo a distinção. Seguindo as linhas deixadas por Simmel, o autor destaca que *as classes inferiores imitam os conteúdos da moda das classes superiores. Estas modificam a moda quando os estratos inferiores dela se apropriam* (op. cit. p 63).

Parece que o fenômeno que se produzia, ou melhor, que se expandia no Brasil na década de 1950, em relação aos clubes negros não se limitava apenas em imitar a performance corporal das elites brancas. Fica claro na citação de Beatriz Ana Lorne, já citada, que a influência dos clubes negros extrapolava o ambiente da associação. Suas regras invadiam o mundo privado. O alvo eram as mulheres negras, ou, mais precisamente, o seu comportamento, suas amizades. Como veremos mais à frente, esse processo foi vivido intensamente pelas mulheres que passaram pela Associação José do Patrocínio.

Esse padrão social a ser seguido, seja na indumentária, seja no comportamento social, na conduta em sociedade, teria de fato sua raiz nas “leis da imitação”, para falar como Gabriel Tarde. Para esse autor, a realidade social surge dos indivíduos e de suas relações intra-psíquicas, ou seja, nasce do inter-relacionamento da subjetividade e da intersubjetividade. Assim, os fatos sociais são laços sociais formados pelos indivíduos. Por meio dessas relações inter-psicológicas, os indivíduos exercem uma *ação inventiva, imitativa e de oposição* (TARDE, 1907). Analisando as pequenas invenções no campo da linguagem, Tarde mostra que a maioria delas se deu pelo processo de *imitação* de si ou de outrem (op. cit.p. ). Dito de outra forma, esse processo se deu por um contágio social imitativo. Recuperando o que diz Marco António Antunes, um estudioso de Gabriel Tarde, *tudo aquilo que é imitado é sempre uma crença (idéia ou querer) e um desejo (opinião ou desígnio) que se manifesta no*

*espírito de uma língua, nas orações de uma religião, nos artigos de um código, nos deveres morais, no trabalho da indústria e nos processos da arte.* (ANTUNES, 2010)

Alguns depoimentos que aparecem no estudo de Florestan Fernandes (op. cit) e mesmo o próprio depoimento de Correia Leite (op. cit.) corroboram com a idéia de que imitar o comportamento do branco tinha, no contexto em transformação das cidades brasileiras em questão, um papel fundamental na estruturação das associações negras. Ao lembrar das primeiras produções da imprensa negra, Correia Leite assinala que

a comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa. **Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam.** O negro, de certa forma, era também minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. **E todos eles tinham jornais e sociedade (...)** **Naquele tempo havia muita liberdade, não só em relação aos jornais que funcionavam sem registro, mas também às sociedades.** Devagarzinho é que vieram surgindo essas exigências de registro, alvará, estatuto, proibições de leilões (...) essas coisas depois foram proibidas, porque muitos sujeitos exploravam as entidades negras. Depois criaram as delegacias de costumes e as sociedades passaram a ser registradas e fiscalizadas, com cobrança na porta e tudo (op. cit, p.33, os grifos são nosso)

O que interessa ressaltar no relato de Correia Leite é a lógica que ele elabora para justificar a imitação. Ali, ele se apóia no conceito de minoria para justificar a necessidade de copiar, de imitar. Reitera-se a idéia da imitação lembrada acima. Era uma crença, um desejo e até um dever moral: era necessário criar associações para cuidar dos interesses dos negros da mesma forma que os italianos, os espanhóis, os alemães faziam para cuidar dos seus. A percepção dos negros era que esses estrangeiros europeus estavam se dando melhor na inclusão social. Respeitadas as diferenças contextuais, pode-se dizer que, ouvindo os relatos dos ex-membros da associação José do Patrocínio, tivemos um retrato muito parecido.

“Se os brancos podem ter suas associações, porque não podemos ter a nossa?”. Esse fenômeno foi interpretado, inicialmente, por Florestan Fernandes como sendo resultado da convivência entre diferentes segmentos sociais. Esse é um fenômeno urbano, de áreas nas quais grupos de diferentes matizes, de diferentes origens, são obrigados a conviver. É o que acontecia na cidade São Paulo do início do século XX. É o que vai acontecer, como veremos mais à frente, na Belo Horizonte da década de 1950, e também

no Rio de Janeiro, que, na mesma época, não só vai criar clubes negros, amparados por uma elite negra, como vai reagir também aos apelos da sociedade de massa que se instituía plenamente no Brasil (GIACOMINI, op. cit.).

Que fique claro que se está dando, na presente dissertação, destaque apenas a um tipo de associativismo negro, mais precisamente, àquele que se constrói em resposta direta aos determinantes da sociedade em transformação. Não significa que outras formas associativas não existissem na mesma época. Como já dito anteriormente, outros estudos monográficos reconstruíram modelos muito diferentes desse que foi marcado pela presença de uma elite negra, cujo objetivo central era criar suporte que permitisse produzir uma nova imagem dos negros na sociedade brasileira. Paralelamente aos clubes negros, proliferavam-se as escolas de samba, os blocos carnavalescos, os batuques, os afoxés e muitos outros tipos associativos. Resistiam em vários lugares os congados, os reisados que faziam persistir modelos de sociabilidade que se recriavam para se adaptar às mudanças bruscas do meio social.

Interessa-nos apenas ressaltar o associativismo de um tipo integrador, tendo em vista que a associação José do Patrocínio de Belo Horizonte, objeto do presente estudo, seguiu esse mesmo modelo, com muitas variações, é claro. O objetivo da pesquisa foi desvendar nessa forma de associativismo que elementos explicariam a sua expansão e a sua emergência em contextos tão diferentes.

Aqui se faz necessário explicar o significado do termo integrador para falar de um tipo de associativismo. Aliás, estabeleceu-se uma enorme polêmica sobre o conceito de integração social referindo-se à população negra no Brasil. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães a expõe magnificamente em artigo recente intitulado “Intelectuais Negros e Formas de Integração Racial” (2004). Nele, o autor, dentre outras coisas, afasta, de uma vez por todas, que tenha havido em algum momento no Brasil projetos separatistas produzidos pelos negros, fator que hoje atormenta setores da elite branca nacional.

Examinando a produção intelectual brasileira (de autores brancos e negros) desde o final do século XIX até a segunda metade do século XX, incluindo alguns autores das décadas subseqüentes, Guimarães identifica não

visões separatistas, apartheids ou coisa parecida, mas, ao contrário, um enorme esforço moral e intelectual para se pensar formas integradoras dos negros na sociedade brasileira. Ao longo do século XX, ele identifica pelo menos três maneiras por meio das quais se construiu no Brasil idéias de integração da população negra.

A primeira deu-se pela via do “embranquecimento” (op. cit., p.271), entendido como sendo o *processo pelo qual os indivíduos negros, principalmente intelectuais, eram sistematicamente assimilados e absorvidos às elites nacionais brasileiras* (op.cit., p. 27). Defensores dessa idéia, segundo Guimarães, destacam que essa integração implica em um tipo de ascensão social que está em conformidade com os valores e padrões culturais do grupo dominante e rejeitam tudo aquilo que este considera deplorável. (idem). Guimarães pondera, entretanto, que mesmo nesse quadro de assimilação, os afro-descendentes não se deixaram, de forma alguma, assimilar integralmente. Eles sempre introduziram inovações. Nas palavras do autor:

A assimilação à cultura luso-brasileira nunca significou uma simples e pura reprodução da estética e da moral política européias (...) ao contrário, esses artistas e intelectuais tidos como embranquecidos foram responsáveis pela introdução, na cultura brasileira, de valores estéticos e de idéias híbridas e mestiças, modificando a vida cultural nacional em direção a um estado em que eles e os meios de onde provieram pudessem se sentir à vontade. (GUIMARAES, op. cit. p 272)

A segunda maneira por meio da qual se buscou construir a idéia de integração dos negros aparece sob a forma de reivindicação. Reivindica-se *a nação brasileira como um produto do trabalho negro* (GUIMARÃES, idem). Essa visão, na concepção desse autor, data da campanha abolicionista, mas que foi, posteriormente, muito explorada pelos intelectuais negros que forjaram e vulgarizaram *uma visão positiva da contribuição dos africanos para construção nacional e para a constituição moral do nosso povo* (idem p.274). Para Guimarães, essa atitude integracionista, que ele considera como politicamente passiva, durou muitas décadas e contribuiu para os negros e mulatos sustentarem que *a única coisa que os distinguiam da elite branca era a cor, sem qualquer implicação moral ou cultural* (ibidem)

Entretanto, nesse mesmo período, há uma variante dessa mesma versão, mas não de uma forma passiva. Esta passou a vigorar a partir da terceira década do século XX, atingindo as associações que ora investigamos. Abandona-se a atitude passiva em prol da mobilização política e do cultivo da identidade racial. Guimarães identifica esse movimento na imprensa negra paulista e carioca, dos anos 1930 e 1940 e vê sua continuidade em outras organizações nas décadas subseqüentes. Na visão desse autor, inicia-se ali um novo modo racial de se identificar como brasileiro, dando origem a importantes movimentos negros como, por exemplo, o Teatro Experimental do Negro e Movimento Negro Unificado (a partir de 1978) (GUIMARÃES, op. cit., p. 274). O que distingue essa versão da primeira é a tentativa de ampliar o debate sobre a identidade racial, nacional e internacionalmente. Dois modelos aparecem no cenário: pan-africanismo e o afrocentrismo. Há também um componente importante: *a politização da cultura, dos interesses materiais e da identidade racial* (idem). Juntam-se nas lutas: contestação, integração e mobilidade social. Ou seja, esses não são mais vistos como elementos incompatíveis. Pode até haver tensão, mas não são excludentes.

Guimarães destaca que os dois modelos acima não se restringem a esta ou àquela região do país e também não devem ser vistos como modelos que se sucedem no tempo. Ao contrário, eles convivem temporal e espacialmente. Uma vez estabelecidos, diz o autor, eles se *generalizam e se fixam como alternativa de mobilidade social* (GUIMARÃES, op. cit. 276). Apenas a sua origem pode ser situada desta maneira, mas depois de consolidados, eles se espalham.

Por fim, Guimarães apresenta um terceiro modelo que, segundo ele, caracteriza a maneira de conceber a integração do negro na sociedade brasileira. Esse modelo é formulado não pelos intelectuais negros que apostam na cultura em sentido universalista, mas por aqueles que não compartilham a cultura acadêmica, mas incorporam valores modernos. Por isso, *transforma sua cultura de origem em cultura negra, ou africana e a sua diferença coletiva em diversidade cultural* (op. cit. 276).

O que é mais importante ressaltar nessas observações feitas por Guimarães é que essas tendências de integração não se sucedem temporalmente, mas convivem no tempo e no espaço. Elas agem como

alternativas que as organizações negras podem adotar nas suas lutas. Aliás, elas podem estar na construção de uma única organização.

Na presente dissertação, buscou-se entender como esses modelos de integração da população negra eram sustentados pelos clubes negros que vigoraram entre os anos de 1950 e 1960, em algumas cidades brasileiras.

O fato de encontrarmos uma série de similaridades em clubes negros do tipo integrador, ou seja, de formas associativas que buscavam fornecer suporte moral para construção de novos laços sociais no âmbito da população negra urbana, vivendo em grandes centros ou mesmo em cidades de porte médio, exige que se aprofundem as hipóteses que já se levantaram sobre esse fenômeno.

Começamos, assim, explicitando algumas dessas hipóteses tendo em vista que elas nos ajudaram a organizar os dados coletados em nosso estudo e orientaram, de certa forma, a sua interpretação. Entendemos que antes de apresentarmos os dados empíricos, seria pertinente mostrar o que os iluminou.

### **A proximidade entre os grupos**

O foco aqui é o fenômeno urbano, a vida nas cidades modernas.

A modernização da sociedade brasileira na era republicana não ocorreu, como é de se esperar, de forma homogênea. Cada região, cada estado, cada município deu respostas diferenciadas ao novo modelo de sociedade que foi se construindo com a nova forma de produção baseada na economia de mercado. Recorre-se, neste momento, à reflexão que Alain Touraine faz em sua obra, *Produção da Sociedade*, na qual, retomando o clássico pensamento de Karl Marx, ressalta que a consciência social que, pouco a pouco, domina o pensamento moderno, é de que a sociedade não é produto de nenhuma força divina ou superior aos homens, mas, ao contrário, é produzida pelos próprios homens em condições históricas bastante definidas. Isto quer dizer que esta produção é resultado de relações sociais, marcadas por encontros e desencontros, por interesses de classes e de grupos, por contradições históricas completamente identificáveis.

A passagem do escravismo para a sociedade capitalista trouxe em seu bojo mudanças que se refletiram de diferentes maneiras nas relações sociais, em especial, nas relações raciais, entre brancos e negros (pretos e mulatos). Dos lugares bem definidos no sistema escravocrata, no qual africanos e descendentes foram rebaixados à condição de escravizados, e os europeus e seus descendentes figuraram na condição de homens livres e, alguns deles, de senhores e proprietários de escravizados, passou-se a um sistema em que juridicamente essas classificações desapareciam, emergindo em termos legais a figura de homens livres, no sentido republicano. A partir daí, a consagrada separação entre a casa grande e a senzala dá lugar a um modelo societário que favorece os “contatos”, face a face, ou seja, abre-se a possibilidade de brancos e negros dividirem o mesmo espaço de moradia e de convivência. É neste contexto que se torna possível pensar sobre relações raciais.

Antes de descrever detalhes dessas relações no Brasil, vale a pena esclarecer em termos teóricos o significado do termo “relações raciais”. Este, como lembra Luiz Alberto O. Gonçalves (1997), é utilizado em inúmeras pesquisas sem que, de fato, se precise o que se entende por relações raciais. Segundo esse autor, no campo sociológico, esse conceito surge na Escola de Chicago do início do século XX, e tem com um de seus inspiradores Robert Ezra Park. Gonçalves assinala que Park, na realidade, deu as bases para se pensar as relações raciais. Seu foco empírico na formulação da teoria não era exatamente a relação entre os negros e brancos estadunidenses, mas entre os estadunidenses (brancos e negros) e os imigrantes. Para ele, as relações entre esses grupos se dariam em quatro passos. Primeiro, teria de haver forçosamente um contato, ou seja, alguma possibilidade de que se encontrassem de alguma maneira, tal como: morar no mesmo bairro, freqüentar o mesmo supermercado, a mesma escola, usar os mesmos transportes públicos, ter uma linguagem comum para se comunicarem, e assim por diante (GONÇALVES, 1997). O segundo passo é o que Park chama de competição. Uma vez estabelecidos os contatos, os diferentes grupos passam a disputar espaços, empregos, melhores colocações funcionais, oportunidades educacionais, reconhecimento social, e outros (GONÇALVES, idem). O terceiro passo seria o da acomodação, ou seja, depois de um longo período de contato,

de disputas, de acertos, de negociações, chegar-se-ia a um estágio de acomodação, no qual um se adaptaria ao outro, trocariam valores, crenças, modos de ser de cada um (idem). Se esse último passo falhasse, haveria, na concepção de Robert E. Park, a total assimilação de um grupo pelo outro. Sobre esse desfecho, Gonçalves discorda de que a total assimilação fosse o único resultado possível, como de fato não o foi, como bem demonstram os inúmeros conflitos raciais que marcaram a civilização americana ao longo do século XX. Park pensava na assimilação total dos grupos aos valores dos Pais Fundadores da Nação Americana. Mas não foi isso que aconteceu. Paralelamente à assimilação de grupos de imigrantes (italianos, irlandeses e outros) houve movimentos de separação total desses grupos, criando-se apartheids, leis segregacionistas ou coisas do gênero, o que resultou, no caso estadunidense, em um poderoso movimento de defesa dos direitos civis e até mesmo de resistência armada (Black Panthers), tendo à frente lideranças negras (GONÇALVES, 1997, 1998).

Esse modelo permitiu pensar nos deslocamentos populacionais migratórios, principalmente no que concerne ao dos afro-brasileiros, bem como permite analisar as formas de acomodação desse segmento nas áreas urbanas que, no Brasil, se adensam no período republicano. Gonçalves entende que, de certa forma, foi isso que Florestan Fernandes analisou no caso paulistano (GONÇALVES, 2000). Foi esse tipo de deslocamento que conseguimos, também, identificar na fala de nossos entrevistados, membros da Associação José do Patrocínio, cuja maioria era oriunda do interior de Minas Gerais, se estabelecendo na capital justamente no período de transformações fortemente modernizadoras.

Os contatos que vão propiciar as relações raciais em consonância com modelo acima apresentado tiveram, em Belo Horizonte, como se verá mais à frente, vários desdobramentos que envolveram, entre outras coisas, a desapropriação de grupos inteiros de um bairro para o outro, nos quais a população negra figurava de maneira explícita nesses conjuntos. Envolveu também posturas assimilacionistas da parte de segmentos da população negra, como forma de aceitação social. Apareceram claramente manifestações de discriminação racial em escolas e hotéis, como registram alguns órgãos da imprensa da época. Houve também evidências de tentativas de

enquadramento dos brancos pelos negros em favor da causa racial e vice-versa, os brancos tentando enquadrar os negros em seus modelos de conduta, de beleza e de sofisticação. Ou seja, nas relações raciais em Belo Horizonte é possível dizer que o contato entre brancos e negros foi marcado por conflitos, por aproximações e por negociações, ora sustentados por valores tipicamente paternalistas (herança do passado), ora moldados por valores diga-se republicanos (reconhecendo, ainda que timidamente, os direitos sociais).

### **A expansão dos sistemas de comunicação**

Outra hipótese que estaria na base da explicação das similaridades entre os chamados clubes negros nas décadas de 1950 e 1960 associa-se, para alguns autores, ao *boom* dos meios de comunicação, tendo como destaque a emergência da televisão e a circulação em nível nacional de revistas que vão difundir formas de comportamento, com um viés fortemente nacionalista. Embora esse movimento de construção da brasilidade tenha iniciado na era Vargas (1930-1945), ele se expande de forma surpreendente na era juscelinista com os meios de comunicação. Entretanto, tal movimento tem, no início, a escola como vetor da brasilidade como salienta Helena Bomeny:

O grande programa de reformas que teve seu momento inspirador na década de 20 viu no pós-30 sua chance histórica de realização. Em sentido especial, a educação talvez seja uma das traduções mais fieis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e **criar o sentimento de brasilidade**, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outro, forjar **uma identidade positiva no trabalhador brasileiro**, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos aos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados. (BOMENY, 1999, p. 139).

Na década subsequente, a escola associa-se à televisão nessa imensa tarefa de se construir uma identidade nacional Segundo José Carlos Torves (2007), o desenvolvimento da televisão no Brasil caminha em consonância com a conjuntura social, política e econômica do país a partir da década de 1950, na continuidade do governo Vargas. Lembrando-se de que o modelo em ação na época era o desenvolvimentismo e este, sem dúvida, por

intermédio de intervenção estatal na economia foi fundamental para a implantação do veículo televisivo e sua afirmação no território nacional (TORVES, op. cit, pp.45-48.). Isto, entretanto, se deu, segundo esse autor, em três fases: a primeira que ele denomina de sócio-urbana, a segunda chamada de sócio-familiar e a terceira sócio-individual. Na sócio-urbana, fase inicial em que se improvisam recursos e até procedimentos tecnológicos, havia poucos aparelhos no país, tendo em vista que só em 1951 a indústria nacional passa a fabricar televisores. Isto significa que durante um longo período de tempo, assistir à televisão era uma atividade coletiva, juntavam-se pessoas da vizinhança, amigos e parentes em torno de um único aparelho de televisão. Nas observações de Torves, esses encontros eram verdadeiros momentos de convivência de grupos e de trocas de informações dos acontecimentos locais e comunitários (TORVES, op. cit. pp. 23 -28)

A colunista Claudia Garcia (2010) interpreta as transformações da feminilidade nos anos de 1950, destacando os efeitos da Guerra Fria no desenvolvimento de novas tecnologias e impacto desse desenvolvimento nas condições de vida das populações que viviam em áreas de prosperidade ou acreditavam viver, como era o caso da emergente classe média brasileira das grandes cidades do país. A esse respeito, diz a colunista, *melhores condições de habitação, desenvolvimento das comunicações, a busca pelo novo, pelo conforto e consumo são algumas características da época*. Acrescentando mais informações sobre tais características, completa Garcia:

A televisão se popularizou e permitia que as pessoas assistissem aos acontecimentos que cercavam os ricos e famosos, que viviam de luxo, prazer e elegância, como o casamento da atriz Grace Kelly com o príncipe Raimier de Mônaco. A tradição e os valores conservadores estavam de volta. As pessoas casavam cedo e tinham filhos. Nesse contexto a mulher dos anos 50, além de bela e bem cuidada devia ser boa dona-de-casa, esposa e mãe. Vários aparelhos eletro domésticos foram criados para ajudá-la nessa tarefa difícil, como o aspirador de pó, a máquina de lavar roupa (GARCIA, 2010)

A mudança no formato e na circulação das revistas, no período em consideração, cumpre também um papel importante na construção de imagens do povo brasileiro. (LOHN, 2007; ROUCHOU, 2005). O segmento

mais afetado foi, sem dúvida, as classes médias em ascensão. Era para elas que se dirigiam as mensagens principais desses veículos de comunicação

Na coleta de material impresso que circulava nas décadas de 1950 e 1960 foi encontrado entre algumas de nossas entrevistadas uma cópia de páginas da *Revista Cigarra* com uma ampla reportagem sobre uma festa da Associação José do Patrocino, com fotos e descrições detalhadas nas quais se destacavam a forma de vestir, sobretudo, das associadas, a elegância requerida para fazer parte da festa, sempre ressaltando seu lado surpreendente (via-se como excepcional o fato de negros e negras seguirem o padrão das elites brancas). Isso nos fez buscar informações acerca dessa revista. Que papel teria ela desempenhado na década em apreço no que tange à circulação de imagens que pareciam fortalecer características e estilos que marcariam o modo de vida das classes médias em ascensão? Ainda que entre os estudiosos houvesse discordância quanto ao papel da pequena classe média negra que emergiu no período em consideração na luta contra discriminação racial, alguns identificaram essa elite negra como um fator de cisão no interior do próprio meio negro, reforçando-se, assim, a vertente de opinião que defende que, no Brasil, o preconceito é de classe e não de raça<sup>5</sup>. Sem entrar por ora nessa polêmica, buscamos identificar as imagens que circulavam na mídia que poderiam influenciar o estilo de vida das mulheres e homens negros em busca da ascensão social

O historiador Edgar Luiz de Barros (1993) aponta, em um de seus ensaios, o importante papel desempenhado pela *Revista Cigarra* nas décadas em que emergia uma classe média urbana em várias cidades brasileiras. A *Cigarra*, embora existisse desde a década de 1920, fora comprada pelo mega empresário da comunicação Assis Chateaubriand em 1934. Posteriormente teve um papel muito importante na construção de um modelo de beleza feminina. Analisando a referida revista, Dulcilia Helena Schroeder Buitoni ressalta que, no início da década de 1950, *A Cigarra* inaugura um suplemento feminino visando dar conselhos de beleza, maquiagem para a noite, conselhos de moda. Os articulistas responsáveis por esse suplemento criam uma história

---

<sup>5</sup> Por exemplo, Roger Bastide ressaltava que teria sido criada uma elite uma classe média puritana, respeitável, composta na sua maioria por mulatos que expressou um tenaz preconceito contra os pretos, reforçando com isso a idéia do preconceito de classe (BASTIDE, R E FERNANDES, F. Brancos e Negros em São Paulo, São Paulo: Cia Editora Nacional, 3ª. Ed, ([1959]1975)

em quadrinhos intitulado “O Marido da Madame”, envolvendo um casal de classe média alta (BUITONI, 1981, p. 85).

A *Beleza em Jogo* para usar a bela metáfora de Mônica Raisa Schunp, obra em que autora analisa um conjunto de revistas femininas (dentre essas, *A Cigarra*), romances, fotografias, reportagens sobre desfiles de modas para mostrar que, por meio desses veículos se criou o que ela chama de “pedagogia da beleza”, com o objetivo de apresentar padrões de comportamentos e físicos, sob a orientação de uma elite que buscava reconhecimento social, ou seja, prestígio. (SCHUNP, 2002) Tratava-se das oligarquias rurais que, com o fim do sistema escravocrata, ao se deslocarem para cidade, buscavam se distinguir enquanto classe. Por isso, criaram códigos de diferenciação que os distinguiam nas apresentações públicas. Formularam pedagogias diferentes para homens e para mulheres. Tudo isso se refletia nos clubes, nas associações, e assim por diante.

Edgar Luis de Barros (op. cit.) destaca que, na década de 1950, o que marca a moda é o surgimento de butikues e de costureiros. O historiador está se referindo, é claro, ao despertar da alta costura, dos modistas. Mas como esse fenômeno se manifesta entre as classes populares e entre as classes médias emergentes? Para Dominique Veillon (2004), estudiosa da moda em tempos de guerra, mostra que, entre 1940 e 1950, durante a Segunda Guerra Mundial, assiste-se a uma série de transformações relacionadas ao comportamento e aos costumes. Neste período, lembra a autora, no Brasil, instituiu-se uma era de intervencionismo que, através da adoção de uma política de proibição da importação de bens de consumo, impulsionou-se o crescimento das indústrias têxteis e de confecções. Há uma proliferação de cursos de corte e costura. As associações negras da época foram uma das propulsoras desses cursos e não foi à toa que incorporaram entre suas atividades concursos de beleza e desfiles de moda (SILVA, 2003). A José do Patrocínio, de Belo Horizonte, introduziu esse curso, conforme o depoimento de uma ex-participante, como estratégia de alfabetização das moças negras associadas. (GONÇALVES, 2000)

Ruth Joffily, estudando o jornalismo na década de 1950, ajuda a compreender como a moda se popularizou. Segundo ela, nesse período, um colunista do Jornal do Brasil lançou em diferentes edições os moldes prontos

para roupa, propondo a popularização dos usos desses moldes com estilo, tal como refletem os desenhos a baixo:



Mas à frente quando forem analisadas algumas fotos das festas da Associação José do Patrocínio ter-se-á uma visão clara de como essas modas eram copiadas pelas associadas. Praticamente os figurinos femininos usados nos bailes da associação se aproximavam muito do da “Bonequinha de Luxo”, protagonizado por Audrey Hepburn. Seguindo os impulsos da época, buscavam imitar os modelos que despontavam na imprensa nas telas de



cinema e tinham repercussão nacional.

Estudiosos das associações negras mostram também a importância dos concursos de beleza que, de certa forma, se aproximavam dos padrões impostos pelas elites brancas (MOTTA-MAUÉS,1988;HOFBAUER, 2006;PINTO, 1988; MÜLLER, 1988). Chegava a ser o ACONTECIMENTO com a presença da mídia televisa e jornalística, cujo objetivo era produzir impacto. A foto abaixo saiu na Revista Quilombo, em 1949, com destaque às roupas, aos sapatos e aos penteados.



Para finalizar essa caracterização do período em que floresceram as associações negras que deram origem às elites integracionistas, é fundamental introduzir a promulgação da lei Afonso Arinos, em 1951, um ano antes da

criação da Associação José do Patrocínio em Belo Horizonte. Definia-se como crime ou contravenção a restrição do acesso de alguém a serviços, educação e empregos públicos por causa da cor da pele. Historiadores já mostraram que essa lei foi promulgada em função do episódio que envolveu uma bailarina negra estadunidense Katherine Dunham, impedida de se hospedar em um hotel na cidade de São Paulo por causa da cor de sua pele (ABERNAZ & AZEVÊDO, 2010; ALBUQUERQUE & FRAGA, 2008).

Ainda que o tema e a repercussão da lei Afonso Arinos, mineiro de Belo Horizonte, não tenham aparecido na fala de nossos entrevistados, percebe-se que a associação nasce dentro desse ímpeto de proteger os negros da impunidade contra atos de racismo. O paradoxo criado pela lei liga-se ao fato de que ela

Nunca teve eficácia no combate ao preconceito racial. Embora várias queixas tivessem sido registradas na polícia com base na Lei Afonso Arinos, os acusados nunca eram condenados e punidos (ALBUQUERQUE & FRAGA FILHO. op. cit)

Embora outros elementos pudessem ter sido aqui aventados, entende-se que os que acima foram analisados ajudam a compreender a conjuntura em que surge a Associação José do Patrocínio na cidade de Belo Horizonte. Dito isso passa-se a descrever a sua história, seu nascimento e suas funções.

## II Capítulo

### Antonio Carlos & a Associação José do Patrocínio

#### 1. Memórias em construção

Antonio Carlos é um personagem histórico sobre o qual os memorialistas ainda não se debruçaram para dar visibilidade ao seu papel de propulsor da luta anti-racista em Minas Gerais. Na presente dissertação, seu nome aparece porque ele está na base da associação José do Patrocínio. Esta, como dito anteriormente, teve como meta a integração do negro na sociedade em transformação na era conhecida como desenvolvimentista marcada pela gestão Juscelino Kubitschek. Seguindo o espírito da época, a Associação José do Patrocínio defendeu a educação como um instrumento fundamental para ascensão social do negro e, ainda, inspirou-se no glamour dos anos de 1950 em que se desenvolvia um modelo de elite com base nas *benesses* do mundo urbano industrial.

Sobre a história da militância de Antonio Carlos, há versões diferentes, mas todas muito convergentes sobre o seu papel na luta anti-racista no Brasil. Na documentação por nós estudada, há uma única divergência e esta se relaciona ao local de nascimento de Antonio Carlos: Minas Gerais ou São Paulo?

Por exemplo, Florestan Fernandes (1965) e posteriormente Correia Leite (1992) colocam-no como um dos fundadores do Centro Cívico Palmares na cidade de São Paulo. Descrevem-no como um militante que tinha por ideal construir uma biblioteca com obras que contassem a história da África e dos afrodescendentes no Brasil e tornassem viva a memória de negros ilustres que contribuíram para a construção da civilização brasileira, sobretudo, no período das lutas abolicionistas. Nesse panorama apareciam os nomes de José do Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças e outros. Segundo Fernandes e Correia Leite, Antonio Carlos teria sido o propulsor dessas idéias, inicialmente, na cidade de Barbacena, Minas Gerais, para onde se mudou como oficial da polícia militar. Mais tarde, esse mesmo ideal, como será visto mais à frente, reaparece, segundo alguns relatos, em Belo Horizonte, com a fundação da Associação José do Patrocínio.

Entretanto, em um belo estudo intitulado *Liberdades Dadas e Liberdades Conquistadas: Afro-Brasileiros no Pós-Abolição, São Paulo e Salvador* (Freedoms Given and Freedoms won: Afro Brazilians in Post Abolition São Paulo and Salvador), Kim D. Butler (2000), estudando documentos acerca das lutas negras no início do século XX no Brasil, oferece-nos a seguinte informação:

The Centro Cívico Palmares, founded by major Antonio Carlos of Minas Gerais was the first Afro- Brazilian activist organization in São Paulo. The fact that Palmares was founded by a Mineiro is not incongruous, for São Paulo's black community was growing yearly with new arrivals from Minas, Rio, and the Paulista interior. On the night of October 29, 1926, Antonio Carlos convened a meeting of young men involved in black organizations at the Apollo Theater for the purpose of creating a small library of black history and literature. The organization's name is of significance; Palmares was an independent African republic founded in Brazil by fugitive slaves that lasted from approximately 1604 to 1696, and is the quintessential symbol of Afro Brazilian resistance (BUTLER, op. cit, p 103)

Kim D. Butler, como muitos pesquisadores estudiosos da história dos negros brasileiros nos anos iniciais da vida republicana, dedica uma ampla pesquisa sobre o tema buscando preencher a lacuna na história da diáspora afroatlântica. Como se pode ver, ela recupera informações importantes acerca de Antonio Carlos, corroborando com tudo o que já havia sido dito sobre ele. Entretanto, diferentemente de Florestan Fernandes e Correia Leite, a autora o identifica como sendo mineiro de nascença.

Na presente dissertação, essa dúvida dissipa-se com o relato de uma de suas filhas, Aparecida Carlos. Segundo ela, seu pai teria nascido na cidade do Bananal, no interior do estado de São Paulo, no Vale do Paraíba. Ainda que não se tenha tido acesso à certidão de nascimento de Antonio Carlos, um documento que nos foi encaminhado pela Cúria Diocesana de Lorena certifica que nos *livros de assentamentos de BATISMO da PAROQUIA BOM JESUS DO LIVRAMENTO EM BANANAL*, encontra-se no Livro 11- anos 1900-1905 página 10v, n 109, que no dia 15 de novembro de 1900 batizou-se Antonio Carlos, filho legítimo de Gastão Carlos e Antonia Luiza.


**CÚRIA DIOCESANA DE LORENA**  
 Rua Hepacará, 28 – centro – Lorena – SP  
 CEP 12.600-340 – fone (12) 3163-1266

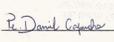
**Certidão de Batismo**

**ANTONIO CARLOS**

Certifico que revendo os livros de assentamentos de **BATISMO da PARÓQUIA BOM JESUS DO LIVRAMENTO EM BANANAL**, encontrei no Livro 11 – anos 1900 – 1905 página 10 v, nº 109 o seguinte teor:

Aos dias 15 de Novembro de 1900 nesta Matriz digo Parochia baptizei solemnemente a **Antonio Carlos**, nascido a 9 de Fevereiro deste anno f. Leg. de Gastão Carlos e Antonia Luiza forão padrinhos Cristiano Bento e Argentina Isabela. O Vigário José Mº Brandi

O teor acima foi fielmente copiado.  
 Obs: para genealogia.

  
 Pe. Daniel Capucho  
 Chanceler do Bispado

  
 CÚRIA DIOCESANA DE LORENA

Lorena, 04 de Junho de 2010  
 O Chanceler Daniel Capucho



**Coronel Antônio Carlos**  
foto cedida por sua família

Ao que tudo indica, ele era, de fato, paulista. Mas não foi a sua naturalidade que nos chamou a atenção, mas a condição de sua família biológica. Ainda pelo relato de sua filha Aparecida Carlos, fica-se sabendo que Antonia Luiza, mãe de Antonio Carlos, trabalhava na fazenda **Resgate**. Aprofundando um pouco mais essa informação, encontraram-se documentos que apontavam essa propriedade como sendo do domínio da família Aguiar Vallim, cujo patriarca, Manoel Aguiar Vallim, nomeado barão pelo imperador Pedro II, foi um dos homens mais ricos e influentes do país no século XIX.

Estudando as relações familiares dos escravos no interior da fazenda **Resgate** de propriedade da família Vallim, os historiadores Manolo Garcia Florentino e José Roberto Góes (1995) ressaltam que o poderoso barão do café, ao falecer em 1878, possuía 600 escravizados (FLORENTINO e GOES, op. cit., p. 52). Cruzando documentos diversos, esses autores nos dão pistas interessantes para se compreender a composição dos nomes que os escravizados da fazenda **Resgate** davam a seus filhos. Segundo eles,

Havia, de início, uma memória genealógica, condição imprescindível à transmissão geracional de signos culturais criados e recriados no interior da família escrava. De um universo de 568 nomes de filhos de escravos e de seus parentes ainda escravizados, libertos ou falecidos, 67 (12%) eram iguais aos dos próprios irmãos, dos pais, dos tios, dos avós, dos sobrinhos, primos e, mesmo, dos maridos das tias. A nomeação revela ainda que a família escrava se abria incorporando os mortos: um em cada quatro filhos aos quais se atribuía nomes de parentes homenageava parentes mortos. Abria-se também para reunir os não-escravos, subvertendo o estatuto jurídico da escravidão: um em cada quatro filhos vivos recebia o nome de parentes alforriados (FLORENTINO E GOES, op. cit, p.63).

Parece que esse costume manteve-se na família de Antonio Carlos. Seu nome é uma combinação do da mãe, Antonia Luiza e do nome do pai, Gastão Carlos. Segue-se assim uma tradição cultivada pelas famílias de escravizados no Brasil, por meio da qual, como assinalam Florentino e Góes, se consegue a imortalidade dos ancestrais. Para esses autores, a família dos escravizados, na fazenda de Aguiar Vallim, teve um papel altamente estruturador. Nos documentos estudados, esses historiadores identificam a existência de uma comunidade de cativos pautada na lógica do parentesco (FLORENTINO E GÓES, op. cit).

Dessa forma, suas investigações se opõem à idéia que predominou em vertentes da historiografia da escravidão, ao longo do século XX, que não viam na vida cativa nenhuma estrutura familiar. (GORENDER, 1992) Ao contrário, a consolidação da família e o fortalecimento dos laços de parentesco entre os escravizados (africanos ou afro-descendentes) ocorre, segundo Florentino e Góes, no momento em que há uma interrupção do tráfico atlântico e uma brusca queda na compra de cativos no mercado interno. Nesse contexto,

Os grupos familiares tendem a se constituir, buscando o sancionamento eclesiástico, configurando, ao final, não apenas a maioria das famílias, mas também abarcando a maior parte dos parentes (FLORENTINO & GOES, op.ci. p. 64).

Chama a atenção o acento que os autores dão à união via matrimônio. O casamento aparece como uma forma de resistir à anomia social. A forma como os plantéis de cativos eram formados, com a introdução de homens e mulheres, comprados nos mercados (externo e interno), em princípio solitários e desarraigados, produzia indivíduos desestruturados. O matrimônio, assim, aparecia, para os historiadores supracitados, como o dispositivo mais adequado para livrá-los da referida anomia. Cruzando os dados de parentesco dos diferentes plantéis do Vale do Paraíba, perceberam que com o fim do tráfico e da compra de cativos

as famílias escravas assumiram, com o passar do tempo, configurações extensas, isto é, fazendo aparecer e ao mesmo tempo sedimentando relações que ultrapassavam os grupos primários formados por pais e filhos (idem, p. 64)

Pareceu-nos pertinente agregar essas informações neste trabalho , uma vez que elas representam um conjunto de valores que possivelmente fizeram parte da tradição cultural de Antonio Carlos e que reaparecem, sob outras roupagens, em várias das proposições por ele formuladas e que orientaram, de certa forma, na época, grande parte dos sócios da José do Patrocínio, tendo a família no centro das atenções. Contrariando a visão de que a família dos escravizados teria sido dizimada pela escravidão, ficava sempre a pergunta: como teriam sido constituídos grupos familiares negros no período republicano? Seriam eles meras cópias do modelo familiar das elites brancas européias?

Os estudos sobre o associativismo negro na primeira metade do século XX já haviam mostrado, tal com assinalado no capítulo anterior, que nele persistiam noções de família, com base nos grupos de parentesco. Na presente dissertação, apenas corroboraamos essas observações, acrescentando que essas noções faziam parte do patrimônio cultural afro-brasileiro dos cativos, que subvertiam a lógica escravista de seu desenraizamento para criar laços de parentesco que lhes permitia resistir à anomia social.

Ainda que não se tenham dados mais completos da família de Antonio Carlos, o documento sobre o qual deduzimos sua origem mostra claramente que seus pais eram casados na igreja. O fato de terem podido batizá-lo por um padre católico mostra que um dos critérios para que o filho pudesse receber o referido sacramento é terem cumprido o matrimônio religioso.

Sobre a continuidade da historia de Antonio Carlos, temos apenas relatos da postura adotada por sua mãe, Antonia Luiza. É de se notar que, na entrevista de suas filhas, a figura do avô não aparece de forma alguma. Em contrapartida, a imagem da avó paterna é colocada no centro de sua formação.

Na memória de sua filha Aparecida Carlos, a avó Antonia Luiza dizia: “Meus filhos não vão crescer ignorantes. Eles têm que aprender ler e escrever e vão ser educados”.

Seguindo o depoimento de Aparecida Carlos, temos um belo relato dessa trajetória: “Então ela abandonou a fazenda com os quatro filhos e foi para São Paulo. Na capital paulista, ela empregou-se como doméstica, alugou

um cômodo onde os deixava. Depois empregou as filhas e por último o único filho homem e caçula, Antônio Carlos. Ele também passou a trabalhar com serviço doméstico. Conseguiu alfabetizar-se aos 19 anos, quando entrou para a Polícia Militar, e teve sua vida marcada pela preocupação voltada para os negros.” (depoimento Aparecida Carlos em 27/09/2009)

Em São Paulo, ainda no período em que fazia atividades domésticas, Antonio Carlos já se envolvia com as questões dos negros que vinham para a cidade de São Paulo, chegados das fazendas do interior. Preocupava-se com o destino deles que se perdiam nos vícios e na mendicância. Muitos, segundo Aparecida Carlos, ao serem libertos, foram expulsos pelos fazendeiros. É daí que começa sua persistência.

Em São Paulo, na Praça da Sé onde eles se encontravam, Antônio Carlos e outros aproveitavam para articular e pensar no que fazer para ajudá-los. A maioria buscava uma nova colocação na sociedade urbana, depois uma forma de socialização, o que primeiro começou a ocorrer com a realização de festas e bailes, em que se reuniam. (depoimento Aparecida Carlos em 27/09/2009)

A depoente arremata: para meu pai, “o negro só conseguiria integrar-se socialmente e de todas as formas através da Educação”. Entretanto, isso não o impediu de interferir em outras áreas na defesa da cultura negra.

Dentre as histórias que se tem de Antonio Carlos, conta-se que em Barbacena, ao chegar à cidade, ele reativou o grupo de congado, porque o padre, na época, tinha proibido que os negros entrassem na Igreja e com isso os havia desestimulado. Segundo moradores antigos, essa proibição já vinha de muito tempo e o congado acabou não saindo mais pelas ruas. Então, quando o Antônio Carlos soube do ocorrido, procurou o chefe do congado, que era o senhor Firmino, mais conhecido como “Marocas”, e todo o pessoal da guarda. E eles então conseguiram recompor o congado. Depois, Antônio Carlos foi conversar com o novo vigário da diocese e este permitiu reviver a tradição do congado na cidade.



O retorno dos congadeiros, como mostra a foto ao lado representou uma vitória importante na luta de reconhecimento dos valores culturais afro-mineiros. Lembrando sempre de que na tradição religiosa da região essa experiência esteve sempre associada à devoção de santos católicos ligados à vivência dos afro-descendentes.

No dizer de Efigênia Carlos, outra de suas filhas,

“Antonio Carlos (o seu pai) fazia os filhos respeitarem as pessoas. A parte educacional arraigada aos princípios da raça fazia com que muitos negros assumissem a sua raça para crescer na vida e vencer os obstáculos. Dava-lhes ajustamento, fazia-os se unirem em torno de um bem maior”. (Efigênia e Aparecida Carlos em depoimento em 27/09/2009)

Com esse breve relato sobre Antonio Carlos, podemos passar para a criação da Associação José Patrocínio, pois muitos dos princípios pelos quais ela se pautou têm origem nessa história e certamente em outras de afro-brasileiros que herdaram valores centrados na família, tal como apresentou-se acima.

## **2. Criação da Associação**

Talvez a José do Patrocínio possa ser considerada uma das mais importantes associações de negros que existiu em Minas Gerais, na década de 1950. Seu surgimento é explicado pelas filhas Antônio Carlos da seguinte maneira:

“Meu irmão (Benedito Carlos) tinha vindo para Belo Horizonte para fazer o curso de Direito que ele estudou aqui. Em certa altura do curso, já bem avançado, quase no finalzinho ele ligou para o meu pai (e disse) que ele e mais alguns colegas estavam pensando em fundar uma

associação em Belo Horizonte e perguntou a sugestão de um nome. E como meu pai continuava pesquisando, além desse contato prático com os negros, ele também pesquisava. Ele lia muito, estudava. E ele estava estudando justamente o “tigre da abolição”. Ele estava estudando José do Patrocínio. Então ele falou com meu irmão que ele estava assim muito entusiasmado com a vida e com a ação do José do Patrocínio e que seria um nome excelente para ser adotado por eles, os fundadores. E acontece que o grupo aceitou a sugestão, então praticamente ele sugeriu o nome da Associação”. (Aparecida Carlos em depoimento em 27/09/2009)

Foi criada em 31 de maio de 1952, na cidade de Belo Horizonte, como **Associação Cultural, Beneficente e Recreativa José do Patrocínio**, com personalidade jurídica, foro e sede nessa capital<sup>6</sup>.

Constituiu-se como entidade civil de âmbito municipal. Seguindo os preceitos que regiam esse tipo de associação, a José do Patrocínio em seu estatuto se define como apolítica, reiterando que seu quadro social seria formado por elementos de todas as classes sociais, sem distinção de sexo, raça, cor ou religião, desde que preenchesse as exigências do seu estatuto. Este tinha por finalidade *ampliar e cultivar os conhecimentos da coletividade brasileira, proporcionando-lhe, gratuitamente, assistência social, cultural, beneficente e recreativa.*

A Associação funcionou na Avenida Brasil, n. 236, no bairro Santa Efigênia, próximo ao quartel central da Polícia Militar de Minas Gerais, em uma casa antiga alugada, com quintal. Em sua sede, reuniam-se pessoas negras que, na sua maioria, eram escolarizadas e algumas com ensino superior. Ainda que algumas das famílias que ali freqüentavam apresentassem condições típicas de classe média, não tinham acesso a diversos espaços sócio-culturais da cidade de Belo Horizonte.

Assim, conforme o relato acima, quando Antônio Carlos veio para Belo Horizonte a associação já existia. Foi fundada por seu filho Benedito Carlos, junto com Peri Brandão e Levi José de Souza, como um clube recreativo. Na ocasião ainda não se discutia a formação intelectual. Esta meta aparece mais tarde, a partir de reuniões de Antônio Carlos com Assulino Balbino, que trabalhava nos correios, com Levi José de Souza e outros membros da associação. Foi na seqüência desses encontros que Antônio Carlos começou a

---

<sup>6</sup> Cartório Gero Oliva Livro A-1 folha 8 do Livro A-2; Registro Civil de Pessoas Jurídicas, fls. 146v sob 0 no. 1412 em 26/05/58

levar livros, a fazer palestras, a falar sobre o negro e a contar história da África e da importância dos africanos no Brasil. Surgem sarais com apresentação de poesias e de livros. Dá-se início à biblioteca.

Assulino Balbino foi o primeiro presidente da Associação José do Patrocínio. Depois dele, a presidência foi assumida por Levi José de Souza.

Mariza Santos (à direita, foto abaixo), doméstica e depois funcionária da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, destacou-se como a principal figura feminina da Associação. Considerada um baluarte da José do Patrocínio, ela foi responsável pelo Departamento Cultural e pelo refinamento social, principalmente das associadas. Sobre ela, na presente pesquisa, apareceram os seguintes relatos:

Um espelho para as moças (...) Mariza era um exemplo de pessoa. Era muito elegante, muito fina (...) uma cabeça muito boa (...) na minha opinião, se houvesse hoje um clube como era a José do Patrocínio, o negro estaria em outro patamar na vida. A Mariza, eu me lembro, orientava tudo. Ela trabalhava na biblioteca (...) ela preparava as moças. Eu acho que ela era uma referência muito positiva (depoimento de Laura em 06/07/2009)

Outras duas entrevistadas trazem igualmente imagens positivas de Mariza,



Carminha e Mariza Santos

mostrando que ela não só deu a José do Patrocínio uma contribuição inestimável no Departamento Cultural, como também ajudou, em todos os sentidos, a construir uma imagem que dava, principalmente às mulheres negras, um novo ânimo a auto-estima .

Em breves relatos, Zilda e Rita D´Arimatéia traçam o seguinte retrato da poderosa diretora da José do Patrocínio:

Mariza era como mãe de todas, orientava as pessoas. Assim, quem queria estudar ela encaminhava. Trabalhava como criada na casa de uma gente muito rica, lá onde hoje é a Savassi<sup>7</sup>. Ela é que arrumava os desfiles para gente desfilar (...) ela resolvia muitas coisas (...) ela era a figura central ali. Feminina. Ela sabia tudo de todo mundo (depoimento de Zilda em 12/07/2009)

(...) Era negra. Alisava o cabelo. Tinha o cabelo castanho. Era uma pessoa como muita delicadeza para conversar com você. Chegava

<sup>7</sup> Bairro em área nobre de Belo Horizonte

perto para passar uma lição de moral. Você se sentia lá embaixo, porque você não conseguia nem ficar com raiva. Ela falava manso, falava calmo. Era educadíssima! Ela explicava tudo. A gente chamava ela de tia. Era muito responsável. Vou te contar. Era estudada. Estudou depois de mais velha. Casou depois de mais velha. Ah! foi tão esquisita a morte dela (Depoimento de Rita D`Arimatéia em 24/01/2009 ).

A posição dos homens entrevistados sobre Mariza reforça a imagem da sua influência positiva na Associação. Ademais, eles ressaltam sua capacidade de organização e o poder de suas decisões

Ela era a diretora social. Era uma criatura muito ativa, muito bacana, muito alegre. A Associação José do Patrocínio, no seu apogeu deveu muito a ela (depoimento de Hilton de Almeida em 20/05/2009)

Ela era uma espécie de assistente social (...) uma coordenadora. Lá era ela que coordenava todas as festas e bailes. Ela era a principal, a única mulher da diretoria (...) ela tinha voz ativa e o que ela falava, o pessoal dava total apoio (depoimento de Cecílio Nicolau em 28/05/2009)

Fica claro nos depoimentos acima que Mariza Santos teve um papel importante na construção de uma “nova imagem” do negro, próxima ao ideário estético dominante na década de 1950. Sua trajetória, pelo menos tal qual foi registrada na memória de ex-membros da José do Patrocínio, é um exemplo típico de ascensão social dos negros no Brasil. Foi empregada doméstica na casa de famílias ricas. Posteriormente, estudou, se formou e mudou seu status. Foi funcionária da Biblioteca Pública de Belo Horizonte. Organizou desfiles de moda para José do Patrocínio, promovendo oportunidades para que mulheres negras aparecessem como modelos. Para isso, Mariza contou com apoio de jornalistas influentes, colunistas sociais, difusores dos padrões estéticos das elites brancas nacionais. Isto talvez explique como se foi construindo uma imagem negra segundo padrões do branqueamento. Vale lembrar que esse foi um fenômeno que se reproduziu pelo menos nas grandes capitais brasileiras, no mesmo período. Tal fenômeno esteve sempre associado ao tema das classes sociais, ou, mais precisamente, ao da formação de uma classe média negra no Brasil. Falaremos dela mais à frente. Por ora, vale continuar apresentando a forma com a José do Patrocínio se estruturou.

A base da Associação era a família, ou, mais precisamente, de uma concepção de família, como se depreende do relato de Efigênia Carlos:

Às vezes eu fico pensando que a nossa família tem uma característica diferente. Eu, uma vez, debati isso com um rapaz do Movimento Negro Unificado (MNU)<sup>8</sup> porque eu acho que **a influência da Casa Grande mais a inteligência e a capacidade do negro** na minha família teve uma influência muito grande, porque apesar de (...) minha família ser simples (...) meu pai e minha mãe davam grande valorização a educação intelectual e também uma coisa muito marcante que eu tento transmitir que é a ética na família (...) Eu percebo perfeitamente que isto deve ter vindo de onde eles passaram. Por onde a minha mãe trabalhou (...) É uma coisa até interessante (...) eu estava pensando, meu pai e minha mãe exigiam que a gente comece à mesa, que soubesse usar talheres, que pedisse licença (...). Aquela coisa antiga, sabe? Numa rigidez, que eu acho que isso nos ajudou demais. ... Então são coisas que minha mãe depois conversava que ela aprendeu onde ela trabalhava. (Depoimento de Efigênia Carlos em 27/05/2009)

Como se pode ver, Efigênia apresenta uma família do tipo nuclear, que reproduz valores da sociedade capitalista liberal, em que a educação, como instrumento de ascensão social, coloca-se em primeiro plano. Mas como veremos mais adiante, a José do Patrocínio incluiu famílias definidas por outras relações de parentesco, tais como tios, primos, cunhados e afilhados. Em suma, essa Associação reproduzia valores muito parecidos com aqueles identificados por Manolo Garcia Florentino e José Roberto Góes ao se referirem à tradição de relações de parentesco da população negra nos plantéis do século XIX.

Na José do Patrocínio, a sociedade se fazia ou por relações de parentesco, de amizade ou de vizinhança. Formavam-se, como se pode depreender de alguns relatos, uma grande família. A seguir serão apresentados alguns ex-membros da Associação tendo como referência os dados disponíveis. Alguns já falecidos, mas a maioria que se encontra na descrição abaixo está viva e contribuiu muito para presente pesquisa.

### **3. Troncos Familiares e Amizades na Associação**

**Antônio Carlos**, casado com **Natalina dos Santos**, teve cinco filhos. **Benedito Carlos**, advogado e professor de Geografia do Colégio Estadual; **Benedito Fernandes**, jornalista, assessor do dono de Jornal na cidade de

---

<sup>8</sup> Refere-se ao um movimento político, articulado por organizações negras, que emerge no Brasil no final da década de 1970, e que vai dar uma nova configuração à luta contra racismo em uma perspectiva que se articulava com a luta de classe combatendo as desigualdades, a ditadura militar.

Ouro Branco –MG; **Efigênia Carlos**, professora, estudou no Colégio N.Sra da Piedade em Barbacena, formou-se em 1950 no Instituto de Educação em Belo Horizonte, lecionou no Pioneiras do Brasil, uma escola para moças da sociedade; **Aparecida Carlos**, assistente social, professora, trabalhou no Ministério da Justiça em Brasília, formou-se no Instituto de Educação (Escola Normal, 1954-56) e depois pela PUC-MG; e **Virgílio Carlos**, Matemático, dava aulas na Associação José do Patrocínio.

A família Balbino era formada por **Assulino Balbino**, nascido em 24 de outubro de 1899, primeiro presidente da Associação e almoxarife da rede Ferroviária Federal, e por **Maria Benedita Balbino**, com quem se casou. Ela era paulista de Queluz, sobre quem muitos associados por nós entrevistados elogiaram a caligrafia. Por isso, ela foi muitas vezes responsável pelas atas das reuniões. Assulino era amigo do judeu Misrai. Falava alemão fluentemente. Tinha o dom da oratória, ensinava poesia e era kardecista. Teve dois filhos, mas a única que participou da Associação foi **Clotilde Balbino Vieira**. Ela trabalhou no Hospital André Luiz como costureira, depois como recepcionista. Fez curso de projeção de filmes no Consulado Americano para passar filmes (projetista). Entrou para a Associação, adolescente, quando tinha dezesseis anos.

**Levi José de Souza**, já falecido, era radiotelegrafista do Palácio do Governo Estadual e colaborador nos Diários Associados. Era um líder, com bons contatos pessoais em círculos socialmente brancos; assíduo nas rodas jornalísticas, políticas e literárias da capital mineira. Foi o segundo presidente da José do Patrocínio. Foi referência de todos os entrevistados. Muitos chegaram a José do Patrocínio por suas mãos. Para alguns dos ex-membros, Levi sabia aproveitar de sua influência e tirar vantagens. Era muito carismático. Ele era o “pai” de todos ali.

O senhor **Inocência Fortunato Rosa** nasceu em São João Del Rey em Minas Gerais. Foi bóia-fria, depois se tornou tenente do exército. Teve dez filhos. Um deles era **Inocência Marçal dos Santos Rosa**, casado com **Maria da Glória Maciel Rosa**. Na época, trabalhava na prefeitura de Belo Horizonte como escriturário e em seguida foi estudante de medicina na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Depois de formado, foi perito do Ministério do Trabalho no INANPS/INPS. Na José do Patrocínio, Inocência foi auxiliar da

diretoria. **Das irmãs, Judith** era pedagoga e costumava declamar poesias e fazer trabalhos literários na Associação; **Maria José** era assistente social; **Sônia** era professora de Educação Física; **Jorgina** era historiadora; **Josefina** e **Lúcia** eram normalistas; **Ruth** era bibliotecária. **Hamilton**, seu único irmão homem, era engenheiro.

**Oswaldo Jesuíno dos Santos** era militar, foi vice-presidente da Associação, teve três filhos. Todos também sócios da José do Patrocínio. **Camilo Jesuíno dos Santos Neto** tinha vinte e poucos anos quando se transformou em sócio da José do Patrocínio. Trabalhava no serviço de radiotelegrafia do Palácio do Estado, serviu no 5º Batalhão Militar, estudou no Colégio Tiradentes, fez carreira e aposentou-se como chefe de departamento. Participavam também seus filhos **Etevaldo** e **Lindalva**. Esta, na época, era enfermeira no Hospital Augusto Cavalcanti. Ainda tinha um sobrinho, **chamado Geraldo Felipe da Costa**, que foi um dos fundadores da Associação.

A família Gomes era formada por **José Expedito Gomes**, nascido no município de Datas, no Vale do Jequitinhonha, e por **Nominata Agripina dos Santos**, sua mãe, viúva que veio trabalhar em Belo Horizonte, trazida pelo irmão. Ela era professora, uma autodidata, dava aulas particulares em casa; em Belo Horizonte empregou-se no Clube Atlético Mineiro. Tinha também seu irmão **Augusto Alves Gomes**, casado com **Juraci Brandão**; que, além de músico da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, era alfaiate no Edifício Elmar na rua Rio de Janeiro.

Da família de **Jorge Brandão**, funcionário da Saúde Pública (motorista do diretor), participaram da Associação José do Patrocínio, da qual ele foi diretor, sua irmã **Sebastiana Brandão** e dois de seus cinco filhos. **Juraci Brandão Alves Gomes**, nascida em Belo Horizonte, costureira, casada com **Augusto Alves Gomes**, e **Peri Brandão**, que era ouvires, conhecido joalheiro do centro comercial de Belo Horizonte. Perderam a mãe muito cedo, por isso seus filhos foram colocados ainda adolescentes para trabalhar numa fábrica de sandálias. Peri frequentou a Escola Mário Castilho que tinha uma oficina profissionalizante na qual se formou como ajustador mecânico e saiu da escola já com um emprego garantido. Como seu pai, Peri foi diretor da José do Patrocínio. Na sua gestão promoveu os concursos para escolher o solteiro mais elegante, os “Diamantes Negros”.

**Rita Cristina D'Arimatéia (Ritinha)** é de Alvinópolis, interior de Minas Gerais. Veio com 8 anos para Belo Horizonte com a avó Balduína Maria de Jesus, que foi parteira, benzedeira e lavadeira. Na época, moravam na rua Cambuquira, 154, no lote do GEVASCO Carrocerias (de propriedade de Geraldo Vasconcelos, político conhecido na época), onde trabalhou o irmão. Começou a estudar no Grupo Escolar Lúcio dos Santos, no Bairro Padre Eustáquio. Trabalhou como recepcionista em uma loja de tecidos. Depois foi diarista e manicure. Aprendeu costura e economia doméstica na Casa das Domésticas, que ficava na rua Timbiras. Começou a freqüentar a José do Patrocínio em 1959, levada por Laurinda Ifigênia e Mariza Santos (diretora do departamento social). Na época, ela tinha dezenove anos de idade. Na Associação aprendeu bons costumes e noções de higiene pessoal. Participou de concursos e ganhou como princesa da primavera num desfile promovido pela Imprensa Oficial no Clube Belo Horizonte em 1959.

**Natividade Bertolino**, nascida em Carmo da Mata, Minas Gerais, veio com seu pai, sua mãe e seus quatro irmãos para Belo Horizonte. Assim que chegaram na capital, foram morar no bairro São Bento, na chácara da família Matioli, depois foram para chácara da família Salgado. O pai era pedreiro e a mãe costureira. Foi à Associação José do Patrocínio com mais duas de suas irmãs a convite de Manoel Sampaio. Estudou inicialmente no Colégio Municipal João Pessoa e posteriormente no Afonso Pena. Seu irmão trabalhou numa olaria/cerâmica. Estudou até o quarto ano. A irmã trabalhou no INSS. Foi levada à Associação por uma vizinha. Conhecia duas filhas da família do Tenente Rosa que participavam do Movimento Juventude Operária Católica – JOCA José do Patrocínio representava para ela um ambiente familiar, freqüentado por negros bem posicionados socialmente, cultos, inteligentes. Impedia-se uma moça de entrar pela sua conduta. Tinha que ter postura. Foi candidata a Miss Escurinha.

**João Vieira Valadares Filho**, nascido em Vera Cruz de Minas, veio para Belo Horizonte com 16 anos na boléia de um caminhão. Aqui na capital morou na Lagoinha, na zona boêmia. Casou-se em 1951. A esposa trabalhou como empregada doméstica do dono de uma renomada drogaria de Belo Horizonte. Ele trabalhou como motorista no Palácio da Liberdade. Lá conheceu Levi José de Souza e este o trouxe para a Associação José do Patrocínio.

**Zilda Garcia**, nascida em Belo Horizonte, foi cabeleireira, morou no bairro da Lagoinha perto do Colégio Batista e morou também no bairro de Santa Tereza. Além dela, participaram da José do patrocínio, seus dois irmãos, **Silvio Aleixo** que virou cantor da Radio Nacional, e **Januário Garcia**, hoje, conhecido fotógrafo de jornais e revistas cariocas. Tinha dezessete anos quando entrou para a Associação e foi namorada de Peri Brandão.

**Laura Aparecida da Silva** nasceu no interior de Minas Gerais na cidade de Muzambinho. Seu pai era militar e músico. Ele e sua mãe vieram para Belo Horizonte para que ela e suas irmãs pudessem estudar. Foram morar no bairro de Santa Tereza numa favela. Zilda Garcia foi quem a levou para a Associação e a apresentou aos outros integrantes. Na época, ela tinha dezenove anos.

**Maria da Glória Caetano e João Geraldo** são irmãos e ambos nasceram em Belo Horizonte. Seus avós foram fundadores da Pedreira Prado Lopes. Todos os parentes moravam lá. Quem os levou à Associação Jose do Patrocínio foi Jandira Machado, que era sócia e madrinha de Maria da Glória. Sua entrada na Associação foi em um baile de debutantes, no qual ela era uma delas. Neste baile, ela e o irmão foram destaques em uma reportagem da Revista Cigarra. Ele aparece como um dos Diamantes Negros, o homem mais elegante da Associação. Seu pai era porteiro do grupo escolar Benvindo de Carvalho e sua mãe era costureira.

**Carmen Ifigênia da Conceição Santos** é natural de Belo Horizonte. Nasceu no bairro Calafate. A família, fugindo da Revolução de 1930, foi inicialmente morar na casa de uma tia no bairro do Horto, e posteriormente para São Antonio das Roças Grandes, em Sabará, na casa do avô, João Colodino, empregado da Central do Brasil. Assim que acabou a revolução, a família toda voltou para Belo Horizonte. O pai e os irmãos eram músicos, tocavam nos bailes e festas da capital, dentre estas as da Associação José do Patrocínio. Aprendeu a costurar tornando-se modista de senhoras da elite belo horizontina. Estudou no Grupo Escolar Afonso Pena. Até hoje é costureira.

**Rosalina dos Santos** é natural de Santa Luzia, área metropolitana de Belo Horizonte. Veio com os pais para a capital aos 3 anos de idade para morar no bairro do Horto. Depois que seus pais morreram, foi morar com a tia no bairro de Santa Tereza. Casou-se com **Carmindo dos Santos**, irmão de Carmen Ifigênia da Conceição Santos, que, como já dito, era músico. Casados

foram morar no bairro São Geraldo. Ela iniciou seus estudos nas Escolas Reunidas Vila Independência, hoje Grupo Padre José de Anchieta. Trabalhava como empregada doméstica. Acompanhava o marido nos bailes e festas em que ele tocava.

**Hilton de Almeida**, cunhado de Rita D` Arimatéia, tinha vinte anos quando se associou à José do Patrocínio. Nasceu em Belo Horizonte. Seus pais eram de São João Del Rey. Na capital, morou no bairro Santo André e no bairro Concórdia. Na década de 1950, jogava futebol na Associação dos Datilógrafos da qual seu irmão mais velho era sócio. Foi ali que conheceu as pessoas que o levaram para ser sócio da José do Patrocínio. Estudou no colégio estadual Silviano Brandão. O pai era pedreiro. Era ele que tomava conta dos ônibus que a José do Patrocínio alugava para as excursões culturais. Essa Associação era, para ele, realmente uma grande família.

**Pedro Sebastião de Oliveira**, natural de Belo Horizonte, morou no bairro de Santa Efigênia. Filho de uma família muito pobre, o pai, de Juazeiro, Bahia, trabalhava na prefeitura de Belo Horizonte, como servente e a mãe era de Conceição do Serro, interior de Minas Gerais. Pedro foi criado num colégio interno no bairro da Gameleira, o Instituto João Pinheiro. Fez contabilidade na Escola Técnica de Comércio (AEC). Foi para a aeronáutica em Barbacena. Foi lá que conheceu o Antonio Carlos e sua família. Pedro foi ourives por muitos anos. Trabalhou por 20 anos na área administrativa da polícia militar. Posteriormente foi professor de Telecurso Mobral, primeiro e segundo graus no município de Caio Martins. Na Associação José do Patrocínio chegou ao posto de segundo secretário. Considera que o que de mais importante ficou daquela época para ele foram as amizades, o aprendizado e a auto-estima que lhe foi despertada.

**Wilson de Souza** nasceu em Belo Horizonte; mas sua família era do interior do estado. O pai, do Norte de Minas, de Montes Claros, e a mãe, de Barão de Cocais. Foi levado por **Hilton de Almeida** para a Associação José do Patrocínio. Esta, segundo ele, deu uma postura para as pessoas, para mostrar ao crioulo que ele não era inferior às pessoas do lado de lá.

**Cecílio Nicolau** é natural de Mário Campos. Na década de 1950, ele residia no bairro São Pedro. Quem o levou para a José do Patrocínio foi Altair

Siqueira, hoje delegado, mas, na época, era escrivão de polícia. Cecílio tinha 17 anos. Para ele, a Associação era também uma família.

**Irene São José Ramos** morava no bairro São Pedro, numa casa bem pobre. Foi sua prima, Maria Lulu, que arrumou amizade com o **Inocêncio Maçal**, filho do **Tenente Rosa**. Ela que levava os convites para os bailes. Irene diz que era muito vaidosa, que participava de todas as festas. Na junina, era considerada a mais bonita e original. Para ela, tudo aquilo era uma benção. Mas Irene tinha outras ligações na José do Patrocínio: era comadre da Rita D'Arimatéia e do Cecílio Nicolau.

**João Faustino** é natural de Conceição do Mato Dentro, interior de Minas Gerais. O pai nasceu numa fazenda de escravos perto do Serro, em 1890. A mãe era branca, neta de portugueses. Seu pai descendia de africanos sudaneses, dançava a marujada, fazia parte do congado e tocava viola. Era cheio de fitas. João Faustino, aos doze anos, tinha a função de pegar os cavalos de passeio para hóspedes de uma pensão na sua terra natal. Chegou em Belo Horizonte em 1947. Morou no bairro do Horto Florestal. Naquela época, era difícil estudar, a família era grande. Foi engraxate. Vendeu balas na porta do cine Metrópole. Foi assessorista da prefeitura. Fez concurso na prefeitura e foi aprovado como servidor público, chegando a chefe do protocolo geral da Divisão de Impostos e Taxas. Chegou à Associação José do Patrocínio por convite de um dos associados, pois gostava de dançar. Hoje, João Faustino adotou a religião islâmica .

**Paulo Virgílio Gomes** é natural de Ponte Nova, mas veio com poucos meses, ainda bebê para Belo Horizonte. Sua família morou no bairro de Santa Efigênia. Quando adolescente trabalhou numa casa de lanches. Conseguiu se formar na antiga Escola Técnica Federal. Foi funcionário da empresa Mannesman, onde se aposentou. Foi ainda responsável pelo bar da Associação. Conheceu a José do Patrocínio aos 18 anos, a convite de **Levi de Souza**, um de seus presidentes.

Finalizando essa lista de apresentações, é preciso incluir o nome de **Mariza Santos**, já falecida, e sobre quem já foi feito , no início desse capítulo, um breve relato de seu papel central na Associação José do Patrocínio. Têm também outros ex- membros, também já falecidos, **Alcebíades e Carmem**, casados, sem filhos, freqüentadores assíduos da Associação, que tinham a

função de fiscais de salão. Eram eles que desempenhavam o papel de coibir, nos bailes, comportamentos tidos como inconvenientes ao ambiente familiar idealizado pela sociedade José do Patrocínio.

Como se pode ver, o clube dos negros belo-horizontinos era um complexo familiar. Uma de suas características, que foi também apontada em outros estudos de associações negras, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro na década de 1950, era o casamento entre membros de famílias associadas, como se pode constatar na José do Patrocínio.



**Casamento entre famílias da Associação**  
Juraci **Brandão** e Augusto **Alves Gomes**  
Igreja de Santa Efigênia - Belo Horizonte 1959

Falar-se-á disso tudo mais à frente. Por ora, vale continuar apresentando a José do Patrocínio, sua missão e suas obras.

#### **4. Contraponto ao Racismo**

Talvez seja essa a questão mais crucial enfrentada pelas associações negras da década de 1950. Surgem em um contexto de transformações sociais que têm certo impacto na vida econômica das pessoas e da sociedade em geral. Por isso, entendeu-se que seria fundamental para nossa investigação aprofundar com os nossos entrevistados a memória do racismo. O que, para eles, poderia justificar uma associação só freqüentada por negros? Seria uma forma de separatismo? Tinham eles consciência de que o Brasil, apesar da ideologia dominante, não vivia a tão decantada democracia racial?

No conjunto das entrevistas narrativas realizadas em nosso estudo, pudemos detectar algo que chamamos de “memória do racismo” e o quanto

ele estava difundido em nossa sociedade. A seguir apresenta-se um conjunto de relatos nos quais a referida memória aparece na fala dos nossos entrevistados.

Antigamente não era assim. Eu não tinha auto-estima (...) não sei se você sabe aqui em Belo Horizonte tinha cinema que negro não entrava. No Acaiaca, (nome de um cinema situado à Av Afonso Pena) não entravam negros. Aqui o único cinema que entrava negos era o Paissandu que, na época era área boêmia e hoje é a rodoviária (Depoimento de João Valadares em 30/01/2009)

(...) naquela época tinha um racismo vergonhoso (...) Eu mesmo, no Clube Terrestre, teve uma vez que fui barrado lá (...) estava com o convite e eles não deixaram entrar. Paguei o convite e eles não me deixaram entrar! Alegaram que eu estava mal vestido. Mas tinha gente mais mal vestida do que eu. (Depoimento de Paulo Virgílio em 23/06/2009)

O quadro que se apresenta no relato já foi amplamente discutido nos estudos sobre o racismo praticado no Brasil. Na década em questão, como dito no capítulo anterior, foi promulgada uma Lei, a Afonso Arinos, que impedia a discriminação racial em espaços públicos: bares, praças, clubes, escolas, repartições estatais e assim por diante. Só que isso não impedia e não impede que se pratique a discriminação racial sob outra roupagem. A aparência com foco na indumentária sempre funcionou como uma eficaz estratégia discriminadora. Outros clubes discriminavam na cidade, sem usar subterfúgios, como relata Laura,

Preconceito marcante – (...) No Clube dos 50, que era lá em Santa Tereza, lá não entrava negros. Eu me lembro que eu fui tentar entrar lá (...) ai nós teimamos em entrar e eles **suspenderam a festa**. (...) Eu fui pra fazer sauna, eles falaram comigo na porta que não (...) **Aqui nós não deixamos entrar negros**. Mais como eu tinha uma orientação do meu pai, todas as vezes que alguém falasse isso comigo, que eu não levasse em conta porque se naquele lugar eu não podia ir, então eu saía e ia procurar outro lugar. (...) Nos lugares que eu vou hoje, na minha época de infância, eu jamais poderia passar nem na porta. (depoimento de Laura Aparecida em 06/07/2009)

A discriminação racial não era tão sutil como se costuma crer. Laura ouviu de viva voz: **aqui não entra negro** e guardou em sua memória as formas de interdição espacial que não estavam explicitadas em lei, mas que faziam parte do cotidiano: se nem na porta poderia passar, o que dirá entrar. E veja,

ela nos traz uma das lições que era praticada naquela época para o enfrentamento ao racismo: **reconhecer o lugar do negro**. Se não pode entrar, paciência, ou procure seu espaço ou crie um, caso ele não exista. De certa forma, muitas associações negras nasceram dessa percepção e a José do Patrocínio não foge a essa regra.

No depoimento a seguir, encontramos todos os elementos acima. O conflito, a lição do reconhecimento do lugar do negro. Nele a situação é mais dramática, pois revela que o medo da discriminação é incorporado de tal forma que o indivíduo nem tenta entrar em um lugar que imaginariamente poderá ser barrado. Os indivíduos não sabiam ao certo se entrariam ou neste o naquele lugar, mas só de ouvirem falar que ali não seria aceito, recuavam. O reconhecimento de seu lugar funciona nesse caso como uma forma de se proteger de situações de humilhação

Nunca sofri, assim, restrição. Mas tinha lugar que a gente não ia. Não era impedido, a gente que não tentava entrar. Nós ficávamos dentro das nossas limitações. A gente não ia entrando em qualquer lugar. A gente ouvia falar muito de alguns que tentavam entrar em alguns lugares e não conseguiam. Mas na realidade, eu não ia nesses lugares. **Eu ia nos lugares que era da cor.** Era o Clube (...) ali na rua Tremedal. Tinha o clube (...) como é que chama, gente? Ah! **Estrela Dalva:** Mais de negros. E as moças (que lá iam) trabalhavam em casa de família. O presidente era preto. Tudo negro, negro. Os negros chegavam muito bem vestidos lá. Nesses bailes iam mais as domésticas. Essas que vinham do interior. Dava muito. As moças do interior moravam nas casas onde trabalhavam como domésticas e iam aos bailes. Foi, num desses, que eu conheci a minha primeira esposa. Foi no clube dos Feirantes (...) o cinema era lá no Padre Eustáquio<sup>9</sup>. Era longe, a gente ia. Eu ia à pé pro cinema (...) Na zona boêmia ali perto da rodoviária, tinha um baile lá que eu ia também. Havia um revide. Uma luta de classes. E nós fazíamos parte dessa luta, e eu fazia parte também, de valorização do negro aqui na nossa sociedade. Só que nossa busca era separada. Veja que hoje há uma mistura maior. Naquela época era mais separado. Os negros ficavam mais entre eles. Hoje o negro anda muito misturado com o branco. Naquela época, era mais separado. Não era igual é hoje, há miscigenação, há aceitação. Nós ficávamos mais entre nós. Saíamos só entre nós. As amizades não eram tão misturadas. Tinha os grupos de negros. Quando a gente parava na avenida Afonso Pena tinha as posições mais ou menos determinadas. Não ficávamos muito misturados. A gente ficava mais ali entre o grupo. E as meninas negras transitavam mais ao nosso lado. A gente tinha mais ou menos os pontos que a gente ficava (Depoimento de Wilson de Souza em 14/05/2009)

---

<sup>9</sup> Um grande bairro popular de Belo Horizonte

O relato é poderoso. Ele traz uma série de situações que ajudam a compreender os conflitos velados na relação entre brancos e negros, e mesmo entre negros e negros na sociedade de Belo Horizonte na segunda metade do século XX. Ele nos dá exemplo de dois clubes negros que não eram exatamente associações no sentido proposto pela José do Patrocínio: Estrela Dalva e O Clube dos Feirantes. Mas também não eram espaços desclassificados por certa camada da população negra, como o eram, por exemplo, as gafieiras. Mas o fato de serem lugares freqüentados majoritariamente por negros não significava que ali se praticavam associações. Paulo Virgílio, um dos nossos entrevistados, definiu a Associação dos Feirantes, local que também freqüentava, da seguinte maneira:

Essa Associação era ali na avenida Paraná, número 52, mas não era no mesmo molde da Associação José do Patrocínio, ou seja, você chegava e pagava para entrar e não precisava ser sócio (depoimento de Paulo Virgílio em 23/06/2009)

Embora não fosse um espaço de associativismo, não significa que fosse um lugar que não havia uma marca de classe social. Pelo depoimento de Wilson Souza, era bastante freqüentado por empregadas domésticas vindas do interior do estado. Aliás, foi ali que encontrou sua primeira esposa. Sobre essa questão, falaremos mais a frente, quando estivermos discutindo conceito de classe média que, em geral, se atribui ao associativismo do tipo praticado pela José do Patrocínio.

Voltemos ao relato de Wilson para destacar outros conflitos que ele anuncia no interior da sociedade belo-horizontina. Ao falar da luta de classes em que estava envolvido, ele chama atenção para o fato de que dentro dessa luta tudo o que referia à valorização do negro era feito de forma separada. Os negros tinham pouquíssimos parceiros brancos para empreender essa luta. Tinham que começar a lutar com suas próprias forças. Como ele mesmo diz, não era como hoje que tudo está misturado, tem “miscigenação”, “aceitação”. Ele reconhece em seu relato que a cidade, em um mesmo espaço de lazer, tinha territórios raciais separados, embora nós, brasileiros, tenhamos nos gabado de nunca ter tido leis segregacionistas. Mais uma vez pode-se dizer que não precisam existir explicitamente leis para que o fenômeno do racismo ocorra. O ponto da Avenida Afonso Pena, ao qual ele se refere, é onde se

localiza o edifício Acaiaca, famoso lugar de *footing* nos anos de 1950, era um local onde jovens, de ambos os sexos, iam passear para se conhecer, quem sabe namorar. No depoimento fica claro que havia uma separação espaço-racial. Conheciam-se previamente onde se podia ficar ou não. Esse era um aprendizado fundamental para jovens brancos e negros saberem localizar-se para não se ter conflitos.

Avançando na análise dos relatos, aparecem outros locais nos quais havia conflitos raciais, melhor dizendo, discriminações que não eram apenas nos clubes. Uma das entrevistadas relata confrontos e desacatos públicos: na rua e no ônibus:

(...) Então você saía na rua e eles gritavam : Oh! Negrinha! Negra do cabelo duro. Era assim (...) Teve uma vez que a gente pegou o ônibus (ficou bastante emocionada ao lembrar) (...) começou a correr ônibus lá no bairro da Serra. E um rapaz (falou para o pai dela.) Não encosta em mim negro! (...) Papai deu-lhe um murro. Ai ele chamou papai lá fora, puxou uma faca. Papai bateu nele com a faca e com tudo. Tornou a voltar pro ônibus (...).(Depoimento de Clotilde em 16/06/2009)

Cinemas eram também palcos de discriminação, como revela nosso entrevistado João Faustino:

(...) Eu me lembro muito bem que existiam três cinemas que a gerência não deixava negro entrar. Um deles era onde eu vendia balas, cine Metrôpole que hoje é o Banco Bradesco na rua da Bahia com a rua Goiás.(...) Aquele prédio era o cine Metrôpole onde negro não entrava. Eu ficava na porta vendendo bala. O gerente de vez em quando ficava me olhando. Vinha cá fora para dizer pra eu não chegar lá na porta.(...) Eu ficava perto do guichê. Então a pessoa comprava ingresso e eu ia correndo na fila.(...) outro cinema, o cine Acaiaca, lá na avenida Afonso Pena também não entrava negros.. E no cine Tupi que hoje é o cine Jack rua Tupi também não entravam negros.(...) Mais no resto da cidade, sim, nos cinemas do povão como São Geraldo que era em frente aquele prédio que hoje é a rodoviária. No cine México que hoje é shopping Oiapoque, o cine Rosário lá no bairro Renascença (...) enfim, em cinema longe (nos bairros), você podia ir. No centro (da cidade), eles não deixavam negro entrar não. (depoimento de João Faustino em 27/10/2009)

Nesses exemplos, aparecem situações comuns na relação entre brancos e negros no Brasil daquela época. Referem-se à cor ou às características fenotípicas dos negros como sendo um insulto. E isto não é

visto como um problema. É naturalizado. É mais surpreendente ainda o episódio do conflito racista no ônibus, onde o pai da entrevistada estava implicado. Ele contraria tudo que o mito da democracia racial preconizou, evidenciando sua presença. Trata-se de um episódio vivido por uma pessoa, pode-se considerar, como em geral se faz, um caso isolado. Mas estamos apresentando uma cena pública. Ele é não isolado, ao contrário, são fatos que ocorreram na cena social.

Comparando com outros depoimentos, podem-se ver diferenças de percepção no que se refere ao insulto público, quando se trata de homens e de mulheres. Quando elas eram o foco do insulto racista, pode ser que não houvesse reação alguma, diferentemente do que acontecia quando um homem negro, como no exemplo acima, era insultado por um homem branco. Como a reação dos homens negros era uma possibilidade não descartável por aquele que insulta, é possível imaginar que as mulheres negras fossem mais vítimas desse tipo de racismo do que homens negros. João Faustino nunca foi insultado na rua por pessoas comuns, no período em questão.

(...) A gente podia ir a qualquer rua e os brancos não xingavam a gente não.(...) eram, em casas ou estabelecimentos comerciais que hostilizavam a gente. (...) Restaurantes, por exemplo. No centro da cidade, tinham restaurantes como o Camponesa ou como o Bico de Lacre, restaurante de comida típica árabe. Nesses restaurantes, você não precisava chegar à porta porque o garçom não lhe atendia. (depoimento de João Faustino em 27/10/2009)

Na rua, no período em que emergia a José do Patrocínio, os homens negros eram alvo do racismo policial, segundo o nosso entrevistado:

(...) A polícia prendia. Chamava a gente de vagabundo, desempregado. (...) Está preso! (...) Por que você está aqui a essa hora ? (...) Você não podia ficar até muito tarde na rua porque a polícia mandava você pra casa. (Depoimento de João Faustino em 27/10/2009)

Os relatos multiplicam os espaços de discriminação. Clotilde, em sua entrevista, relembra um episódio que ocorreu não na rua nem em um ônibus, mas no local de serviço:

Lá no escritório onde trabalhava papai (...) tinha mais duas negras, que eram contadoras. Trabalhavam lá no escritório. E papai era um defensor delas, porque até os contínuos quando tinham que pegar coisas para moças brancas, eles pegavam; para moças negras, eles diziam assim: pega você! Então papai falava: Ah! você vai pegar sim seu cachorro! (...) Ele falava desse jeito: você vai pegar pra elas! As meninas desciam e iam reclamar com ele. (depoimento de Clotilde em 16/06/2009)

Ressalta-se o não reconhecimento do lugar do outro na instituição. Embora os contínuos estejam em posição hierarquicamente inferior às duas mulheres negras, contadoras, tratam-nas a partir de uma atitude racista. Para as brancas, sim, para as negras, não.

Não se pode esquecer de que esses relatos trazem fragmentos da memória de episódios ou situações que os entrevistados viveram no período em que a Jose do Patrocínio foi criada e durou enquanto associação. Por isso, é preciso considerar neste capítulo tudo que eles dizem acerca da forma de vida dos negros nessa época.

(...) de um modo geral a periferia era feita de negros, desde aquela época já era assim (...) praticamente não mudou nada, ou se mudou, mudou muito pouco (...) o que a gente conclui é que a classe negra é realmente a mais prejudicada em tudo. Tudo de pior vai pro negro (depoimento de Hilton de Almeida em 20/05/2009)

A periferia de que fala o entrevistado aparece de forma bastante diversificada nos relatos dos demais sujeitos da pesquisa. Estes descrevem não apenas o que havia de diferente nos lugares onde moravam quando comparados a hoje, bem como falam das transformações de Belo Horizonte segundo as gestões municipais.

(...) meus pais, moravam na Barroca. Ali perto da avenida Amazonas(...) Ali era um brejo (...) É, eu morava ali. Saímos de lá por causa da construção da avenida Amazonas (...) Ai nós fomos para Vila Futuro (...) Hoje ela faz parte do bairro Caiçara e Monsenhor Messias (...) um bairro mais de pobres (...) era de chão. Não tinha água. A gente buscava água (...) eu sai de lá quando veio o trabalho de Juscelino Kubitschek, que ele fez aquelas casas populares. E nós conseguimos uma casa popular (...) no bairro Caiçara (...) ali na rua Perdizes, ali onde que tem o Tancredão. Na Pedreira Prado Lopes - (...) lá moravam muitos, o quintal era grande (...) Quinhentos metros. Tinha muita família aglomerada (...) tios, tias, **a família aglomerou**. Minha avó. Minha bisavó tinha morrido havia pouco tempo (...) até o irmão da mamãe foi pra lá com a família dele (...) era muito bom. Liberdade nós sempre

tivemos (...) Aqui em Belo Horizonte para ver a minha tia que morava no bairro do Padre Eustáquio, a gente ia à pé. Era quase 2 horas à pé, andando (...) A cidade era pequena (...) Eu vinha do baile à pé (...) Nenhum perigo. Eu vinha de terno. Tirava a gravata. Tirava o paletó punha no ombro e vinha à pé lá da cidade até em casa (...) Era carroça andando no centro da cidade. É eu trabalhava numa gráfica onde tudo era entregue por carroça (...) as lojas eram bem diferentes. À noite as vitrines ficavam abertas (depoimento de José Geraldo em 16/10/2009)

José Geraldo está se referindo ao planejamento suntuoso de Belo Horizonte na gestão do prefeito Juscelino Kubitschek, projeto idealizado por Oscar Neimeyer. A construção da Avenida Amazonas foi um marco importante na mudança do perfil da cidade. Exemplifica a saga de um grande número de famílias negras que migraram para Belo Horizonte nesse período. Fala das dificuldades relativas ao saneamento urbano, mas não só, fala também da sensação de segurança. Na realidade, os bairros que menciona no relato são todos vizinhos, localizados na zona Noroeste da cidade. Hoje, com um grande aglomerado, a Pedreira Prado Lopes, mas que, na década de 1950, pelo relato de José Geraldo, era um lugar tranquilo para se viver onde podiam caminhar a pé, à noite sem medo de violência. José Geraldo nos dá um breve depoimento de expressão de liberdade e de como ressurge no espaço urbano a família negra extensa mencionada no início do presente capítulo.

Completando o relato de José Geraldo, Maria da Glória, sua irmã, que saía com ele para festas e passeios no período em questão, confirma suas impressões:

(...) Eu saía sempre com o Zé Geraldo e outro meu irmão que morreu. Sempre participava com eles, não podia sair sozinha. Não tinha violência igual hoje não.(...)E olha que nós morávamos lá no alto, na Pedreira Prado Lopes (...) Então eu sempre saí , sempre fui nos lugares sem perigo algum. (depoimento de Maria da Glória em 16/10/2009)

Outro depoimento mostra igualmente o papel da intervenção do poder público na mudança das famílias negras dentro de Belo Horizonte, na década de 1950:

(...) segundo minha avó me falou, foi quando a maioria das pessoas vieram lá da Barroca para lá onde a prefeitura doou. A prefeitura fez aquela doação de lotes ali, para quem quisesse comprar também.

Naquela época, Belo Horizonte estava em desenvolvimento. Então muitas pessoas foram para o bairro Concórdia, Santo André e Sagrada Família (...) Depois se expandiu lá para o bairro São Paulo (...) porque a **Barroca virou bairro de magnata** (depoimento de Wilson de Souza de 14/05/2009).

Na memória dos entrevistados, permaneceu a percepção de que as transformações na cidade seguiam, na época, uma lógica de exclusão. Mesmo que hoje o bairro da Barroca não seja uma concentração de magnatas, o que vale para o objetivo da presente pesquisa é o que persistiu na memória dos sujeitos.

(...) Aqui os colégios centrais eram mais elitistas (...) havia muita distinção entre as moradias e os moradores (...) Eu acho que eram bairros de grande concentração pobre e negra, os bairros da Concórdia, Renascença e Sagrada Família (...) Na época existiam os grêmios e escolas de estrangeiros (...) havia a Escola de aprendizes e artífices no edifício JK, de latoaria, mecânica, ourives, móveis, vime (...) algumas vezes tinha professores negros (...) os empregos na época eram nas fabricas de massas, sapatos, domésticos, e lavadeiras (...) No Horto Florestal, havia uma senhora que dava as primeiras letras para os filhos dos ferroviários (...) **as profissões mais comuns dos negros na época eram na construção civil, na fábrica de tecidos e cerâmicas** (...) todos sem distinção eram enterrados no cemitério do Bonfim (...) havia muitas festas regionais nos bairros, sempre ligadas as instituições religiosas, políticas ou famílias tradicionais. As civis eram geralmente por conta da prefeitura ou do Estado (...) As pessoas viviam “alienadas” pelo trabalho (...) não havia mendigos (...) Havia uma certa fartura de alimentos e facilidade da caderneta. (...) Os casamentos eram realizados nas casas de conhecidos ou clubes sociais com bandas ou orquestras, as vezes mistas (...) Os clubes privados não permitiam a entrada de negros (...) muitos negros na época tinham o sobrenome dos seus padrinhos (Depoimento de Camilo Jesuíno em 08/05/2009)

Vejam-se as impressões que aparecem no relato acima. Em um só bloco o depoente traça um retrato de segregação espacial, com recorte nitidamente racial, de Belo Horizonte, na década de 1950. Mostra também as estratégias que as classes populares usavam para dar o mínimo de escolaridade a seus filhos. É bom esclarecer que nesse período ainda não se fala em nível nacional da universalização da educação pública, embora já existissem políticas públicas educacionais com foco para os pobres e para os ricos. Para suprir o

papel do Estado, os segmentos marginalizados buscavam formas de atender necessidades educacionais. Ver-se-á mais à frente que a José do Patrocínio apareceu como uma dessas estratégias. Terá classes de alfabetização, de formação profissional e outras. O relato ressalta também o tipo de atividade em que os negros eram absorvidos. Retrata hábitos e costumes desenvolvidos pelas famílias negras belo-horizontinas.

Diante desse quadro, por meio do qual se faz a reconstituição de episódios e fatos de discriminação e racismo do passado, tendo como fonte o depoimento de ex-membros de uma associação negra como a José do Patrocínio, é de se esperar que se pergunte se teríamos como checar as informações? Teriam, de fato, existido essas cenas? Ou elas seriam construções fantasiosas de indivíduos mal sucedidos que não sabiam lidar com a democracia racial que se acreditava e ainda se acredita existir no Brasil?

É claro que o objetivo do presente estudo não era (e não é) checar a veracidade da percepção dos sujeitos sobre seu passado e suas experiências. Mas sim de recompô-los a partir de sua memória. Esclareça-se que eles foram entrevistados um a um, uma a uma, sem que houvesse qualquer influência entre eles. Aliás, há anos que eles não se viam. Foram entrevistados em suas próprias residências ou em lugares que achassem mais adequados e seguros. A única coisa que os identificava era um conjunto de fotos da época lembrando atividades da José do Patrocínio, que lhes era mostrado com objetivo de ajudar a desbloquear a memória. É assim que se viam: jovens na década de 1950, 1960. Salões de festas que freqüentaram. Sócios e sócias com quem se relacionaram no passado. Foi daí que os nossos entrevistados começaram a tirar as cenas de racismo e discriminação acima descritas.

Mas isso não respondia totalmente as questões supracitadas. Ainda que os sujeitos da pesquisa tenham, cada um individualmente, traçado um cenário muito parecido do racismo, buscou-se material de época, produzido por outros atores que pudesse corroborar ou não as imagens de conflito nas relações raciais em Belo Horizonte.

Foi com essa preocupação que uma parte do material jornalístico examinado no presente estudo teve papel importante na construção de dados e de sua análise. O ponto focal foi uma obra editada em 1997 intitulada Binômio-Edição Histórica, de autoria do José Maria Rabelo, na qual ele conta a história

de jornal irreverente que nasceu em 1952, em Belo Horizonte, e foi fechado com golpe militar de 1964. Trata-se, portanto, de uma coletânea de artigos selecionados para essa obra. Nela encontraram-se textos, nos quais seus jornalistas denunciavam, na década de 1950, “o ódio racial” em Belo Horizonte. Em uma cidade com 400.000 habitantes, na época, um *jornal chegar ao recorde de 60.000 exemplares semanais* (RABELO, 2004, p. 193) não era qualquer coisa.

Em 1959, ressalta o jornalista e autor José Maria Rabelo: “uma reportagem revelava a forte discriminação racial em escolas e clubes. Um assunto delicado, quase proibido, que outros jornais da capital praticamente ignoravam” (op. cit. p. 73). Rabelo refere-se a um artigo escrito por Auréclides Ponce de León, intitulado “O Pecado da menina Sônia” (apud RABELO, pp 74 e 75). Conta a história na qual ele, branco, se fez passar por pai de uma menina negra, alegando ser médico recém-chegado de Uberaba com a família para morar em Belo Horizonte, e que gostaria de matriculá-la em uma escola católica bastante tradicional. Telefona para a escola, fala com a madre diretora, conta sua história, mas não diz que a menina é negra. Ele já sabia que o colégio rejeitava crianças negras. Por isso, monta a cena, levando consigo dois deputados estaduais como testemunhas da ação racista. Chegam todos juntos ao encontro, inclusive a menina negra. E ouviram a seguinte alegação da madre diretora:

- O senhor compreende. Não temos, na escola, qualquer outra aluna negra. Ela será a única. Certamente Soninha vai sentir-se constrangida e até discriminada pelas coleguinhas. É pena. Procure entender, senhor (LEON apud RABELO, op. cit. p. 75)

O que ele lhe respondeu

- Obrigado por nos receber, madre. Na próxima segunda feira dia 27, por favor, leia no Binômio a reportagem que, ainda hoje, vou escrever **denunciando seu colégio por racismo**. Com toda a certeza vai ser a manchete do jornal. Soninha, vamos embora daqui. (LEON, idem)

Outra reportagem, no mesmo Binômio, escrita por Malthus de Paula, denuncia o racismo sofrido por um ex-pracinha em um hotel de Belo Horizonte, considerado, na década de 1950, um dos melhores da cidade. Apesar de estar

vestido a rigor, com abotoaduras de luxo e chapéu *gelot*, e de ter reservado por telefone um quarto, ao chegar no Hotel, Osvaldo Catarino teve de carregar sua própria bagagem por que ninguém da recepção teria lhe dado atenção e, ainda, ao descobrirem que ele era o autor da reserva, teve de ouvir do recepcionista: - *lamentavelmente houve um engano. Não temos quarto para o senhor aqui.* Como no caso da menina na escola, o jornalista havia também armado a cena, pois o Binômio sabia que o hotel já tinha inúmeros casos de racismo (MALTHUS apud RABELO op. cit, p. 76).

Além dos casos acima, o Binômio denunciou casos bastante comuns que as pessoas, em Belo Horizonte, achavam normal como, por exemplo, o que se segue

Um engenheiro da Mannesann, residente na Barroca, publicou há um mês um anúncio exigindo uma empregada branca. Um sociólogo constatou que, em todo quarteirão desse engenheiro não havia uma só empregada de cor. O estudo mostrou ainda que a Barroca e Nova Suíça são os pontos onde há mais preconceito, atribuindo isso a influência da população germânica que ali se fixou depois da guerra (MATHUS e MACIEL apud RABELO, op. cit, p. 76).

Dos jornalistas do Binômio foram entrevistados na presente pesquisa José Maria Rabelo e Ponce de León. Este último descreveu o tipo de jornalismo que praticavam. Sabiam que o racismo velado da sociedade brasileira dificilmente se desvelaria se não se criasse uma situação para que isso ocorresse.

Não eram só os negros objeto da discriminação racial, o eram também os judeus. Belo Horizonte, no período em questão, teve a recusa de um engenheiro judeu no Automóvel Clube e a recusa de hospedagem de estudantes africanos no Brasil Palace Hotel (RABELO, op. cit, p. 75). Por isso, ao receberem a denúncia de racismo, os jornalistas investigavam para ver se havia plausibilidade, se houvesse, criavam uma cena para registrar o flagrante. Um dos artigos de Malthus de Paula informa que os casos de racismo denunciados geraram uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa e que teve alta repercussão em Minas e em outros estados (RABELO, idem). Não avançamos uma investigação mais aprofundada sobre essa CPI porque exigiria outro tipo de investimento, o que nos obrigaria

deslocar o olhar para aspectos jurídicos, mas fica registrado que será objeto de uma próxima pesquisa.

Basta no momento mostrar que a memória perceptiva dos associados da José do Patrocínio era corroborada por outros atores, no caso, jornalistas com uma visão mais crítica da realidade, embora tenha ficado claro na pesquisa que eles nunca se viram. Apenas para estabelecer algumas conexões entre o que foi dito pelos ex-membros da associação e pelas reportagens feitas por pessoas que sequer se conheceram ou tiveram algum tipo de relação, destaca-se a percepção sobre um dos bairros de Belo Horizonte, o Barroca, que, ao que tudo indica, era habitado, naquela época, por pobres e negros. Lembrando o relato acima de Wilson Sousa, o qual diz que depois que a cidade passou pela revolução urbana juscelinista, os pobres e os negros do Barroca foram substituídos pelos magnatas. Já a pesquisa, citada pelo Binômio, mostra que foram os alemães que dominaram o pedaço e que não queriam empregadas domésticas negras e nem se davam ao trabalho de esconder a preferência, chegavam a anunciar dessa forma nos jornais. Articulando as duas percepções, pode-se dizer que o Barroca, na década de 1950, ficou rico e branco.

Essa era, em linhas gerais, a Belo Horizonte lembrada por nossos entrevistados que se construía no período em que a Associação José do Patrocínio erguia-se. Grande parte de sua missão estava vinculada a esse contexto. A discriminação nas relações raciais, os conflitos velados ou não, a interdição dos negros em alguns espaços públicos, o fechamento da comunidade negra em si mesma como forma de se proteger das humilhações, o apelo à auto-estima, à construção de uma nova imagem do negro, tudo isso e muito mais fazia parte dos ingredientes que orientaram a José do Patrocínio nos anos em que duraram suas atividades.

Passemos assim a outras atividades que marcaram sua trajetória

## **5. Educação e Etiqueta**

No início da presente pesquisa, tinha-se como foco as ações que a José do Patrocínio teria desenvolvido no campo da educação. Como dito no capítulo anterior, estudos sobre os movimentos negros do século XX já haviam

assinalado essa ênfase em diferentes centros urbanos, incluindo Belo Horizonte (GONÇALVES, 2000). Dada a possibilidade de poder entrevistar ex-membros da associação negra belo-horizontina que se ocupara dessa missão na década de 1950, viu-se nisso a oportunidade de conhecer o que os teria motivado a investir nesse campo. Quais teriam sido suas experiências com a escola?

Gonçalves (2000) destaca que quando se compara, com base no censo demográfico de 1990, a situação educacional dos negros (pretos e pardos) pertencentes a gerações diferentes, percebe-se que os mais *jovens (entre 29 e 40 anos) tinham um percentual muito maior de escolarizados do que os idosos (entre 60 e 80 anos ou mais). Estes, cuja infância e juventude estão mais próximas do início do século XX, padecem de altíssimos índices de analfabetismo* (GONÇALVES, op. cit. 325). O que levou o autor a concluir que, no segmento da população negra, entre as três gerações, avós, pais e filhos, havia *estágios de escolarização absolutamente diferentes uns dos outros* (idem). As mudanças começam a ocorrer na escolaridade daqueles que estavam em idade escolar na década de 1950. Todos os nossos entrevistados se enquadravam nesse caso. Por isso buscou-se extrair de suas entrevistas elementos que pudessem esclarecer as mudanças nas perspectivas educacionais. A maioria teve pais e avós que foram escravos, analfabetos ou muito pouco escolarizados. Mas chama a atenção que, apesar desse estado precário, eles valorizavam a educação como instrumento de ascensão social. Os depoimentos revelam experiências e situações vividas em instituições escolares, muito marcadas pela discriminação racial:

(...)Eu me lembro que, até na época de eu tirar diploma do curso primário, eu fui descalço para a escola porque eu não tinha condições (...) estudei no Silviano Brandão (...) mas as pessoas sempre faziam aquela divisão (...) havia uma professora uma criatura até bacana. Ela se gabava de ser parente de alemães (...) Mas quando as pessoas querem te xingar ou chamar sua atenção, como era o caso dela, a primeira coisa que vem na língua deles é **negro!** (...)Eu me lembro, pra você ver, eu era uma criança, um menino de dez anos mais ou menos, que sempre quando tinha que xingar punha negro na frente. Então eu me lembro também que tinha um professor de matemática, não sei o (depoimento de Hilton em 20/05/2009)

Em *Silêncio: Ritual Pedagógico a favor da Discriminação Racial* (1985), Luiz Alberto Oliveira Gonçalves analisou essas tensões entre crianças negras e brancas, em escolas de ensino fundamental. O questionário respondido por professoras negras e brancas mostrava que, ao se depararem com insultos do tipo que foi relatado por Hilton, não sabiam o que fazer, em geral silenciavam, fingiam que não viam, pois, sem distinção, achavam que aquilo era coisa de criança, que com tempo passaria (GONÇALVES, op. cit).

O relato abaixo já trouxe outro elemento fundamental para presente pesquisa. Ele corrobora as análises feitas por Florestan Fernandes quando este descreve o apoio que os pais davam aos filhos para enfrentar o preconceito racial dentro das escolas. Segundo o autor, mesmo sabendo que os filhos passavam humilhação, os pais os encorajavam a não desistirem, acreditavam que a escola poderia fazer diferença no futuro deles. Clotilde, ao relatar, as lembranças de sua experiência, o pai aparece em primeira linha:

(...) Eu lembro no ginásio papai me ensinando a fazer as coisas (...) eu na minha época de grupo eu sofri muita discriminação. Do tipo assim, de você ser a negrinha da sala (...) a bonequinha preta da sala. Você é chamada de negra, porque a criança negra não podia ser feliz nem ter alegria (...) outras alunas eram mais discriminadas do que eu, porque os pais não eram conscientes. Meu pai era consciente. Então ele sempre vinha com uma colocação pra gente. Ele falava que a gente com um branco tinha sempre que ter um pé atrás. Eu aprendi isso (...) Trate-os como eles te tratam ! (...) papai ensinava a gente, eu e meu irmão a declamar poesia (...) punha a gente pra cantar (...) desde pequenos fomos incentivados a ler (...) **a vencer pela educação** (...) papai tinha uma visão culta, lia muitos romances. Tanto ele como minha **mãe que freqüentou até o terceiro ano de grupo. Mas ela era uma pessoa que não falava errado. Ela lia demais.** De noite, com a luz de lamparina, ela sentava e falava assim: eu estou lendo um romance, e eu vou ler pra vocês. Ela começava a ler e a gente ficava escutando (...) pra freqüentar a escola era difícil, tinha que comprar material. Eu tive uma professora que **era uma mulata chamava dona Dulce.** Ela falava assim: Oh! Bonequinha preta da sala. E eu chorava. Ela pegava a minha mão e cortava a minha unha. Cortou a minha unha no sabugo (...) Cheguei em casa com os dedinhos tudo inchado. Papai foi lá falar com ela que não era pra ela fazer mais aquilo (...) O meu irmão estudou lá no mesmo colégio Augusto de Lima, dois anos na minha frente. Mais o meu irmão o padrinho dele e a madrinha não tinham filhos e eles, pode-se dizer, que adotaram o Clóvis. Então o uniforme foram eles que assumiram (...) Eu não, eu ia com um uniformezinho furrupa. Aquela blusinha simples (depoimento de Clotilde Assulino em 16/06/2009)

A pouca escolarização dos pais, diferentemente do que se pode pensar, era um estímulo para que os filhos estudassem. Os padrinhos tiveram um papel complementar na escolarização. Desempenhavam algumas funções da família quando esta era carente. No caso, responsabilizavam-se com algum suporte material para que o afilhado pudesse freqüentar a escola. Fica claro, nos dois relatos acima, que naquela época para estar na escola era preciso ter um capital ainda que ínfimo; tinha de se ter uniforme, material didático. Hilton, como ele mesmo descreve, ia descalço. O que devia diferenciá-lo muito de seus colegas. Já Clotilde tinha de se conformar com a blusa simplesinha. O mais importante nesses relatos é o que eles acentuam das relações escolares. Há muitas barreiras e fronteiras que são invisíveis, mas isso não significava que não existiam. O não estar na escola era muitas vezes determinado por essas questões. O tratamento dado às crianças pelos professores pode estar vinculado a essa percepção. Imagine, por exemplo, uma professora, em sala de aula, cortar a unha de uma criança até machucar os dedos, na frente de todos os seus coleguinhas, que aprendizado pode deixar?

Mas as estratégias das famílias negras para a escolarização dos seus filhos eram variadas, apesar das dificuldades e da precariedade da educação pública na época. Não se pode esquecer, como apontam estudiosos da educação no período em questão, que persistia no Brasil um modelo educacional dualista: ensino secundário para as elites condutoras do país e profissionalizante para as classes populares (CUNHA, 1998 e D'AVILA, 2002). Com isso, visava preparar os filhos dos operários, os menos afortunados, para logo ingressarem na força de trabalho. A seleção nesses casos era muito rígida, o que dificultava o acesso dos segmentos mais pobres ao ensino de nível médio e ao ensino superior. Mas mesmo assim as famílias lançavam mão daquilo que dispunham

(...) meus dois irmãos estudaram num colégio interno no interior (...) depois do quarto ano primário, com mais ou menos 16 anos, os meninos iam para a **escola de aprendizes e artífices e as meninas, aquelas que tinham condições tornavam-se professoras na comunidade** (...) Na época, só existia o Instituto de Educação para elas ou os cursos de corte costura, bordado e as camisarias (...) Estudar era muito importante (...)

Nesse particular, fica claro que os nossos entrevistados, na sua maioria, inseriam-se no segundo modelo da lógica binária do sistema de ensino

produzida na era de Getulio Vargas. Eram envolvidos, ainda adolescentes, nos cursos profissionalizantes. Para pobres e pretos, a prioridade era a inserção imediata no mercado de trabalho.

Na estação central havia a Escola Mário Castilho; Tinha uma oficina para profissionalizar pessoas. Era para ajustador mecânico (...) alguns dos meus irmãos estudaram lá (...) de **onde já se saia empregado. As moças tornavam-se costureiras ou trabalhavam em fábricas** (...) eu trabalhei numa camisaria de imigrantes ( Relato de Juracy Brandão em 18/09/2009)

Mas nem todos seguiram esse rumo. Como vimos nas apresentações dos ex membros da José do Patrocínio, alguns romperam o lugar imposto aos pretos e aos pobres. Furaram o círculo e foram para o ensino superior, como foi o caso dos filhos de Antonio Carlos e do Tenente Rosa. Em seu relato, seu filho, InocêncioMaçal, nos diz:

Não houve nenhum movimento, na época, que eu tenha conhecido negros orientando negros para fazer uma faculdade (...) Era só esses caras com o bатуque, candomblé e tal (...) Isso ai era importante, mais não era só isso (...) O meu pai chegou no exército aos 17 anos. Era analfabeto ainda. Sabia só escrever o nome dele. Mas era completamente aculturado (...) Entrou para o exército e estudou. Foi a cabo. Subiu para sargento. Estudou para a Grande Guerra. Foi a primeiro Tenente (...)Eu lembro dele com mamãe estudando (...) Eu era criancinha naquela época, mas lembro mamãe de noite com o caderno, tomando a lição dele (...)Mamãe lia. Mamãe estudou naquela época até o quarto ano que seria hoje o curso primário. Mas sabe, ela obrigou todo mundo lá em casa a estudar. Meu pai falava: Aqui em casa todo mundo vai estudar. Hoje em dia o jovem fala: ah! Eu não quero estudar. Não quer, então vai trabalhar. Pois é. o pai que faz isso acaba com o menino cedo. O menino vai trabalhar a vida toda. Meu pai dizia: os homens todos têm que tirar científico e as mulheres todas no mínimo curso normal. Ai a gente nem argumentava. Mas não era fácil de achar escola pra nós. Porque naquela época não tinha o colégio estadual e nem tinha colégio municipal em São João Del Rey. Nós não tínhamos boa situação financeira. Eu comecei a estudar em escolas particulares. Meu pai me pôs primeiro, depois pôs os meus dez irmãos. Eu às vezes ia descalço pra aula (...) As anotações todas que meu pai fazia das lições do exército eram feitas em uma brochura. As páginas que ele não usava, ele pegava, arrancava a parte de cima. Era tudo de capa dura, parecia um livro de capa dura (...) Meu pai cortava esses cadernos no meio com uma faca afiada (...) e aquilo ali que era o caderno da gente. Meu sonho era ter um caderno novo. E, sobretudo, não escrever atrás da folha. Todo mundo estudou. Meu pai me colocou em um colégio particular, no Santo Antônio. O colégio era dirigido pelos freis. Eu tinha três colegas racistas que infernizaram a minha vida. Saíam atrás de mim me batendo. Eu vou te falar uma coisa, nós éramos dois negros no meio de mil e tantos alunos brancos (...) o outro era o filho da lavadeira do colégio, por isso eles (os freis) abriram mão para ele estudar. Já eu não, meu pai pagava o colégio com dificuldade (...) Quando eu mudei

para Belo Horizonte eu entrei para o colégio Estadual (...) Então eu fiz o concurso lá. Tinham os pistolões. A gente usava muito isso na época. Meu pai pediu daqui, pediu dali, o fato é que eu entrei pra lá. Terminei o científico e fiz vestibular nas Ciências Médicas e passei. A faculdade era particular, mais eu ganhei uma bolsa de estudos integral (...) (depoimento de Inocência Maçal em 27/05/2009)

O médico Inocência Maçal dá, em seu relato, exemplos do que se pode entender por ascensão social. Não há dúvida de que se trata apenas de uma de suas versões, pois nem todo processo dessa natureza passa pelos mesmos caminhos. No seu caso, na cidade do interior onde nasceu, desfrutou de algumas situações resultantes da persistência e dos contatos de seu pai com as elites locais. Pode, por exemplo, estudar em uma escola onde só ele e outro colega eram negros. Sofreu *bullying*<sup>10</sup>, mas que certamente não era visto como o é hoje, ou seja, como algo grave à saúde mental dos jovens que passam por esse tipo de violência. Mas o pai e mãe são exemplos sobre os quais se inspira para mergulhar nos estudos.

Outro aspecto que chama a atenção no relato é o início de um movimento que se encontra em outros estudos sobre as famílias negras no período em questão, o esforço para afastar o maior tempo possível os filhos do mundo do trabalho. Isso já revela a incorporação de valores que marcam as classes médias nas sociedades em transição e que conta com a entrada das mulheres no mundo de trabalho urbano. A saída para algumas famílias negras foi encaminhar os filhos para a escola privada, sobretudo no interior, que não tinha ainda um sistema público instalado na época. Mesmo com dificuldades, a saída para aqueles poucos que podiam pagar era a escola privada. A improvisação dos cadernos e a precariedade do material não os desestimulavam. Ao contrário, tudo isso aumentava ainda mais o desejo de se ter um material didático de “verdade”. Ressalta, também, que para se atingir alguns patamares eram necessários “pistolões”. Inocência Maçal, em seu relato, não esconde isso. Em um contexto de transição no qual Belo Horizonte se consolida como um centro moderno, capitalista e fundado em uma economia de mercado, esse tipo de observação merece algumas reflexões,

---

<sup>10</sup> O termo designa atos de violência física ou psicológica intencionais e repetidos praticada por indivíduos

embora não seja o foco do estudo da presente pesquisa. Mas esse tipo de relação marcada por compadrio, amizade e troca de interesse fez diferença, como veremos mais à frente, para a José do Patrocínio, no que se refere ao sucesso de alguns de seus empreendimentos. Entretanto, é preciso entender que esse tipo de relação não foi específico aos negros. Ela se estendeu à sociedade como um todo. Estudiosos da cultura brasileira assinalaram o quanto esse modelo tipificou uma dada imagem das relações sociais no Brasil (DA MATTA, 1999)

Precisar de “pistolões”, ou como se costumava dizer na época, de um padrinho para conseguir, por exemplo, uma matrícula em uma escola pública ou para se conseguir um emprego público qualquer, é alguma coisa que marca a sociedade brasileira por trás de suas auto-imagens consagradas, como lembra Roberto Da Matta (1999). Uma delas é a de sermos um país democrático que visa garantir a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos. Essa imagem, tirada da ficção política, insiste na imagem de uma sociedade composta por indivíduos autônomos, anônimos e independentes. Mas o antropólogo Da Matta contradiz esse princípio, mostrando que esse modelo funcionava nos Estados Unidos da América do Norte, entretanto, no Brasil, estava longe de se concretizar. A “gramática profunda da sociedade brasileira”, na concepção desse autor, é dual, ou seja, é formada por dois princípios. De um lado, se têm os princípios que regem o indivíduo das relações impessoais e, do outro, os que orientam a pessoa nas relações do compadrio e da amizade.

Para Roberto Da Matta, na sociedade brasileira, há uma oposição entre essas duas imagens. A primeira, a do indivíduo, se associa aos poderes impessoais, do Estado e do mercado capitalista, que regem o mundo competitivo e hostil das regras gerais e impessoais. Com essa imagem, acreditou-se que as sociedades modernas funcionariam com regras republicanas nas quais os indivíduos valeriam por aquilo que são e pelo que fazem, por suas competências inatas ou individualmente construídas e não por suas ascendências ou privilégios com base nas heranças familiares, de compadrio ou de amizade. Já a segunda imagem, a da pessoa, está vinculada

visceralmente a um sistema de relações de família, de troca de interesses, de favores, de “pistolões”. Não ter referências dessa natureza é ser um “joão-ninguém”. Não é a toa que, na linguagem policial, referir-se a alguém como um “certo indivíduo” é ressaltar sua pouca importância social. Valor só tem aquele que, ao falar de si, acentua antes de tudo seu círculo familiar ou de amizade. O famoso mote autoritário a que Roberto Da Matta se referiu - *Sabe com que está falando?* - demonstra bem o que se quer dizer no presente momento. As pessoas vivem à sombra de alguém importante, ou que elas supõem que seja importante. Ao se apresentar, ela vai logo mostrando suas credenciais: sou filho de fulano ou de fulana, sou muito amigo do doutor fulano ou do intelectual beltrano e assim por diante. Sobre isso nos diz Da Matta:

[...] no drama do "você sabe com quem está falando?" somos punidos pela tentativa de fazer cumprir a lei ou pela nossa idéia de que vivemos num universo realmente igualitário. Pois a identidade que surge do conflito é que vai permitir hierarquizar.[...] A moral da história aqui é a seguinte: confie sempre em pessoas e em relações (como nos contos de fadas), nunca em regras gerais ou em leis universais. Sendo assim, tememos (e com justa razão) esbarrar a todo momento com o filho do rei, senão com o próprio rei. (Da Matta, 1981, p. 167)

Sem “pistolões”, estudar e arrumar emprego eram uma espécie de calvário para a maioria das famílias dos ex-membros da José do Patrocínio: mudar para Belo Horizonte foi para a maioria deles condição *sine qua non* para realizar seus sonhos, conforme se depreende nos relatos abaixo:

(...) Eu sai da minha terra em Conceição do Mato Dentro porque o negro lá não teria muito futuro, mesmo tendo uma boa escola. (...) Nossa senhora, difícilimo! Porque naquela época **o negro não tinha esse espírito de progredir estudando. Ele só estava treinado, manipulado e controlado culturalmente para arranjar um serviço.** (Depoimento de João Faustino em 27/10/2009)

O nosso depoente João Faustino ressalta um aspecto que está relacionado a dispositivos psicossociais. Embora identificasse que havia em sua infância e adolescência um déficit de vagas no ensino público, lembra de que havia também um déficit de estímulo institucional que impulsionasse os negros a estudar e que pusesse em questão a idéia que só deveriam se

preocupar com o trabalho. Como veremos a seguir, a José do Patrocínio tentou desempenhar esse papel de estimulador, que teve certo reconhecimento da mídia local na época.

Outro depoimento reforça aspectos regimentais que dificultavam a presença na escola. Freqüentar um estabelecimento de ensino tinha de seguir normas bem definidas, em um momento em que as famílias contavam exclusivamente com suas posses .

(...) nós sabíamos ler. Eu pelo menos não tive condição de fazer curso superior porque meu pai não tinha condição financeira (..) Sabe o que ele ganhava dava pra manter a gente (...) era difícil até pra estudar (...) **minha mãe conseguiu me colocar onde forma professor (lapso da memória) meu deus? Ah! No Instituto de Educação. Mas não conseguiu me manter lá, porque eu tinha que ter tudo que as meninas que lá estudavam tinham.** E meu pai não tinha condição e eles não (...) a gente não tinha ajuda. A ajuda era muito pouca. Mesmo assim quase nada. Praticamente nada. (...) **Então eu não pude ficar no Instituto de Educação. Por falta de uniforme, sapato** (depoimento de Irene em 02/07/2009).

A realidade de se ter a escolarização compartilhada com o trabalho não era novidade. Aliás, estudos já mostraram o quanto essa dobradinha persistiu no Brasil desde a proclamação da República, afetando especificamente os segmentos pobres da população. Com os negros não foi diferente, mas tinha um complicador a mais: segmentos negros, na primeira fase republicana, nas áreas urbanas, eram sistematicamente abordados na rua pela polícia, suspeitos de serem ladrões, marginais, sobretudo quando estavam desempregados. Colocar a ocupação em primeiro plano, acima da educação, tinha também o papel de busca de reconhecimento (CORREIA LEITE& CUTI, 1992). O relato abaixo deixa isso claro:

(...) **tive oportunidade de estudar, mas comecei a trabalhar muito cedo, mexendo em sapataria (...) eu era gráfico, mas eu não estava mais agüentando esse serviço gráfico, por ser muito franzino, eu não estava agüentando.** Eu falei: gente, o que é que eu vou fazer? Só se eu estudar. Ai eu comecei a estudar (...) **No clube que eu dançava, que era o Clube dos Feirantes e eu era sócio, eles tinham uma bolsa de estudo para as pessoas que trabalhavam e estudavam.** Então ai eu diminui a dança e fui estudar. Estudei (...)No colégio eu completei e fiz a prova pro CEFET. Passei (...) depois eu fiz a prova para Petrobras. No colégio eu fui considerado o aluno mais adiantado dos 3 turnos. Eu era chamado de crânio. O professor costumava dividir o quadro que ele dava aula. Corrigia matemática de um lado e eu corrigia do outro. Eu estudava mesmo. Dia de domingo, eu estudava o

domingo inteirinho (...) Eu acho que para o negro o caminho é o estudo. Não tem outro caminho. Porque ninguém pela aparência não consegue nada. **Nós não temos quem nos indique.** Quando tinha nos indicava pra trabalhar de faxineiro, pra trabalhar de varredor de rua, de lixeiro. Por isso, eu entendia que o nosso sucesso era o estudo. O que valoriza o negro é o estudo (...) Tanto é que eu pus os meus filhos pra estudar. Eu tenho um filho que hoje é oficial da Marinha (...) A minha filha tem dois diplomas de curso superior e é professora em 2 escolas. Através do estudo, eu estimo meus netos (depoimento de José Geraldo em 16/10/2009)

O relato acima traz um pequeno detalhe nas relações de compadrio, referidas acima, que às vezes em muitas pesquisas se deixa de analisar. A indicações do papel dos “pistolões” na vida de muitos indivíduos, reforçam o estigma do lugar do negro no mundo urbano: lixeiro, faxineiros etc. Mas o relato ressalta, também, duas situações interessantes, sendo preciso comentá-las. A primeira mostra que, já naquela época, existiam modelos de suporte educacional mantidos por associações de trabalhadores que visavam a educação de seus membros, oferecendo-lhes bolsas. A segunda situação refere-se àquilo que um professor pode fazer para melhorar a auto-estima de um aluno negro dos setores populares. O estar com ele corrigindo exercícios em sala não só ficou-lhe marcado para o resto da vida, como o encorajou a investir em seus filhos para que esses estudassem.

O próximo relato mostra que o esforço atingia as mulheres também. Ele vai de certa forma de encontro com certo chavão de que as famílias negras só se importavam com a educação dos filhos homens. Às mulheres, costura e bordado. Não deixa de ser verdade, mas ela é parcial.

Em Muzambinho (cidade do interior de Minas), só tinha um colégio (...) era colégio de irmãs ou de padres, **mas não aceitava negros.** Ai quando criou o Colégio Tiradentes ( da Polícia Militar) aqui em Belo Horizonte, meu pai quis se associar. (...) Ele falava: Não, eu ainda vou pra Belo Horizonte com as minhas filhas porque elas vão estudar. (...) Assim ele veio pra cá com a gente, com muita dificuldade na vida (...) Eu sinto muito porque meu pai não teve oportunidade de nos ver estudando. Todo mundo estudou no Colégio Tiradentes. Na época, eu fui empregada doméstica, mas com uma idéia que eu podia crescer (...) Ai a gente veio andando (...) veio galgando (...) A minha irmã mais velha é advogada. Eu fiz Administração de Empresas. A outra é professora. A outra é auxiliar de enfermagem (depoimento de Laura em 06/07/2009)

O depoimento de Laura ajuda a entender que não havia uma posição hegemônica quanto à educação e seus sentidos entre os membros da

Associação José do Patrocínio. Enquanto para João Faustino o negro não tinha espírito de vencer pelo estudo, o relato de Laura vai na direção oposta. Ela e suas irmãs agarraram com afinco a oportunidade que tiveram e se formaram, galgaram passos importantes em suas vidas. Fica aqui mais uma questão para uma próxima pesquisa. Isso teria a ver com a diferença de gênero? O que se esperava dos filhos homens era muito mais o seu rápido ingresso no mundo do trabalho. Mudar essa condição necessitaria de um input muito mais forte.

Os relatos acima preparam o terreno para se falar sobre o investimento que a Associação José do Patrocínio fez na educação de seus membros. Oferecia cursos de alfabetização para crianças (filhos de associados) e adultos – corte e costura, economia doméstica, datilografia, admissão<sup>11</sup>, matemática, todos ministrados pelos próprios sócios que já haviam atingido um grau mais elevado de instrução. Alguns deles, como Inocêncio Marçal, estudante de medicina da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais; Efigênia Carlos, estudante do curso Normal do Instituto de Educação de Minas Gerais; Benedito Carlos, estudante de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais; Camilo Jesuíno Neto, estudante de contabilidade e Peri Brandão, ourives e dono de lojas no Centro comercial de Belo Horizonte, entre outros.

Essas atividades tiveram uma ampla cobertura da chamada imprensa tradicional da época, como se pode ver nas reportagens a seguir:

A primeira foto foi exibida no jornal Diário da Tarde, na edição de 23/08/1958 em uma reportagem que mostra a quarta turma de alunas de corte e costura.

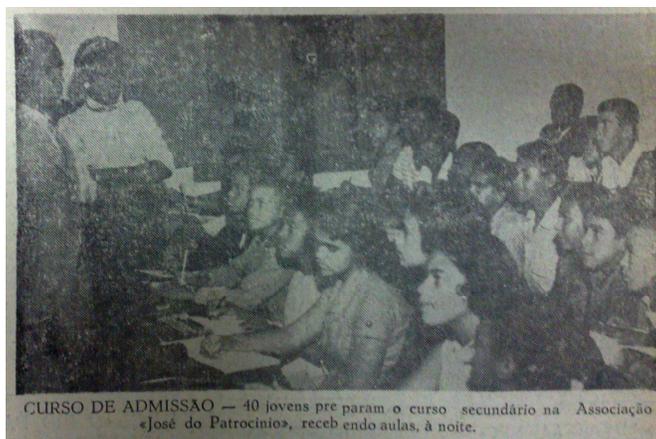


**Foto 4: modistas e curso**

---

<sup>11</sup> Curso de alfabetização oferecido no Grupo Escolar.

Na foto, percebe-se claramente que havia um padrão no vestir-se e no pentear-se. Não há manifestação de penteados étnicos, afro. Ao contrário, o visual aproxima-se dos modelos euro-ocidentais. Isto talvez se explique pela força das imagens difundidas na época, ou, mesmo, pela pressão dos modelos estéticos ao se afastar de tudo que tivesse raízes africanas. A predominância da cor branca nos vestidos desataca-se na foto. Apenas uma delas está de saia, por acaso colorida, que destoa agradavelmente das outras. Chama a atenção a elegância dos corpos, com as cinturas muito bem afiveladas, cabelos curtos ou presos para cima deixando o rosto em evidência, o que aumenta ainda mais a leveza do cenário que o foto-jornalista pretendia captar. Pode parecer um detalhe, mas mesmo assim vale ressaltá-lo: na legenda da foto, o jornalista faz questão de apresentar as jovens como modistas e não como costureiras. Embora hoje o conceito vá perdendo sua força, dada a pluralidade de profissionais na área da moda, a modista, nos anos 1950, era vista como uma especialista em alta costura, além de manejar linhas e agulhas com perfeição, criava o modelo e desenhava o molde. Deve ser por isso que na foto, as alunas da José do Patrocínio aparecem desenhando modelos em uma imensa mesa, enquanto outras observam o que está sendo feito. Trata-se do retrato claro de uma aula prática de uma atividade de pura criação. Desnecessário dizer que a foto retrata uma época. Pensando nas representações sobre a moda de que se falou no capítulo anterior, buscava-se construir uma imagem dos negros que refletissem os padrões das elites dominantes.



**Foto 5: estudantes do curso admissão**

Já a segunda foto, saída na mesma edição, na mesma página, ressalta a presença de quarenta jovens em curso de preparação para admissão aos cursos ginasiais. Na época de 1950, a passagem do primário para o ginásio exigia uma prova de admissão, os alunos não entravam automaticamente. Dada a escassez da oferta e o aumento da demanda com a presença cada vez maior de crianças e jovens migrantes, o ingresso no chamado curso ginasial era altamente competitivo. A José do Patrocínio entrou nesse embate, atuando claramente como um agência preparadora das crianças e jovens, filhos dos associados. Observando-se a foto pode-se inferir que a imagem, por si só, traz uma mensagem de esperança e de futuro. Há uma interessante combinação de meninas e meninos, em uma única classe, atentos, assistidos por dois docentes. Lendo a reportagem na qual as duas fotos estão inseridas, é possível depreender que tipo de imagem da sociedade se pretendia passar, tendo a Associação José do Patrocínio como protagonista.

A reportagem está ancorada em uma visita de um padre estadunidense, professor da Universidade de Pittsburgh, que estaria escrevendo, segundo o jornalista, uma pesquisa sobre a questão racial no Brasil (Cf. texto jornalístico no anexos)<sup>12</sup>

A visita do padre Austin J Stanley, professor da Universidade de Pittsburgh à Associação Cultural, Beneficente e Recreativa José do Patrocínio deu margem a que fosse demoradamente debatida a questão racial, tema que levou o ilustre sacerdote americano empreender viagem ao Brasil a fim de coligir elementos para escrever um livro. Entusiasmado com que tem observado entre nós, o sacerdote em um arroubo exclamou:- **«No Brasil, sim se pratica democracia racial!»** (Diário da Tarde, 23/08/1958)



**Antônio Carlos, Pe Austin e membros da Associação  
foto cedida por Efigênia Carlos**

---

<sup>12</sup> Decidiu-se transcrever as partes da reportagem dada as condições materiais do jornal consultado, mas pode-se ter uma leitura direta dele nos anexos da presente dissertação

A foto registra o encontro do padre Austin com baluartes da Associação José do Patrocínio. A reportagem reforça o mito da democracia racial, por meio do olhar de um estrangeiro que acabava de chegar de viagem. Sustentar o referido mito associando às atividades desenvolvidas por uma associação negra, no caso a José do Patrocínio, parecia ser uma estratégia que a mídia convencional utilizou para dar a ele autenticidade. Na seqüência da reportagem, o jornalista explicita mais intensamente essa perspectiva supostamente “democratizante” da sociedade brasileira, da seguinte maneira:

É nesse clima de fraternidade racial que todos trabalham, **sem problemas de cor e outros quaisquer**, mas todos - **brancos, pretos e amarelos** – **com a mesma oportunidade para lutar e viver num clima de maior compreensão e amizade**. E é para abrir horizontes para homens de cor (mais com objetivo de incentivá-los e sem o intuito de separá-los) que são fundadas entidades como a Associação Cultural, Beneficente e Recreativa José do Patrocínio, cujo programa de atividade já lhe assegurou lugar de **destaque na vida das associações da capital** (Diário da Tarde, 23/08/1958, grifos são nossos).

O que é importante ressaltar nesse momento é o papel da mídia na construção do imaginário sobre as relações raciais no Brasil. No texto acima, o jornalista combina a idéia de relações cordiais entre pretos, brancos e amarelos com o trabalho de uma associação negra agindo em conformidade com essa visão. Desaparece, nesse imaginário, o racismo da sociedade brasileira. Ou seja, cria-se uma tensão no imaginário entre aquilo que os indivíduos experimentam nas suas relações concretas cotidianas (discriminação racial, proibição de entrar em lugares públicos por causa da cor da pele) e aquilo que o corpo social cria como sociedade ideal. Como se mostrou anteriormente, essa combinação pacífica não era uma unanimidade. A memória do racismo, como se viu anteriormente, aparece tanto nos relatos dos ex-membros da José do Patrocínio quanto em veículos da imprensa contestadora, tal como foi o Binômio. Pode-se dizer que conviviam, no mesmo tempo histórico, visões antagônicas sobre as relações raciais no Brasil.

A imprensa branca estava dividida. Mas não foi com o seu lado contestador que a Associação José do Patrocínio se identificou, mas com aquele que fazia do Brasil um paraíso racial, colocando-a no centro dessa

construção idealizada. Segundo o texto do jornal acima, cabia à José do Patrocínio abrir os horizontes dos “homens de cor” , agregando-os, não para criar um movimento separatista, mas para incentivar esse paraíso.

Nessa linha de argumento, o discurso da imprensa conciliadora ressaltava a educação promovida pela entidade como algo que precisava ser reconhecido pelas elites brancas. Funcionava como uma espécie de tranquilizadora dos espíritos inquietos. Tentava esclarecer seus leitores de que o fato de os negros estarem organizados em uma entidade só deles não significava que nela se processava uma rebelião silenciosa que poderia desestabilizar o poder branco constituído. Aliás, como já mostrou Célia Maria do Azevedo (1987), a imprensa no Brasil do final do século XIX teve o papel de difundir o medo entre os brancos de possíveis rebeliões dos negros contra eles. Mas esse não era o caso da imprensa mais tradicional mineira da década de 1950. Ao contrário, esta buscava destacar o espírito iluminista da Associação José do Patrocínio.

Foi precisamente a 31 de maio de 1952, numa reunião realizada no edifício Dantês que se fundou a Associação Cultural, Beneficente e Recreativa José do Patrocínio **com a finalidade de congregar os homens de boa vontade para soerguimento geral do homem de cor.** O primeiro presidente foi o senhor Assulino Balbino, estando atualmente à frente da entidade o **Sr. Levi José de Souza, chefe de seção no serviço de radiotelegrafia do Palácio da Liberdade e nosso companheiro dos Diários Associados. Todos têm trabalhado com dedicação, presidentes e demais membros da diretoria realmente desejosos de realizar algo de mais concreto e proveitoso.** (Diário da Tarde, 23/08/1958 os grifos são nossos).

Como se vê, o articulista do Diário da Tarde apresenta para o seu público a Associação como uma aliada na construção do projeto civilizador em andamento no período em questão. Cita o nome de seu presidente, Levi José de Souza, como um companheiro dos Diários Associados. Nossos entrevistados, como se poderá ver mais adiante, atribuíam a aceitação da José do Patrocínio por setores da elite branca a essa aproximação de seus dirigentes com veículos da imprensa, em especial, com o grupo Assis Chateaubriand, o que favoreceu à adesão de políticos importantes da época.

Para ilustrar o que se chamava realização de algo concreto e proveitoso na ação da José do Patrocínio, o jornalista incluiu na reportagem a idéia de que ele falava sobre algo que viu com seus próprios olhos.

Assim é que na visita que fizemos (à noite) à sede da entidade à Av. Brasil. 123. lá encontramos uma sala repleta de jovens de um e outro sexo recebendo aula do professor universitário Walter de Oliveira que preparava os alunos para o curso de admissão, em outra, cerca de 15 jovens recebiam aulas de corte e costura a cargo da sra Linvalca Antonia Costa, enquanto no salão de reuniões a diretoria debatia planos de novas realizações. Acham-se matriculados no curso de admissão recém instalado, nada menos do que 40 alunos e a turma de corte e costura que está sendo agora preparada é a quarta (...) Os diplomados serão encaminhados a cursos de aprendizagem profissional e ginásios etc para o que a diretoria mantém contatos com o SENAI, Escola Técnica etc. Exatamente naquele instante de nossa visita a diretora debatia a necessidade de ampliação dos cursos para atender ao grande numero de interessados na matriculas vindo a baila a situação financeira para essas realizações que **devem merecer integral apoio dos poderes constituídos que aqui estão sendo chamados a cooperar com a iniciativa tão meritória da associação Jose do Patrocínio** que figuras de projeção, como o padre Austin tem visitado, (...) e diante do que presenciam, não regateiam elogios à obra (Diário da Tarde, 23/08/1958)

Veja-se que a imagem da José do Patrocínio que aparece no texto acima coloca-a em uma posição bastante diferenciada. É desenhada como uma organização da sociedade civil que atuava nas lacunas do poder público. Lembrando o que foi discutido nas páginas anteriores sobre a precariedade das políticas publicas educacionais em relação aos negros, esses poucos exemplos davam à Associação um caráter de protagonismo inusitado. O elogio à obra destacado no final do texto jornalístico refere-se ao fato de que tudo o que a José do Patrocínio fazia era fruto da iniciativa de seus próprios membros. Bem ou mal, o que conseguiam fazer contava com as mensalidades que pagavam para manter a sede, com as festas que promoviam para angariar dinheiro, com o trabalho voluntário de seus membros. Essa imagem de voluntarismo, de indivíduos que buscam superar as dificuldades com seu próprio esforço, apesar da diversidade, ganha visibilidade, pouco importando se ela é falsa ou verdadeira. Na realidade, no jogo do imaginário, o que importa é se a imagem criada funciona como um dispositivo psicossocial de construção humana ou, como diz o próprio texto, de soerguimento do homem de cor. Não encontramos registro em Belo Horizonte na época estudada de nenhuma outra organização

negra que desempenhasse esse papel. Em suma, era essa imagem e só ela



que conseguia dar ao negro uma visibilidade na imprensa que não fosse a da miséria ou criminalidade. Uma imagem que não coloca em questão os modelos hegemônicos do poder branco, mas busca mostrar que os negros

podiam acompanhar esses modelos por sua própria iniciativa. Essa imagem aparecia como uma espécie de marketing para conquistar a confiança de investidores brancos e, quem sabe, de apoio financeiro do poder público. Mostrava-se que os negros eram capazes de atingir os patamares do processo civilizatório em vigor, que podia se confiar em sua organização, no caso na José do Patrocínio. Era assim que o articulista dá sequência à sua reportagem.

É preciso que aquela agremiação (a José do Patrocínio) receba cooperação para continuar a execução e ampliação de seu programa de elevado alcance social sobretudo que está preparando jovens para vencerem na vida nas atividades sadias dentro do esquema de elevação do homem no meio social (Diário da Tarde, 23/08/1958).

Logo no final, ele reitera o apoio à Associação do José do Patrocínio nos seguintes termos:

Além de minguadas subvenções no orçamento municipal (que dificilmente se consegue receber) e estadual e outras ajudas esparsas, obteve a Associação do poder público municipal um terreno para a construção que ela pretende empreender dentro em breve, já está instalada em um prédio alugado. **Outras colaborações, no entanto, quer sejam dos poderes públicos, das classes conservadoras ou de particulares tornaram-se imprescindíveis para que a Associação “José do Patrocínio” se desenvolva e amplie a sua obra,** todos cooperando nessa campanha que representa reconhecimento pela contribuição do homem de cor, na formação social do Brasil (Diário da Tarde, 23/08/1958, grifos nossos)

A estratégia é clara: vincula a Associação a ações concretas e que teriam aprovação das elites. Não fala explicitamente em momento algum em combate ao racismo. Usa metáforas grandiloqüentes do tipo “soerguimento do

homem de cor". Sutilmente usa a visita do sacerdote para mostrar o erro das elites das classes conservadoras que não vêem algo que até um estrangeiro, estadunidense branco, cristão e intelectual reconheceu, estando tão longe. Com esta estratégia, o Diário da Tarde aproveitou para veicular uma reivindicação dos dirigentes da José do Patrocínio, sem precisar dizer claramente que o estava fazendo.

O documento a baixo atesta a doação do terreno à Associação José do Patrocínio em maio de 1957.



Fica claro que a doação tinha condicionantes que, se não cumpridos, tirariam da Associação o direito de uso do terreno. Não poderia mudar suas funções e teria que construir a sede no espaço de 2 a 4 anos. Esse prazo representou o maior desafio da José do Patrocínio. Considerando que o decreto de doação é de 1957 e de que a reportagem reclamando recurso para essa construção é de agosto de 1958, pode-se deduzir que sua diretoria um ano depois não conseguiu recursos que viabilizasse o projeto.

Se tudo tivesse dado certo, o projeto previsto teria a seguinte característica



Moderno e arrojado, o desenho da maquete mostra uma arquitetura que avançava no espaço e no tempo e que seguia o imaginário da cidade de Belo Horizonte em seu apogeu. Na aparência, nada de tradicional. Nesse ponto, a diretoria (foto acima) da José do Patrocínio não deixava dúvida quanto ao projeto que sonhava em realizar.

Apesar de as elites brancas em geral custarem ou não quererem perceber a marcha dessa classe média negra que se forjava na franja do sistema competitivo belo-horizontino, alguns políticos profissionais percebiam e aproveitavam momentos bem específicos, como, por exemplo, apoio aos eventos da Associação, principalmente quando estes tinham repercussão na imprensa, como era o caso dos bailes promovidos pela entidade. Era uma forma de se criar a imagem que personalidades políticas brancas participavam das atividades da Associação. Isso reforçava ainda mais o mito do não conflito e do pacifismo da entidade negra. O contato com o poder, ainda que de forma sublimada, dava a sensação de encantamento que os anos de 1950 trouxeram para os grupos sociais em ascensão.



O deputado Jorge Carone e a esposa eram figuras freqüentes nos eventos da José do Patrocínio, como se pode ver na foto acima. As jovens debutantes esboçam o mesmo padrão de elegância da esposa do deputado. Literalmente posam para uma foto que dá idéia de que não há diferença social nenhuma entre elas. Bonitas, sorrisos ingênuos, uma flor na mão. Ainda que não se tenham relatos que sustentem a motivação política desses eventos, não dá para não ressaltar o inusitado: a presença de um político em baile que apresenta jovens meninas negras para a sociedade. O baile de debutantes sempre foi, na década de 1950, e continua sendo, não com tanta força, um ritual de passagem para as moças de classe média

Outros políticos vão aparecer nos relatos dos entrevistados, como os prefeitos Celso Melo de Azevedo e Souza Lima. Entretanto, não conseguimos nenhum outro registro que desse sustentação à essas declarações. Já o apoio de jornalistas foi incontestável. Os mais destacados eram os colunistas sociais que alavancavam patrocínios e os recursos para algumas festas. Muito provavelmente a aproximação da José do Patrocínio com a classe política se fez por intermédio desses colunistas. Como essa atividade foi um dos pontos altos da José do Patrocínio, deixamos para falar dela em destaque.

## 6. Glamour e Beleza Negra

No depoimento dos entrevistados, os colunistas sociais aparecem em detalhes. Vendo um conjunto de fotos das festas da Associação, Inocência Maçal declara:

Esta festa aqui (foto) foi realizada pela Associação, é na Sociedade Italiana (...) que ficava ali no comecinho da Avenida Paraná (...) conseguimos por intermédio do Nicolau Neto. Se não fosse o Nicolau, o Oswaldo (diretor Associação) não conseguia (...) O Nicolau gostava muito da associação José do Patrocínio. **Ele era branco** mais gostava. O Nicolau na época era famoso (...) ele era cronista do Estado de Minas (...) escrevia para o Debate também (...) ele ajudou o Oswaldo a lançar essa coluna Society no Morro (depoimento de Maçal em 27/05/2009)



Ainda que seja metafórica, a idéia de uma alta sociedade no morro não deixa de ser instigante. Cria contraste, mas não produz contradição. Ao contrário, concilia os dois pólos. De uma lado, ao introduzir o negro na matéria jornalística, não o dissocia de um lugar que a sociedade o coloca de forma natural: o morro. De outro lado, tenta dourar a pílula buscando identificar no morro algo

que se aproxima dos valores das elites brancas

Rita reforça o papel de outros colunistas sociais na busca da glamourização da José do Patrocínio

Eu tinha 24 anos, participei de um desfile de moda, promovido pela imprensa oficial. André de Carvalho e Wilson Frade, colunistas, promoveram essa festa: **Desfile das negras**. Foi dia 13 de novembro. Ah! Até que deu para lembrar. Dia 13 de novembro de 1959. Havia uma promotora (...) falar o nome dela, agora está difícil. Foi ela que fez o preparo da gente para desfilar, trabalhava com Wilson Frade, mas eu não consigo lembrar quem era. As roupas do desfile? Foi tudo patrocinado. A gente recebeu tudo (...) deixa ver se eu tenho uma foto disso (...) Não acredito que eu tenha (depoimento de Rita em 24/01/2009)



As duas reportagens acima, apresentando algumas modelos negras que desfilariam para uma platéia exclusivamente branca, deram o tom da discussão sobre a questão da beleza negra na imprensa mineira na década de 1950. A começar pela forma de tratar as mulheres negras, chamando-as de: “as escuras”, “as escurinhas”.

A primeira reportagem, com o seguinte título: **Negras vão desfilar para o soçaito na “Noite do Ébano”**, destaca no primeiro plano o colunista Wilson Frade e André de Carvalho reunidos com as nove modelos para **explicar o que é e como será o desfile das moças negras**. No segundo plano aparece o rosto de uma modelo com uma legenda dizendo **Lola, que desfilou em outros lugares, tem jeito de Sophia Loren e classe de grande dama**. Com esses títulos e legendas, o artigo revela o imaginário branco sobre os negros na cidade de Belo Horizonte no período em questão.

Em um primeiro lance, descreve as mulheres negras tendo como espelho a beleza branca européia:

Duas mulheres negras que parecem Sophia Loren e outras sete que são também bonitas vão desfilar para o soçaito de Belo Horizonte no dia 13 de novembro para mostrar que têm elegância e tanta classe quanto os modelos brancos. O desfile de negras para assistentes brancos é o primeiro que se faz no Brasil, pois até agora elas só aparecem nas passarelas de seus clubes (Jornal O Debate 1963)

Para valorizá-las, o repórter compara-as a um ícone europeu de fama internacional. E continua sua descrição sugerindo que as negras tinham as

brancas como espelho de elegância e classe. Na seqüência, o articulista coloca uma situação inusitada que mostra uma estratégia que os clubes utilizavam para produzir a separação racial

O Sr André de Carvalho disse que a novidade da noite de Ébano não está no desfile de negras, porque em todas grandes cidades do Brasil elas têm seus clubes e passarelas. **O que há de novo em Belo Horizonte é as negras desfilarem para os brancos: 30 casais do** soçaites que pagarão ingresso de Cr\$ 2 mil para ver as nove mulheres bonitas. A renda será de Cr\$ 120 mil para a Associação José do Patrocínio. Depois do primeiro desfile haverá um outro no Clube dos Oficiais para os pretos assistirem. Dia 13 de novembro só os 30 casais da sociedade poderão entrar, porque é a exclusividade da assistência que chamará a atenção (Jornal O Debate 1963)

O preço das entradas para assistir o desfile de negras faz a diferença. Ele é em si seletivo. Talvez seja com base nesse tipo de seletividade que se insiste que a discriminação que existe no Brasil não é de raça, mas de classe. Mas o texto deixa claro que as duas discriminações existiam e existem. Classe e raça estão ali imbricadas. Fica claro que a primeira platéia do desfile seria exclusivamente de casais brancos, sem mistura. Para os negros, foi feito um segundo desfile, separados e a preços populares. Esse detalhe, que não é desprezível, é integralmente reproduzido na segunda reportagem, que tem como título *Escuras Desfilam no Brag's*

O texto ressalta que o primeiro desfile seria para trinta dos mais conhecidos casais da sociedade de Belo Horizonte. Ou seja, não era qualquer membro da *high society*. Muito possivelmente eram os casais que freqüentavam a coluna social de Wilson Frade, o que mostra que ele tinha acesso a destacados membros da elite branca mineira a ponto de influenciá-los a colocar dinheiro na Associação José do Patrocínio. Mas para que isso acontecesse, teve de garantir eventos separados. Nada de mistura.

Fica claro também que a Associação José do Patrocínio concordou com a estratégia, pois se beneficiaria do evento de alguma forma, como ressaltava o jornalista em apreço:

A promoção, que terá caráter beneficente, com toda a renda destinada à Associação José do Patrocínio, que congrega gente de cor, será integralmente inédita, e as modelos, desfilarão três vezes em traje de noite, esporte e praia. **As escurinhas, todas elegantes e bonitas, estão entusiasmadas com a chance de aparecer em sociedade e esperam estar em grande estilo na noite da festa, porque querem mostrar que a gente de cor também pode se vestir com apuro e mostrar muita elegância. O desfile de que participarão será repetido na noite de 14 no Clube dos Oficiais, com as mesas vendidas a preço popular, para que também os escurinhos possam ver as moças.** Assim também a festa renderá mais um pouco para a

associação de que fazem parte e que precisa de verdade, pois está construindo um prédio sede. (Jornal O Debate 1963)

Da forma como o texto apresenta a situação parece que a José do Patrocínio aceitou na íntegra as regras do jogo, segundo as quais as elites brancas, para conceder os 120 mil cruzeiros para a entidade, exigiam privacidade, ou seja, não se misturar no evento com os “escurinhos”. Estes teriam seu desfile separado e iriam contribuir também com a renda para a associação. Nas entrevistas realizadas, como se verá mais à frente, há muitos indícios de que não havia um consenso entre os associados sobre esse tipo de articulação com as elites brancas.

Examinando as reportagens em detalhe, a forma como são escritas, os apelos que são feitos, fica claro que havia um objetivo de se impor uma imagem do negro à sociedade com um viés branco e a José do Patrocínio participou desse processo com os agentes da grande mídia.

Fica claro também que, embora estivessem juntos na mesma empreitada, os objetivos que os mobilizavam eram diferentes. A José do Patrocínio visava a construção de sua sede. Os eventos promovidos pela mídia, mesmo com o viés depreciativo do negro, eram vistos por seus dirigentes como uma saída para resolver questões de sustentação da entidade. Mas a linguagem dúbia dos colunistas não escondia o racismo da sociedade brasileira. Os diminutivos dos adjetivos, supostamente carinhosos, só amenizavam o impacto do conteúdo.

Explicando as estratégias para produzir desfiles de negros para brancos, o colunista André de Carvalho apresentou, de forma límpida, os pressupostos que o mobilizavam. Inicialmente descreve como surgiu a idéia, como se pode ver na reportagem abaixo.



Uma tarde eu tive uma idéia e comuniquei a meu amigo Wilson Frade. Daí nasceu o primeiro baile das escurinhas, especialmente para gente do soçaite ver. Ainda em idéia, nós ambos, porque ele se associou a mim na promoção, nos pusemos em campos **enquanto ele com seu prestígio conseguia o apoio do Brag's onde será feito o desfile e obtia uma vasta cobertura publicitária e o interesse da sociedade, eu tratei de descobrir as roxinhas**, tarefa esta que, não resta dúvida, foi a parte do leão, nos trabalhos da organização da festa. (Jornal O Debate 1963)

É importante destacar na fala do jornalista que o objetivo era profissional, como colunista social procurava novos nichos para difundir seus artigos. A mulher negra, ou as “roxinhas” como ele diz, dentro de seus padrões estéticos, aparece como chamariz, como mostram as três reportagens acima. No texto do meio, o título é sugestivo: **Negócio, Escurinha**, empreendimento que começou, segundo Wilson Frade, o colunista, sem pretensão, mas que cresceu. Em seguida continua descrevendo sua nova empreitada:

Descobertas as meninas, nove e não dez como manda o figurino, apenas para sair da monotonia até no número das elegantes, entregamos-lhes os tecidos (caríssimos e alguns em absoluta exclusividade) e colocamos lugares à venda, a dois mil cruzeiros cada um ou oito mil cruzeiros a mesa toda. A partir daí, começou a dar briga. Minha gente! Nos três primeiros dias vendemos as mesas todas, garantindo assim uma excepcional renda para a associação José do Patrocínio, entidade de gente de cor e que vai a ser a beneficiária da promoção. Era só telefone que chovia, até meio no desaforo, querendo um lugarzinho para ver as nove roxinhas mais de Beagá. Foi ai que resolvi mesmo na base da camaradagem com quem não pôde chegar em tempo, repetir o desfile em outra oportunidade, para agradar os retardatários e não perder e não deixá-los sem ver as preciosidades de cor que nós descobrimos para a festa. Aguardem pois vai haver bis. (Jornal Correio de Minas 1963)

Tiveram sucesso: a José do Patrocínio ficaria com o dinheiro e eles consolidavam o novo nicho. Houve repercussão maior do que imaginavam

Mas a promoção minha e do colega Frade não ficou só nisso não. O Rio já soube da coisa e Arnaldo Neskier, chefe de reportagem das revistas Manchetes e Fatos e Fotos me telefonou me pedindo uma cobertura completa da coisa. Vai daí, as negrinhas da festa que estamos promovendo para o CORREIO DE MINAS e 3 TEMPOS vão ficar muito mais famosas que muita dona elegante por aí. (Jornal Correio de Minas 1963)

Pode-se imaginar o impacto para os membros da Associação José do Patrocínio na época, ao verem sua entidade citada no jornal, assim como uma iniciativa em que eles figuravam entre os protagonistas de uma nova imagem do negro, com possibilidades de circulação nacional.

É por isso que o jeito é concordar com aquela madame que me telefonou para dar um esculacho: “- Ao invés de vocês incentivarem as negrinhas a ir dar duro no fogão, ficam é fazendo uma besteira destas! Onde é que já se viu tal inversão da ordem social!” Aí dizíamos, nos concordamos plenamente com a madame no que toca a inversão da ordem social. Lá isto está acontecendo mesmo e aprova vai ser dada no dia 13, quando algumas lindas mulheres pretas darão o que falar, numa demonstração de elegância, touché e charme. (Correio da Tarde 28/12/1956)

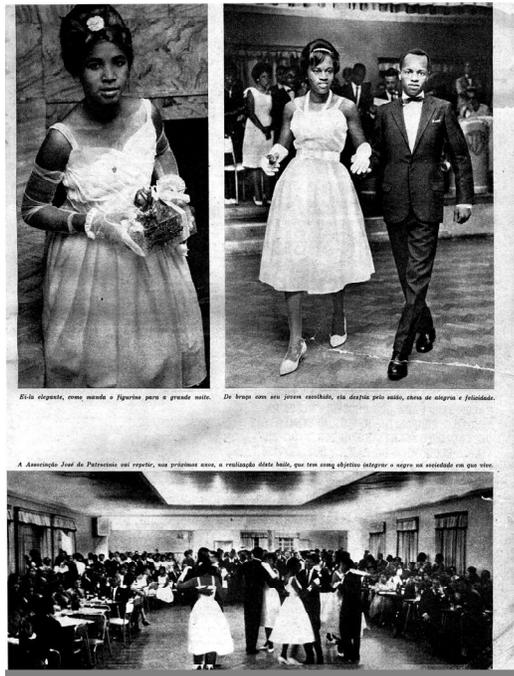
A linguagem utilizada no artigo é simples. Para fortalecer o empreendimento, o colunista faz uso de episódios que reforçam o racismo à brasileira. O lugar de mulher negra é junto ao fogão e não nas passarelas. Isso era romper com o estatuto da desigualdade racial. Discorda dessa visão. Para mostrar sua cumplicidade com a José do Patrocínio no soerguimento do homem de cor, defende outra posição, mas com jargões igualmente racistas, pelos quais as mulheres negras eram chamadas de roxinhas e escurinhas. São vistas como objeto do deleite visual da alta sociedade. Têm a beleza avaliada pelo padrão Sophia Loren, e assim por diante.

Parece que tudo o que foi arquitetado pelos colunistas deu certo. A difusão do evento para outros estados levou uma das revistas de maior circulação nacional a dar uma cobertura completa de uma festa de debutantes promovida pela José do Patrocínio. Em um espaço muito curto de tempo, a visibilidade tão desejada apareceu da forma mais deslumbrante. Ou seja, apareceu por meio de uma matéria que construía uma imagem intensa de uma classe média negra em toda sua extensão.



A matéria da Revista Cigarra - Magazine, escrita por José Franco, arremata com detalhes tudo o que foi dito até o presente momento.

A Associação Cultural Benéfica e Recreativa José do Patrocínio comemorou seu décimo aniversário com uma festa cujo colorido consistiu no preto e branco no seu baile de debutantes. As moças eram todas escurinhas vestindo imaculadamente brancos (Revista A Cigarra, abril de 1963)



Elas elegantes, como, sempre a figurino para o grande baile. De braços com seus jovens entilhados, elas dançam pelo salão, ostentando as elegâncias e fidelidade.

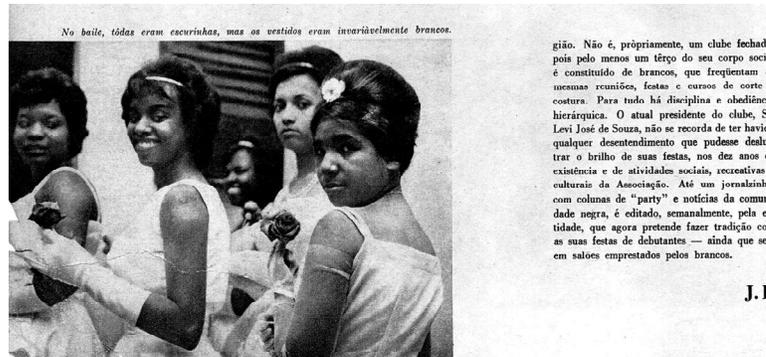
A Associação José do Patrocínio, em seu aniversário, realizou este baile, que tem como objetivo integrar o negro ao estado em que vive.



Feita a descrição da festa, a matéria entra nos detalhes com uma linguagem fortemente racial:

A idéia de imitar a festa tradicional da “Jeunesse Dorée” numa espécie de réplica em negativo, nasceu por acaso diante do sucesso de um desfile de moda em que os vestidos mudavam de cor, mas as modelos não – como manda o figurino. Realizado nos salões do Clube dos Oficiais da Polícia Militar o baile das debutantes negras teve uma característica tipicamente brasileira: não havia nenhum preconceito de cor e religião. Não é propriamente um clube fechado, pois pelo menos

um terço de seu corpo social é constituído de brancos, que freqüentam as mesmas reuniões, festas e cursos de corte e costura. Para tudo há disciplina e obediência hierárquica. O atual presidente do clube o Sr. José Levi de Souza, não recorda de ter havido qualquer desentendimento que pudesse deslustrar o brilho de suas festas, os dez anos de existência e de atividades sociais, recreativas e culturais da Associação. Até um jornalzinho de com colunas de “party” e notícias da comunidade negra é editado semanalmente pela entidade que agora pretende fazer tradição com suas estas de debutantes, ainda que seja em salões emprestados pelos brancos (Revista A Cigarra, abril de 1963 )



As debutantes negras com vestidos de um branco imaculado foram as protagonistas da ficção da democracia racial criada pela imprensa do *glamour* e da etiqueta social dos anos de 1950. Fotografadas e paparicadas nas reportagens, são apresentadas como sendo aquelas que se apropriaram de uma concepção estética que permitem que sejam avaliadas pelo padrão de beleza da mulher branca.

A reportagem busca também legitimar a José do Patrocínio como uma instância da assimilação do negro à cultura do branco. No fundo, essa aproximação da imprensa convencional às entidades negras ajudou a difundir o mito da democracia racial e a imagem dos negros que se integram à sociedade por meio de padrões exclusivamente brancos.

Esse fascínio permaneceu também na memória de alguns dos entrevistados. João Faustino enfoca em seu relato que a Associação recebia personalidades e artistas de fama nacional, como atriz Luisa Maranhão, por que

eles sabiam que a gente tinha um nível compatível, receptivo, associativo ao nível deles. (...) Para sua informação (dirige-se à pesquisadora), se você conseguir a revista A cigarra, você vai ver lá a Associação José do Patrocínio. **Os negros de terno tropical inglês preto e tal, ou de smoking, igual gente branca.** E a revista fez a cobertura. **O fotografo fotografou tudo e publicou tudo. (...)** Foi uma

**festa como a dos brancos (...) Nos estávamos mostrando que, nós também éramos civilizados (...)** Se a questão era a aparência, nós também tínhamos.(...) Você está vendo como era? (...) Se a questão era aparência nós tínhamos maquiadores. Tínhamos roupa. (depoimento de João Faustino, em 27/10/2009)

O relato mostra o quanto a Associação contribuiu para construir uma imagem do negro que ajudava a superar a memória da escravidão em que os afro-descendentes eram vistos como seres inferiores incivilizados, incapazes de construir referências positivas para suas futuras gerações. Pode-se questionar o caminho apontado para essa superação. Ali fica claro que a via de superação acessível era espelhar-se no branco. Fazer como eles faziam. Imitá-los. O tema da imitação, na perspectiva de Gabriel Tarde, aventado no capítulo anterior, aparece em muitos relatos como esse do João Faustino. Havia outras referências em que o espelho era um negro, mas não um negro ou uma negra qualquer, em geral, eram atores negros de cinema, que também tinham uma referência nos padrões do branco.

Ninguém nunca me ensinou a vestir. Eu ia ao cinema e via como os negros se vestiam em Nova Iorque e outros lugares.(...)Então a minha referência eram os negros ...Sidney Poitier.(...) E outros negros que apareciam.(...) Faziam o papel de professor, de policial, de prefeito do interior, de liderança negra, fazendo aquelas passeatas em Nova Iorque (depoimento de João Faustino em 27/10/2009)



Sidney Poitier para eles e Luisa Maranhão para elas. A referida atriz, em visita ao Brag's, famoso bar que se consagrou como palco para as modelos negras, fez sua aparição com uma peruca ao estilo de Jacqueline Kennedy

Na reportagem ao lado, as duas fotos acima do lado direito apresentam duas mulheres negras, ambas com perucas de cabelos lisos. A primeira que aparece é a da atriz negra Luisa Maranhão que, segundo o jornalista, “desfila no Bag's com o cabelo da outra”, que pelas características percebidas na foto possivelmente era de uma

mulher branca.

O retorno ao uso da peruca em desfiles de moda foi mais uma das invenções dessa indústria, nos anos de 1950, em que o cabelo posticho para

mulheres poderia lhe dar um novo ar, uma nova personalidade, e até mais do que isso, oferecia-lhe uma possibilidade de construção de imagem visual que poderia mudar segundo seu gosto e a ocasião. Esse episódio despertou a memória de uma de nossas entrevistadas, Rita, que diz



**Mariza Santos**  
foto cedida por Efigênia Carlos

Estavam no auge as perucas. Desfilávamos no Scotch House, (... ) a vaidade de mulher e sua atenção para a elegância da outra (...) Uma peruca para Luiza Maranhão (...) com o cabelo da outra. (apontando as perucas nas fotos) E aqui sou eu e ninguém fala (...) a peruca mais cara que tinha era essa (aponta a foto) era 250 cruzeiros. Eu ganhava quase 200 nessa época. Esse aqui (apontando para a foto) parece que chamava Bilongue (depoimento de Rita D' Arimatéia em 24/01/2009)

Mas esses modelos se estendiam na José do Patrocínio em todos os bailes que realizava. Os membros aparecem sempre com uma elegância

ímpar, mostrando que nada tinham a dever ao branco. A referência dessa elegância, como já dito anteriormente, era Mariza Santos (foto ao lado). A professora de etiqueta, o exemplo a ser seguido. Sempre sorrindo. Basta ver na foto que se formava quase um corredor para ela passar. Todos a olhavam indistintamente

Ao olhar as fotos de alguns bailes da José do Patrocínio, tem-se a sensação de um total deslocamento. Quando se pensa na imagem de uma classe média negra emergente, o que se vê nas fotos é o seu espelho. Os penteados da época que exigiam horas e horas de concentração para ficar parecida com os seus ícones. Os chapéus à Audrey Hepburn, as mãos enluvadas, gestos cavalheirescos, uma distância adequada entre o homem e a mulher. Os detalhes nos situam no tempo e nos exigem uma reflexão aprofundada acerca das relações entre os próprios



negros, os da associação e os que tiveram acesso negado e não se encontravam na mira da imagem do negro idealizada na Associação.

A distinção social não estava somente na forma de vestir. Exigiam-se postura e conduta moral ilibadas. Aqui talvez se apresente uma tentativa de distinção de classe social. O clássico conceito de classe média indica que esta surge como conseqüência de consolidação do capitalismo, ou seja, ela é determinada. No caso brasileiro, os anos de 1950 são marcados por esse tipo de desenvolvimento. Emerge uma classe que não é proletária, mas não é também da classe alta. Demonstra possuir poder aquisitivo e dá provas de que absorveu padrões de consumo razoáveis. Consegue suprir suas necessidades básicas e ainda se dá ao luxo de experimentar formas variadas de lazer e cultura. Os membros da José do Patrocínio entrevistados se identificam mais ou menos com o pertencimento de famílias que seguiram esse tipo de padrão. São histórias de ascensão social. Ninguém nasceu em berço de ouro. Todos são frutos de muito trabalho. Todos tiveram de trabalhar para chegar ao padrão que chegaram. Pode ser que não tivessem o mesmo nível das classes médias brancas. Aliás, as estatísticas da época davam pistas de que havia desigualdades entre indivíduos negros e brancos que tinham o mesmo padrão econômico. Cria-se com isso uma distinção que opera com valores de classe, o que leva a fazer com que os negros se distingam entre eles, embora não se veja muita diferença em seus padrões de vida.

Para se ter uma idéia da proximidade dos ex-membros da Associação José do Patrocínio, basta recuperar de alguns relatos o que falavam de suas ocupações na época:

(...) Porque Eu fui empregada doméstica muitos anos. Tive bons patrões (...) **Tive sempre patrões muito bons**. Casei assim (...) numa casa que já trabalhava há muito tempo (...) **arranjar emprego naquela época era uma questão de cor** (...) Já existia muito preconceito. **A gente tinha que ser empregada doméstica** (depoimento de Irene em 02/07/2009 )

Lá na casa dos **meus patrões, eles não me tinham como empregada**. Tinha uma separação. As empregadas dormiam no barracão. Eu e a cozinheira dormíamos do lado de fora da casa. Tinha separação, mas quando eu tinha cólica, você acredita que ele comprava o mesmo remédio que ele comprava para as filhas dele ele comprava para mim? Era o espasmo cibalena. Não tinha o que hoje em dia tem: férias, décimo terceiro, mas ele tinha consideração. Hoje “a

mulherada hoje tem férias décimo terceiro (depoimento de Rita D`arimatéia em 24/01/2009)

Outros estudos sobre as associações negras na década de 1950, como dito na capitulo anterior, já assinalaram que muitas dessas entidades, para serem reconhecidas pela elite branca, faziam exigências aos homens e mulheres negras de coisas que não pudessem macular a imagem que precisariam manter. A rigor, a restrição era estritamente moral:

(...) Lá era o local mesmo onde os escurinhos se reuniam. (...)Tinha que ter uma apresentação (...)Tinha que apresentar(...) esse é fulano de tal esse aqui é Cecílio (...) Parente de quem? Veio de onde ? Trabalha onde ? O que que ele faz ? (...) Era assim. Não era só ir chegando, não (depoimento de Rita D`arimatéia em 24/01/2009)

Começa-se por uma rede de relações. Não era um indivíduo isolado que entrava para a Associação, era uma pessoa, para usar a denominação de Roberto da Matta, que tinha de demonstrar quem são os seus contatos:

**(...) se a mulher era mulher de programa, ela não era admitida lá de jeito nenhum(...)** nós tomávamos conta disso (...) porque a gente ia em todos os bailes da cidade , a gente já conhecia a turma. Sabia quem que não devia de entrar. Quando alguém aparecia lá a gente brecava (...) eram mais famílias né, então acabava uma convidando as outras (...) a Associação era familiar. Para você ter uma idéia eu me casei com a Glorinha lá e mais três irmãs minhas se casaram também com pessoas que conheceram lá na José do Patrocínio (...) Era assim sem gravata não entrava mesmo (...) Branco no grupo? Lá não tinha. Eram todos negros mesmo. Branco, só convidado! (...) **Nós tínhamos uma comissão interna que examinava cada pessoa. Só que a comissão interna era a gente mesmo** (...) Então a pessoa queria entrar para sócio e nós falávamos : “vou passar o seu nome para a comissão e depois te damos a resposta”. Ai quando não queríamos o cara, porque a gente sabia que ele era problema, a gente chegava perto dele e falava : “Oh! Infelizmente, a comissão, não sei por que, não aprovou a sua proposta. Você desculpa viu, mas não foi aprovado” (...) E a gente já conhecia porque a gente ia em tudo enquanto é baile, não é compadre (dirigia-se para um outro ex-membro que estava presente) sabia quem que era daqui, quem era de lá (...) Belo Horizonte era pequena (...) A gente conhecia os bailes onde os escurinhos iam (depoimento de Inocêncio Maçal em 27/05/2009)

As regras foram estabelecidas por membros internos. Fica claro na fala de Inocêncio Maçal a dualidade exigida no comportamento moral do homem e da mulher. Os homens poderiam freqüentar todos os lugares, inclusive as

gafieiras, consideradas, na época, lugares de freqüentadores de comportamento duvidoso, como ressaltou João Faustino, um dos nossos entrevistados:

Gafieira é um clube aonde você tem **liberdade anatômica de dançar**. Dança de uma maneira pouco ortodoxa. **É um tipo de ritmo e de agarramento que não é permitido num clube social sério.** (...) Agora num clube associativo não. **Tem que dançar com delicadeza. Distante um palmo do corpo da moça e tal.** E tudo isso tinha que ser respeitado na Associação José do Patrocínio ( depoimento de João Faustino em 27/10/2009)

Sobre a permissividade dos homens estarem “autorizados” a freqüentar o chamado espaço de “liberdade anatômica para dançar”, João Geraldo, outro dos nossos entrevistados, deu o seguinte relato:

(...) Nem todos que freqüentavam a gafieira freqüentavam a Associação (...) poucas pessoas freqüentavam os dois, o sexo feminino de jeito nenhum. Eram os homens que podiam entrar, em uma gafieira e na Associação. As mulheres, nunca. Elas se mantinham mais sociais. (depoimento de João Geraldo em 16/10/2009)

Na realidade o depoimento acima reforça as desigualdades de gênero. Os homens, com a desculpa de que precisavam conhecer todos os lugares onde os homens negros e mulheres negras freqüentavam, acabaram criando para eles mesmos privilégios sexistas. Eram eles que criavam as regras, pois se arvoravam como os únicos conhecedores daqueles e daquelas que tinham ou não conduta moral para freqüentar a José do Patrocínio.

Paulo Virgílio relembra importantes aspectos das regras. Havia muitos detalhes a serem observados no comportamento:

(...) Na Associação ou era sócio ou então você era convidado para depois você se tornar um sócio (...) essa idéia partiu do Juiz Porfírio (...). Para freqüentar lá, você não podia andar mal vestido, mal apresentado (...) Aquele que não podia, a gente, às vezes, até ajudava a comprar a roupa. Para ele se apresentar, **porque nós não queríamos uma sociedade aonde o negro se apresentasse igual a um vagabundo** (...) nós fazíamos seleção sim. Sempre o sócio que apresentava, ele era responsável. Se você era sócia (se dirige à entrevistadora) e levasse uma amiga sua, qualquer deslize que ela cometesse lá dentro, ela não era chamada à atenção. Chamava a atenção sua na reunião de quarta feira. Nós nos reuníamos toda quarta feira (...) você era convidada a comparecer. E se você não comparecesse, estava proibida de entrar lá até você comparecer (...) tinha que saber o comportamento do futuro sócio cá fora (...) ele tinha que ter bons antecedentes, cá fora. Você já pensou se ele rouba uma

peessoa aí na rua depois fica sendo sócio lá (...) ou ele anda fazendo bagunça no meio da rua, anda com maus elementos, depois vai pra lá, para Associação. Não! Ele tinha que ter um bom comportamento primeiro. Aí nós preveníamos se tem moradia? Onde você mora ? Despistadamente, ia um sócio lá na casa dele e dizia: vim te visitar ! Pra saber se era verdade. Se realmente morava lá (...) era tipo uma comissãozinha de disciplina (...) essa comissão era estabelecida pela diretoria (...) **brancos podiam freqüentar, mas eles deveriam entrar no nosso ritmo** (depoimento de Paulo Virgílio em 23/06/2009)

A seletividade para entrar na Associação José do Patrocínio era rigorosa. Era feita uma seleção, como dito acima, por princípio marcadamente masculino. Os homens davam as coordenadas. Mas impunham-se também barreiras materiais. A exigência de trajes a rigor dava a ela um ar aristocrático, muito diferenciado, como ressaltou João Faustino em seu depoimento bastante enfático:

(...) quem estava lá era a alta classe.(...) Era uma associação freqüentada só por negros, mas negros de classe média alta. Eu entrava lá e eles ficavam me olhando.Porque naquela época 1954,55, eu já era ascensorista da prefeitura. Servidor público concursado.(...) Ai já tinha terno, sapato,educação.(...) Já tinha feito o ginásio. (...) Já sabia conversar.(...)Tinha condições de adentrar num clube social de negro. (...) Então lá dentro você encontrava policial militar reformado, e da ativa. Encontrava ourives, comerciário, empregadas domesticas., bordadeiras, alfaiates, músicos. Tinha um negro lá que tocava violino na orquestra sinfônica.(...) Então quer dizer não existia negro imbecil. Eram negros com alguma letra.(...) Eu me lembro lá disputando uma namorada ,sabe com quem ? Com Um sargento da aeronáutica.(...) a maioria dos associados morava tudo em Santa Efigênia (Depoimento de João Faustino em 27/10/2009)

Como se pode observar no relato acima, o entrevistado deixa implícito que no interior mesmo da Associação havia distinções entre os associados. Nem todos tinham o mesmo *status*. Isso fica mais visível quando eles falam de situações que implicam contato corporal, pessoal e assim por diante:

Ai eu vi que havia discriminação. A classe dominante da Associação não deixava as suas moças dançar com rapaz comum. E olha que eu já era servidor municipal. (depoimento de João Faustino em 27/10/2009) .

O par para dançar era uma questão séria. Rejeitar um cavalheiro poderia ser considerado um ato ofensivo. Mariza Santos, a professora de etiqueta, reprovava as moças que faziam isso. Segundo o depoimento de uma das entrevistadas, parece que essa era uma das recomendações que ela repassava em suas aulas :

As moças se sentavam à mesa, aí vinha um moço e chamava a gente. A gente dançava. Você não podia rejeitar. Isto era uma norma da casa: o senhor Levi (um dos presidentes da associação) dizia: **não pode rejeitar os rapazes porque fica tipo uma coisa muito constrangedora para a associação.** Sobre isso dizia Mariza Santos: **Ritinha, vocês com essa mania de achar um homem feio, vocês não podem rejeitar não (...) e depois que coisa chata. Não pode não. quando o rapaz chegava, a gente ficava quietinha, ele não ia ultrapassar. Fosse ele feio, preto, branco ou negro qualquer um, você tinha que levantar e dançar com ele.** Não tinha essa de você rejeitar o rapaz não (...) **mesmo que estivesse mal vestido.** As pessoas não andam sujas. **Mal vestido podia ir, não sujo.** A mocidade é engraçada (...) a Lolota era assim, ela olhava para o pé. Então eu falava: por que você olha para o pé? Porque se o sapato estiver bem engraxado ele é caprichoso (...) você acredita que ela olhava para esses detalhes? Se o sapato estiver bem engraxado, ele pode estar mal vestido, mas é asseado (depoimento de Rita D'arimatéia em 24/01/2009)

Esses relatos não apenas nos esclarecem algumas dificuldades nas relações pessoais de amizade, indicando alguns entraves nas relações, como também revelam que não era apenas assim, pois existiam outras relações que levaram a namoros e casamentos. Já falamos do depoimento de Inocêncio Maçal, que conheceu a mulher na Associação, e de suas três irmãs, que também namoram e casaram com rapazes que eram sócios. Segue-se o relato de Rita sobre essa questão:

Na José do Patrocínio, éramos estimuladas a freqüentar a sua biblioteca. Tinha uns negros...! Tinha um negro lá que quis até me namorar (...) ele era advogado. Ele quis me namorar, e eu naquela bobagem (...) mas ele é muito (...) e eu doméstica, aí você sabe como é que é. Falei não para ele e hoje ele está muito bem na vida. Está muito rico. Ah seu tivesse levado ele em consideração naquela época (...) Ele era miudinho, assim tipo eu (...) não eram tão novo igual eu, porque eu tinha 24 e ele devia ter uns trinta anos. As meninas me diziam (ela vai completamente ao passado, como se estivesse ouvindo as amigas da juventude lhe falando). Oh! Rita, o Valter está querendo te namorar (...) eu tinha uma sorte com Valter, minha filha. Esse quis me namora. Depois eu namorei um outro. Depois namorei outro. Um tal de Valter Alves. Três Valters na minha vida (...)eu fui terminar com Jota ( risos). Como diziam minha mãe, encravei com Jota. Para falar a verdade, ele fez a parte dele e eu fiz a minha (...) não deu certo, não deu (...) eu conheci ele, na Associação José do Patrocínio, por intermédio desse Milton de Oliveira, que era irmão dele que também freqüentava a associação. (depoimento de Rita D'arimatéia em 24/01/2009 )

Na realidade, uma boa parte das promoções da José do Patrocínio era constituída de atividades coletivas que pressupunha a viagem dos associados, o que favorecia a interação constante de seus membros em espaços

diferenciados. Do ponto de vista da educação social, essas atividades teriam no mínimo o papel de ampliar a sociabilidade entre os associados. Sobre isso há inúmeros registros. Como nos diz Camilo Jesuíno:



foto cedida por Efigênia Carlos

aquela pessoa ia te orientando (...) fomos a São João Del Rey (depoimento Camilo Jesuíno em 08/05/2009)

(...) Olha na nossa Associação nós tivemos diversas excursões. Nós fomos a Ouro Preto. Nós fomos a Barbacena (...) fomos a Mariana. Ouro Preto (...) sempre com intuito cultural (...) com o objetivo de pesquisa, ta (...) A história do negro. Sobre a abolição (...) a gente fazia muita excursão (...) nós íamos um grupo de carro e um grupo de ônibus (...) Nessas excursões que a gente fazia sempre teve (...) é, contratava um guia turístico (...) Naquela época você contratava uma pessoa e

Embora tenha havido uma história efervescente nos dez anos de existência da José do Patrocínio, houve, como em qualquer associação humana, dissabores. A seguir, mostrar-se-á como estes permaneceram na memória dos seus ex-membros.

## 7. O declínio da Associação

Há controvérsias quanto ao fim da Associação José do Patrocínio. No conjunto das versões existem três que disputam a explicação para o que aconteceu.

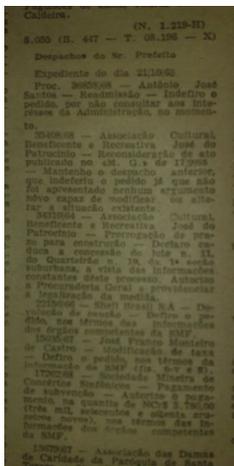
Duas apontam para a não concretização da construção da sede, cujo terreno - que fora doado - não sofreu a benfeitoria prevista no termo de doação, e isso foi motivo para a sua devolução ao poder público

Sobre essa questão a própria imprensa, que exaltou a José do Patrocínio em seu momento áureo, apresenta uma versão única da perda de seu terreno, com base exclusivamente do depoimento do advogado da prefeitura e da decisão judicial. O Juiz considerou a entidade omissa e, segundo o artigo em pauta, ele teria declarado que



A Associação só não se omitiu quando lhe foi outorgada a doação do terreno. **Aceitou a liberalidade e firmou o documento público para depois quedar-se inerte deixando correr os dois anos sem tomar qualquer iniciativa..** E não tomou qualquer iniciativa para construir a sede social. **Convocada para contestar a ação, também não o fez. E não notícias que ela tenha se insurgido ou protestado contra o ato do prefeito.** Por isso, o juiz mandou anular a escritura de doação, mandando ainda que a Associação José do Patrocínio pagasse as custas do processo e honorários do advogado (Diário da Tarde 23/09/1970)

Como esses procedimentos correm muitas vezes sem transparência, é possível que o jornalista e próprio magistrado não tenham tido conhecimento de que houve, sim, um recurso impetrado pela José do Patrocínio solicitando ao poder público municipal que reconsiderasse o ato de concessão caduco, publicado no Minas Gerais em 17/09/1968. Entretanto, o prefeito decidiu manter a despacho anterior que indeferia o pedido de reconsideração. Segundo o executor: “não foi apresentado nenhum argumento novo capaz de modificar a situação existente”. Com essa posição, o alcaide declarou caduca a concessão do lote n 11 do quarteirão n 19 de 1ª. seção suburbana, outorgando à Procuradoria Geral providenciar a legalização da medida .



Com esse ato, a Associação José do Patrocínio perdeu o terreno e não teve como recuperá-lo.

Camilo Jesuíno tem uma versão que se aproxima da versão jornalística. Segundo ele:

“O terreno foi tirado da Associação, nessa época, porque a doação estabelecia assim um período para você iniciar a construção. Um período para você terminar e nós não conseguimos atender esse requisito, então nós perdemos o terreno. (...) Perto da Igreja. Da Igreja de Santa Tereza. Igreja católica. Um terreno muito bom, mas infelizmente nós já não conseguimos atender aquilo que o decreto de doação solicitou. (depoimento Camilo Jesuíno em 08/05/2009)

Um outro aspecto agregou-se a esta versão: a morte do presidente Levi de Souza. Seu prestígio contava muito para os empreendimentos da Associação, sua morte foi considerada um elemento central para a perda e o declínio da José do Patrocínio e para a mudança de orientação de seus princípios básicos:

(...) lá na Associação havia duas linhas lá na Associação (...) Havia uma que era a minha linha, ela achava que podia comemorar (...) ficar comemorando o 13 de maio (...) ficar comemorando a Lei do Ventre Livre (...) isso não era o que o negro precisava. Eu sempre achei que o que o negro precisava era de fazer festa é um sentido mais elevado (...) Já outro grupo dizia: Ah! O negro é perseguido (...) o negro é subvertido. Vamos combater isso. Eu falava gente só se combate o preconceito por meio da educação. Mas eles achavam que ficar comemorando não levava a nada. A primeira linha achava que a cultura era que salvava o negro e a outra linha pensava que tinha que sair brigando sabe, na praça, encarando e reclamando. E eu falava gente tem que ter educação. Ganharam um terreno pra construir (...) depois não teve condições de construir (...) acho que o presidente morreu (...) é perdeu o terreno (...) ela terminou (...) quando a Associação teve um aperto financeiro e se mudou de Santa Efigênia. Naquela rua em frente a Itambé . Ali já começou a cobrar ingresso. Entrava quem queria. Se transformou num baile de terceira categoria . Ali começou a decadência feia. E ali eu parei de freqüentar, porque eu fui lá uma vez ou duas e não quis continuar. Já não era mais aquela associação. Estava cobrando na porta, coisa que nunca fizeram (...) entrava quem queria (...) Então dali eu não vi mais (...) Então não tive mais notícias (Depoimento Inocêncio Marçal em 27/05/2009)

Há uma segunda versão para a devolução do terreno. Essa passa pelo interesse da cúria metropolitana, pois a sede seria construída ao lado de uma igreja:

O terreno que a José do Patrocínio, ficava atrás da Igreja de Santa Tereza, no bairro de mesmo nome, e quando o padre soube que ia pra lá uma associação de negros , de dança e tal, ele embargou e pegou o lote para a Igreja. Porque para você legalizar um lote não é fácil. Legalizou, pagou tudo. Mas quando já estava para ser transferido para a José do Patrocínio a Igreja Católica tomou. E até hoje, dizem que é uma creche lá. E ai nós ficamos sem lote”. (depoimento de Efigênia Carlos em 27/09/2009)

A terceira versão trouxe outros elementos que mostravam claramente que dentro da Associação as duas vertentes a que Inocêncio se referia estavam atravessadas por outras dissidências:

Esse Celso Mello Azevedo chegou a doar um terreno à Associação, na época ele era também provedor da Santa Casa.(...) Eu me lembro que havia um “*temp de pas*” nisso ai, porque eles doaram o terreno ai, e havia uma cláusula que dizia que em não se aproveitando o terreno a prefeitura retomaria o terreno.E a José do Patrocínio nunca construiu. Porque eles achavam que estava muito bom em Santa Efigênia. Aí, começou a dissidência. Nós descobrimos que a José do Patrocínio era associativa, mas não era lutadora. Ela não estava preocupada em

identificar os alçozes dos negros do Brasil Colônia. os senhores de escravos e reivindicar direitos. Eles estavam mais preocupados em ser simpáticos, em receber Juscelino Kubitschek, de vez em quando, na sede. A mulher do Juscelino dona Sara ia lá visitar. O deputado José Maria Alkimim também ia. Mas eles jamais reclamavam dos senhores de escravos.(...) E ali a gente só queria ter outra vida, só queria dançar e encontrar as famílias no fim de semana, só queria um clube campestre, com piscina, com esporte, com escola profissionalmente (depoimento de João Faustino em 27/10/2009)

As dissidências que aparecem nesse momento só mostram o quanto a José do Patrocínio foi importante para introduzir um novo imaginário dos negros na sociedade brasileira, que caminhava lentamente para sua inclusão social.

Aproximando-nos do fim desse conjunto de memórias, vale lembrar que o início de tudo isso, como dito no capítulo anterior, foi o projeto de montagem de uma biblioteca que teria o papel de congregar conhecimento e de contribuir para soerguimento dos negros brasileiros.

Nós tínhamos uma biblioteca lá com vários livros e tudo, que funcionava (...) ficava à disposição. Se você era associado e você queria ler um livro, você pegava l , eu acho que era com a diretora social ou na diretora cultural. Você chegava, pegava o livro emprestado, assinava um documento qualquer lá (...) a maioria era dos livros eram doados (depoimento Camilo Jesuíno em 08/05/2009 )



**Rita D'arimatéia**

A foto acima foi encontrada com uma das entrevistadas. Chama a atenção, na imagem, que o fotógrafo nos proporciona uma inusitada combinação entre *biblioteca* e *glamour*. Ambas se incorporam na história dessa Associação negra, a José do Patrocínio, que não abandonou em momento algum seu desejo de projetar os negros na história. E para isso teve que lutar com todas as forças e armas disponíveis. Seu declínio se dá concretamente com a perda do terreno onde seria construído seu projeto transformador. Sobre esse fato não há um consenso, mas inúmeras versões que evidenciam que enquanto houver memória, e seus feitos, haverá chances

de recuperá-los para se conhecer mais um pouco sobre as iniciativas na busca de se construir novas imagens dos afro-descendentes no Brasil.

Terminamos esse capítulo reiterando o papel desses negros e negras que lideraram a Associação José do Patrocínio e que acreditavam que poderiam construir um Brasil melhor.

### III. Considerações finais

Nesse momento, buscar-se-ão indicar apenas pontos que revelam em linhas gerais o quadro sobre o qual se desenvolveu as ações da Associação José do Patrocínio, ao longo de seus doze anos de existência.

Considerando as características que o associativismo negro teve no Brasil na década de 1950, pode-se dizer que a José do Patrocínio aproximou-se muito do modelo integracionista já assinalado na literatura sobre o tema. A diferença está, talvez, nas alianças que se conseguiu estabelecer, no caso, com as elites brancas de Minas Gerais.

A articulação de alguns presidentes com alguns setores da sociedade, políticos e imprensa pode ter sido o fator que mais ajude a explicar a visibilidade que a Associação conseguiu no período em consideração. Isso problematiza, de certa forma, a idéia de que os negros no Brasil não tiveram espaços na grande mídia, ou então de que o único espaço que conseguiam era nas colunas criminais.

A presente dissertação trouxe dados que mostraram que, além das crônicas policiais, os negros apareciam na imprensa em dois tipos de reportagem: as que denunciavam o racismo, tal como o fez o *Binômio* - jornal que teve mais de 60.000 exemplares em circulação em uma cidade que na época tinha 400.000 habitantes - e as reportagens da imprensa convencional, que desenhavam a imagem do negro com os valores estéticos e de beleza dos brancos.

Ficou claro nos depoimentos que parte significativa da Associação se ajustava à segunda imagem. Via-se essa visibilidade em padrões estéticos brancos como a única saída para se ter uma nova imagem do negro na sociedade brasileira.

Dos relatos depreendem-se históricos de vida muito parecidos. A associação foi formada por famílias negras que construíram uma vigorosa trajetória de ascensão social que teve a educação como a principal estratégia nesse processo. A pouca escolaridade dos pais e dos avós era um incentivo para que os seus descendentes estudassem. É impressionante a aproximação dessa experiência em todos os relatos. Pode-se dizer que mesmo com as divergências ideológicas que existiam entre eles, havia um ponto no qual se identificavam integralmente: a educação era o instrumento mais eficaz para mudar a realidade dos negros brasileiros.

A Associação caracterizou-se, antes de tudo, por relações com base familiar. Eram famílias que se associavam. Isso fez com que se reproduzissem nas suas relações valores pautados pela ética familiar. Pensava-se a Associação como uma família ampliada. Entretanto, isso não impediu divisões internas. A direção, sempre muito masculina, produziu uma moral diferenciada para homens e mulheres. Para eles, havia permissividade. Estes podiam freqüentar lugares que as mulheres não poderiam em hipótese alguma, porque seriam excluídas da associação. Ficou claro que havia uma distinção de classe. Filhas da “classe média negra” não podiam dançar com qualquer um. Os casamentos que aconteceram entre os membros, ocorreram entre os que tinham a mesma situação econômica.

Constatamos que o projeto educacional da Associação era voltado para inserção do negro no mercado de trabalho, mas havia também um olhar voltado para educação em nível superior. Filhos dos dirigentes chegaram nesse patamar e eram eles que passavam a orientar os membros mais jovens.

Chama atenção também, nos dados analisados, elementos que podem ser classificados como iniciativas voltadas para a constituição de uma associação com fins filantrópicos. Houve um movimento em direção às elites brancas, ou seja, a busca de financiadores das ações que não se limitava exclusivamente aos recursos do estado. A estratégia utilizada foi a de se construir uma imagem do negro como agente integrado e com capacidade de integrar seus descendentes, sem produzir movimentos separatistas, tal como acontecia nos Estados Unidos. Para dissipar esse risco, que atemoriza até hoje membros das elites brancas, os jornalistas parceiros da José do Patrocínio deram uma grande cobertura à visita de um estadunidense que elogiava a associação exatamente por sua postura não radical. Reforça-se assim o mito da democracia racial.

Os dados ajudam a compreender o quanto a Associação influenciou a vida de seus ex-sócios. Todos a descrevem como uma experiência que mudou suas histórias de vidas, que os fizeram ver outros caminhos para o desenvolvimento do negro dentro da sociedade brasileira. Alguns experimentaram essa mudança na própria existência. Houve um elemento que a nosso ver marca todos os relatos, que é o sentimento de dignidade humana que sentiam ao serem valorizados ou de se verem refletidos em páginas de jornais e de revistas famosas. “O negro é capaz”, talvez esse tenha sido o grande mote da Associação José do Patrocínio. Colocar na cabeça dos afro-

descendentes que não precisavam temer ousar em lugares que até então lhes eram negados, nem ter vergonha de sua cor. Pode parecer pouco, ou até ainda não muito revolucionário. Mas para aqueles sujeitos, ainda com proximidade muito grande com as experiências da escravidão, há de se reconhecer que a José do Patrocínio ajudava a dar um passo gigante na direção de outro movimento mais contestador do *status quo*. Foi a nosso ver um estágio importante para o que aconteceu com o movimento negro dos anos 1970. Este, muito provavelmente, estava agregando filhos e netos daqueles que viveram os tempos áureos da José do Patrocínio.

## Bibliografia

ABERNAZ, Renata Ovenhausen; AZEVÊDO, Ariston. Os marginais do direito estatal: luta multidimensional do teatro experimental do negro pelo direito a ter direitos, nos anos de 1944 a 1968. Disponível em: <[http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/estado\\_dir\\_povos\\_renata\\_o\\_albernaz\\_e\\_ariston\\_azevedo.pdf](http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_renata_o_albernaz_e_ariston_azevedo.pdf)> Acesso em: 12/04/2009

ABRANCHES, S.H.H. o dilema institucional brasileiro. In: VELLOSO, J.P. **Modernização política e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990. p.42-63.

ADELMAN, Jeffry. **Urban planning and reality in republican Brazil**: Belo Horizonte 1890-1930. Bloomington: IU, 1974. Tese (Philosophy doctor). Department of History, Indiana University, 1974.

ALBUQUERQUE, W. R.; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: CEAO/UFBA, 2008.

ALVES, N.F.B. **Irmãos de cor e de fé**: irmandades negras na Parayba do século XIX, Dissertação, UFSE, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Educação e Ciências Humanas.

ANDREWS, George Reid. Democracia Racial Brasileira 1900-1990: um contraponto americano. **Estudos Avançados**. [S.l.], v.11,n.30, p.95-115, 1997.

\_\_\_\_\_. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1998.

ANTUNES, M. A. Público, Subjectividade e Intersubjectividade e Gabriel Tarde -Universidade da Beira Interior. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-gabriel-tarde.html>> Acesso em: 05/06/2009.

APPLE, Michael. **Educação e poder**. Arts Médica: Porto Alegre, 1989.

AZEVEDO, Célia M. Marinho. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Tales. **Les élites de couleur dans une ville brésilienne**. Paris: Unesco. 1953

\_\_\_\_\_. **As elites de cor na sociedade brasileira**. 1ªed. Salvador : EDUFBA/ EGBA, 1996.

BANKS, M. **Análise de dados visuais**. Porto Alegre: Bookman e Artmed, 2008.

BARBOSA, Márcio. **Frente negra brasileira**: depoimentos. São Paulo: Ed. Nacional, 1959.

- BARROS, E.L. de. **Passagens da moda**. São Paulo: SENAC, 5ª. Ed, 1993.
- BASTIDE, Roger; FERNADES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo : Anhembi,1955.
- \_\_\_\_\_ ; FERNANDES, F. **O preconceito racial em São Paulo**. São Paulo: EDUSP,1951.
- \_\_\_\_\_ ; FERNADES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo**. São Paulo: UNESCO/Anhembi,1955.
- \_\_\_\_\_. Os dois catolicismos. In: **AS RELIGIÕES africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. 3ed. São Paulo: Pioneira, 1979. P.157-202.
- BEIGUELMAN, P. Estudos sobre o preconceito de cor no Brasil. **Revista de Antropologia**. [S.l.], v.1,n.2, p.147-152,1953.
- BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1975.
- BENTO, Maria Aparecida S. **Cidadania em preto e branco**: discutindo as relações raciais. São Paulo: Ática, 1998.
- BOMENY, H. M.B. Três decretos e um ministérios: a propósito da educação no Estado Novo. In: Pandolfy, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Getulio Vargas, 1999. P. 137-166.
- BUITONO, D.H.S. **Mulher de Papel**. SP: Loyola, 1981.
- CARNEIRO, Edison. Situação do negro no Brasil. **Estudos Afro-brasileiros**.Recife: Massangana, 1988.
- \_\_\_\_\_. **O negro no Rio de Janeiro** : relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Cia Ed.Nacional,1953.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **República Brasileira**: viagem ao mesmo lugar. Dados, Rio de Janeiro, v.32, n.3,1989.
- CERTAEU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2006.
- CHALOUB,Sidney.**Visões de liberdade** : uma história das últimas décadas da escravidão na corte.São Paulo: Companhia das Letras,1990.
- COELHO, Alzira L.N. Migração e crescimento demográfico na grande Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG,1974.In: Martins, Berenice ; Azevedo, Sérgio de. **Belo Horizonte em tese**. Belo Horizonte: UFMG/CEURB: Belo Horizonte,1995.
- COMAS, Juan ; LÉVI-STRAUSS, C. et al. **Raça e Ciência**. São Paulo : Perspectivas,1970.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à República** : momentos decisivos. São Paulo: UNESP,1998.

CUNHA, Perses M.C. Da senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.) **Relações Raciais e educação**: alguns determinantes. Niterói: Intertexto, 1999. P. 69-96.

CUNHA, Antunes. O negro deve se prevenir. **Clarim D'Alvorada**, São Paulo, v.8, n.31, p.1-7, dez, 1930.

DIAS, Fernando C. **O movimento modernista em Minas**: uma interpretação sociológica. Brasília: UnB,1971.

DORNAS FILHO, João. A influência social do negro brasileiro. **Caderno Azul**, Curitiba, n.13, 1943.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco,1999.

D'ÁVILA, José Luís Piôto. Trajetória escolar: investimento familiar e determinação de classe. **Educação & Sociedade**, Belo Horizonte, v.19, n.62, abr. p.31-63, 2002.

DAVIES, Frank Andrew. A Vida Associativa do Negro no Rio de Janeiro (1940-1950): uma interpretação a partir das obras de Costa Pinto e Sonia Giaconimi. Rio de Janeiro, Revista **Habitus**, [S.l.], v. 5, n. 1, p.69-80, 2007.

DOMINGES, Petrônio J. "Constantemente derrubo lágrimas": o drama de uma liderança negra no cárcere do governo Getúlio Vargas. **Topói**, [S.l.], v.8, n.14, jan-jun.2007, p.146-171.

Garcia, C. Anos 50: Época da Feminilidade. Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/anos50.htm>> . Acesso em : 17 Jun. 2010.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder** : formação do patronato político brasileiro. São Paulo : Edusp/Globo, 1975.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1986.

FIGUEIREDO, Ângela. **Fora do jogo : a experiência dos negros na classe média brasileira**. Cadernos Pagu, Campinas, v.23, jul./dez., p.199-228, 2004.

\_\_\_\_\_. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: DIFEL,1972.

FLICK, Uwe. NETZ, Sandra. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre,: Bookman, 2004.

FONSECA, Marcus V. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. Bragança Paulista. São Paulo : Univ.São Francisco,2002.

\_\_\_\_\_. **População negra e educação**: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX. Belo Horizonte. Mazza Edições, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX.** São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em História ) Universidade de São Paulo. 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** Rio de Janeiro : Schmidt , 1933.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos.** Rio de Janeiro: Nacional, 1936.

GIACONIMI, Sonia Maria. **A Alma da festa:** família, etnicidade e projetos num clube social da zona norte do Rio de Janeiro – Renascença Clube. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GILL, Lorena Almeida. **Clubes carnavalescos em Pelotas.** Pelotas: UFPel/CNPq, 2003.

GOMES, Fabrício Romani. **Associativismo Negro em Caxias do Sul.** Disponível em <<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/23.23.pdf>>. Acesso em: 07/05/2010

GOMES, Nilma. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **EDUCAÇÃO anti-racista** : caminhos abertos para a Lei Federal nº 10639/03. Brasília: MEC/UNESCO, 2005, p.39-62.

GONÇALVES, Luiz Alberto O.; GONÇALVES e SILVA, Petronilha B. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação.** Campinas: n.15, p.134-158, 1998.

\_\_\_\_\_. Negros e Educação no Brasil. In: Lopes, E. M. et al. **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P.325-346.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. **Brasil em preto e branco.** São Paulo: SENAC, 2000.

GRANATO, Fernando. **O negro na chibata.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

GRIN, Mônica. Legado moral da escravidão. Disponível em: <<http://www.insightnet.com.br/inteligencia/42/PDFs/02%20-%20O%20legado%20moral.pdf>> . Acesso em: 24/03/2008

GUERREIRO RAMOS, A. O negro no Brasil: um exame de consciência. In: **TEN – testemunhos.** Rio de Janeiro: GRD, 1966.

\_\_\_\_\_. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal,** [S.l.], v.47, p.105-126, 1938.

\_\_\_\_\_. Uma experiência de grupoterapia. **Quilombo,** [S.l.], jun./jul., 1950.

\_\_\_\_\_. **O Negro brasileiro.** São Paulo: Nacional, 1940.

\_\_\_\_\_. A questão racial e o mundo democrático. **Bulletin International des Sciences Sociales.** UNESCO, n.3-4, p.9, 1949.

\_\_\_\_\_. Contatos raciais no Brasil. **Quilombo**, [S.l.], v. 1, n.1,dez., p.8,1948.

\_\_\_\_\_. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga,1960.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed.34, 2002.

\_\_\_\_\_. "Raça, racismo e grupos de cor no Brasil". **Estudos Afro-Asiáticos**, Ucam, n.27, p.45-63, abr.1995.

\_\_\_\_\_. Como trabalhar "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo,v.29,n.1,2003.

\_\_\_\_\_. Intelectuais Negros e Formas de Integração Racial. **Estudos Avançados**, v.18, n.50, p. 271-284, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1985.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal,1979.

\_\_\_\_\_. "Revisitando o Projeto UNESCO: O Negro no Rio de Janeiro". Trabalho apresentado na XX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Salvador, 14-18 de abril de 1996.

\_\_\_\_\_. SILVA, N. V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: [S.n.],1988.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil** : evolução das condições de vida na década de 1990. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA, 2001.

\_\_\_\_\_. Discriminação racial no Brasil : desigualdade de oportunidades na educação. **Raça & gênero nos sistemas de ensino: limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, p.33-102, 2002.

\_\_\_\_\_. et all. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para discussão**, Brasília, n.800, 2001.

HOUFNAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Ed UNESP, 2006.

IANNI, Octávio. Dialética das relações raciais. **Estudos avançados**, São Paulo, v.18, n.50, 2004.

\_\_\_\_\_. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1972.

**CENSO Demográfico**. [S.l.] : IBGE,1950.

INÁCIO, Marcilene Soares. O processo de escolarização e o ensino de letras em Minas Gerais (1825-1846).In: GOUVÊA, Maria Cristina S. de; VAGO,

Tarcisio Mauro (Org.). **Histórias da Educação** : histórias da escolarização. Belo Horizonte: Edições Hora Grande, 2004.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas. **BH Horizontes históricos**. Belo Horizonte : C/Arte, 1996.

JOFFILY, Ruth. **O Jornalismo e a produção de moda**. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

LARA, Sílvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n.16, fev. 1998.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LIMA, I.C. ; ROMÃO, Jeruse (orgs). As idéias racistas, os negros e a educação. In: **PENSAMENTO negro na educação**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1977.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da Utopia: Cidade e Modernização no Brasil Desenvolvimentista (Florianópolis década de 1950). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, V. 27, n. 53, p.297-322, 2007.

LONER, Beatriz Ana. Classe, Etnia e moralidade: estudos de clubes negros. Pelotas: UFPEL/CNPq, 2003. Disponível em: <[www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/beatrizloner](http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/beatrizloner)>. Acesso em 07/05/20210.

MAIO, Marcos Chor. **A história do Projeto Unesco**: estudos raciais e ciências sociais no Brasil.R.J.: Inst. Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v.14, n.41,1999.

MARX, Anthony. "A Construção da Raça no Brasil: Comparação Histórica e Implicações Políticas". In: J. Souza (org.). **Multiculturalismo e Racismo. Uma Comparação Brasil-Estados Unidos**. Brasília, Paralelo 15,1997,pp.157-167.

MELLO, C. F. B. **Educação, política e economia em Minas Gerais (1889-1910)**. Belo Horizonte : UFMG /FaE, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação,Universidade Federal de Minas Gerais,1996.

MÉTRAUX, Alfred. Unesco and the racial problem. **International Social Science Bulletin**, [S.l.], v.2, n.3, p.384-390,1950.

MONTEIRO, Norma de G. **Imigração e colonização em Minas (1889-1930)**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH,1973. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,1973.

MOYSÉS, Lúcia. **A auto-estima se constrói passo a passo**. Campinas: Papirus,2001.

MOREIRA, P.R.S. **Etnicidade e Liberdade** : As nações africanas e suas praticas de alforria, Ciên. Let., Porto Alegre, n 44, pp167-186, jul/dez, 2008. Disponível em <<http://www.fapa.com.br/ciênciasletras>>. Acesso em : 13/06/2010.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica da. Entre o branqueamento e a negritude: o TEM e o debate da questão racial. **Dyonisos**, [S.l.], n. 28, p.89-101, 1988.

MOURA, Clovis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Ed., 1983.

\_\_\_\_\_. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os quilombos e a rebelião negra**. SP: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Rebeliões da Senzala**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURÃO, Paulo Kruger C. **História de Belo Horizonte 1897 a 1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Identidade e Cidadania: O Teatro Experimental do Negro**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais.

\_\_\_\_\_. Teatro, política e educação : a experiência histórica do teatro experimental do negro (1945-1968). In: LIMA, I.C.; ROMÃO, J. SILVEIRA,S. (orgs). **Educação Popular Afro-Brasileira**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, Série Pensamento Negro em Educação, v.5,1999.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes,1999.

NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1986.

NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Simus, 2004.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. 6a ed. São Paulo: Ed. Nacional;, 1982.

NOGUEIRA,Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. (Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DOS AMERICANISTAS, 30, 1995. São Paulo. **Anais...**São Paulo : Anhembi, 1955.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento social e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento humano e as desigualdades étnicas no Brasil: um retrato de final de século**.Rio de Janeiro: FASE,2000.

PARSONS, Talcott. Cidadania plena para o americano negro ? Um problema sociológico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.22, jun.1993.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos na Minas Gerais do século XVII: estratégias de resistências através dos testamentos**, SP: AnnaBlume, 1995.

PERDIGÃO, Malheiros. **A escravidão no Brasil: ensaio político, jurídico e social**. Petrópolis: Vozes, INL, 1976.

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1945.

PINTO, Luiz Aguiar da Costa. **O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raça em uma Sociedade em Mudança**, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1988.

\_\_\_\_\_. Sobre as relações de raças. **Sociologia**, [S.l.], v.12,n.1, p.1 1946.

\_\_\_\_\_. Sociologia e mudança social. **Sociologia**, São Paulo, v.9, n.4, p.287, 1947.

PINTO, Regina Pahin. **Educação do negro: uma revisão bibliográfica**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n.62, 1987.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Cartas de Alforria: para não ter o desgosto de ficar em cativo. **Revista Brasileira. de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, p.141-174, dez 2006.

RIOS, Flavia Martins. Movimentos negros brasileiros nas ciências sociais (1950-2000). **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v.12, n.2, p.263-274, jul/dez 2009.

ROMÃO, Jeruse. (orgs). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

\_\_\_\_\_. **O caráter educativo da consciência Negra no Teatro Experimental do Negro**. [Florianópolis] : UFSC, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

\_\_\_\_\_. Há o tema do negro e há a vida do negro: Educação Pública, popular e afro-brasileira. In: LIMA, I.C. et al (org.). **Educação Popular Afro-Brasileira**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1999.

ROUCHOU, Jöelle. Cinelândia : o cinema no primeiro ano da revista Cruzeiro. **ECO –PÓS**, v.8, n.2., ago./dez., p. 13-29, 2005.

SALGUEIRO, M. A.A. **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SANSONE, Lívio. **Blackness without ethnicity: Constructing Race in Brazil**. Palgrave : Macmillan, 2003.

\_\_\_\_\_. Pai preto, filho negro: trabalho, cor e diferenças de geração. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.25, 1994.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A questão do negro na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1990.

SCARANO, Julita. **Cotidiano e solidariedade** : vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII. SP: Brasiliense, 1994.

SCHWARCZ, Lília. **Retrato em preto e branco**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, F. (ed). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e a Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2001.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SEYFERT, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista da USP**, [S.l.], n.53, 2002.

SILVA, Adriana M.P.da. **Aprender com perfeição sem coação**: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Brasília: Ed.Plano, 2000.

SILVA, Joselina da. A União dos homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, [S.l.], v.25, n.2, p. 215-235, 2003.

SILVA, Regina H. da. **A cidade de Minas Gerais**: Belo Horizonte : UFMG/FAFICH, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Ciência Política. 1991. 161p.

SIMÕES, Solange. Quem é negro no Brasil? : identidade racial e sistemas de classificação em uma sociedade miscigenada. capt.V. In: PRATES, Antônio Augusto Pereira; CARVALHAES, Alex de Oliveira. et al. **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 297.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio**: assimilação, marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental (1780-1945). Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil (século XVI e XVIII)**. Petrópolis : Vozes, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto e branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TARDE, Gabriel . **Las Leys de la imitación**. 2. ed. Madrid: [S.n.], [1907]. 437p .

TEDESCO, J C. **Georg Simmel e as ambigüidades da modernidade**. São Leopoldo, Ciências Sociais Unisinos, jan-abr, vol 43, 2007, pp57-67. Disponível em <[http://www.unisinos.br/publicacao\\_cientificas/imagens/stories/pdf-s\\_ciencias/v43n1/art06\\_tedesco.pdf](http://www.unisinos.br/publicacao_cientificas/imagens/stories/pdf-s_ciencias/v43n1/art06_tedesco.pdf)>. Acesso em: 23/08/2008

TELLES, Edward. Da democracia racial à ação afirmativa. In: **RACISMO à brasileira** : uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. P.69-102

TORVES, J.C. **Televisão pública**. Porto Alegre: Evangrafe, 2007. 187p.

VARGAS, Eduardo Viana. **Antes tarde do que nunca** : Gabriel Tarde a emergência das ciências sociais. Rio de Janeiro: Conta Capa, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e educação na trama da cidade** : a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

\_\_\_\_\_. Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3.,2004. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.

VEILLON, D. **Moda & guerra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VELHO, Gilberto A. **Individualismo e cultura** : notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar,1987.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 4a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

WAGLEY, Charles. **Race and class in rural Brazil** . Paris : Unesco,1952.